

A Positivo Tecnologia foi criada em maio de 1989, com unidade fabril no Estado do Paraná, com o objetivo inicial de fabricar e vender computadores para escolas clientes do Grupo Positivo em todo Brasil. No ano seguinte, a Companhia identificou a oportunidade de fornecer computadores e soluções de informática para empresas e instituições do poder público, por meio de licitações públicas.

Em 1994, a Positivo Tecnologia criou seu segmento de Tecnologia Educacional, dando início à comercialização dos primeiros softwares educacionais para escolas e para o varejo. Em 2000, lançou o Portal Educacional, site dirigido às escolas privadas e, no ano seguinte, o Portal Aprende Brasil, desenvolvido para atender as necessidades das secretarias de Educação e escolas públicas.

Em 2004, a Companhia estreou no mercado de varejo vendendo computadores para as principais redes do país. Ao final de 2005 iniciou a venda para o mercado corporativo de hardware, com uma linha de desktops e notebooks e ultrapassou a marca de 500 mil computadores produzidos. Em 2006, ultrapassou a marca de 1 milhão de computadores produzidos.

No dia 11 de dezembro de 2006, a Positivo Tecnologia iniciou a negociação de suas ações no Novo Mercado, o mais alto nível de governança corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. Foram captados R\$ 604 milhões na oferta pública inicial de ações. Em outubro de 2007, atingiu a marca de 2,5 milhões de computadores fabricados.

Em agosto de 2008, inauguramos nossa unidade de Manaus, onde atualmente são produzidos notebooks, tablets, smartphones e terminais eletrônicos de pagamento (POS) tendo capacidade produtiva nominal de cerca de 190 mil notebooks, 125 mil tablets e 120 mil smartphones por mês.

Em dezembro de 2009, a Companhia adquiriu a marca de computadores Kennex, que veio a complementar sua bem-sucedida estratégia de venda no varejo.

Em 2010, a Companhia inaugurou a verticalização de gabinetes e, em dezembro, iniciou seu processo de internacionalização por meio de uma aliança com a BGH, um importante player do segmento de consumo da Argentina. Foram adquiridos 50% do capital social da Informática Fueguina S.A. (IFSA), veículo para a *joint venture*, que tem como objetivo a comercialização de desktops, notebooks, all-in-one e tablets nos mercados argentino e uruguaio. A administração da sociedade é compartilhada entre Positivo e BGH.

Em 2011, foi lançado o Positivo Ypy, primeiro tablet desenvolvido exclusivamente para o consumidor brasileiro com conteúdo digital em língua portuguesa. No segundo semestre do mesmo ano, a marca Positivo BGH iniciou as vendas no mercado argentino, tendo atingido a liderança do mercado local desde seus primeiros meses de operação.

Ao final de 2012, a Companhia estreou no mercado de celulares com o lançamento de três modelos de smartphones com tela sensível ao toque, e dois aparelhos com teclado físico - conhecidos como *messaging phones*. Os novos aparelhos foram desenvolvidos por meio de pesquisas com o consumidor, contando com funcionalidades como a capacidade de operar com mais de um número de telefone e versões com TV. No caso dos smartphones, a Companhia direcionou parte de seus recursos de P&D para adaptações do sistema operacional Android, especialmente na facilitação do uso e na introdução de aplicativos de interesse da classe média.

O ano de 2013 foi marcado não apenas pela diversificação em produtos, mas também pela diversificação em segmentos, apresentando forte expansão no mercado de licitações e destaque ao bom desempenho no mercado corporativo. A Positivo encerrou o ano com cerca de 18 mil parceiros cadastrados. Neste sentido, 2014 também trouxe importantes avanços: iniciamos a venda de aparelhos celulares no mercado de operadoras e celebramos a expansão da joint-venture com o grupo argentino BGH, com a assinatura de um contrato de fornecimento de computadores voltados a estudantes na África, um projeto de 5 anos em parceria com o Ministério da Educação de Ruanda, que serviu de modelo para outras nações do continente.

No ano de 2015, a Companhia lançou a unidade de negócios Quantum, focada na venda de smartphones de alto desempenho com melhor custo-benefício e deu início às vendas da marca VAIO no Brasil, com notebooks high-premium.

Em 2016, a Companhia realizou o contrato de fornecimento de terminais de pagamentos (POS), com lote inicial de vendas no 4T16. Grande potencial de conversão da base de clientes do parceiro, que totaliza mais de 2 milhões de pontos de venda.

Uma das inovações mais relevantes de 2017 foi o lançamento do Hilab, um serviço de telemedicina que é capaz de realizar em poucos minutos exames laboratoriais, associando internet das coisas e inteligência artificial para acelerar o diagnóstico médico. O Hilab foi desenvolvido pela Hi Technologies, sociedade em que a Companhia adquiriu 50% de participação em 2016, e atualmente detém 30% de participação societária.

Em 2017 a Companhia alterou sua denominação social para Positivo Tecnologia S.A. A administração entende que o novo nome se adequa ao conceito mais amplo e atualizado, que hoje atua com um variado portfólio de marcas, canais e segmentos de negócio.

Em 2018, a Companhia entrou no mercado de servidores por meio da aquisição de 80% do capital da ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. ("Accept"). A Accept atua com foco na fabricação e venda de servidores e storages, além de soluções para clientes, como Mini PCs, thin clients e desktops. Com a aquisição da Accept, a Companhia passa a ter um portfólio mais abrangente nos mercados corporativo e de licitações, em um período de recuperação da economia e de retomada dos investimentos em infraestrutura no Brasil.

Em 2019, a Accept foi apontada pela Revista Exame com uma das empresas que mais crescem no Brasil.

Também em 2019, a Companhia lançou a marca Positivo Casa Inteligente, com dispositivos especialmente desenvolvidos para o consumidor brasileiro, buscando tornar as casas brasileiras mais inteligentes, seguras e conectadas. A marca Positivo Casa Inteligente, presente em mais de 90 varejistas no país, oferece dispositivos completamente sem fio (instalador não é necessário) nas categorias de iluminação, conforto e automação, eletroportáteis, segurança e conectividade, além de permitir ao usuário uma melhor experiência, com a possibilidade de testar os produtos nos pontos de venda.

Em 2019, a Positivo foi reconhecida como a empresa número 1 em termos de atendimento aos clientes dentre as empresas fabricantes de equipamentos eletrônicos pela ReclameAqui, website voltado ao atendimento ao cliente.

A Companhia ganhou pela primeira vez de um processo licitatório para fornecimento de 225 mil urnas eletrônicas ao Governo Federal que foram entregues em 2022 para as eleições presidenciais do ano.

No início de 2020, foi aprovado a realização de oferta pública de distribuição primária com esforços restritos de colocação de ações ordinárias de emissão da Companhia, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Também foram aprovados, o efetivo aumento de capital social da Companhia, no montante total de R\$ 353.700.000,00, mediante a emissão de 54.000.000 novas ações. No mesmo ano, foi aprovado o programa de recompras de ações de emissão da própria companhia, até o limite de 6.000.000 ações ordinárias, sendo realizadas as operações a preço de mercado. Ainda em 2020, a Companhia foi vencedora do processo licitatório para o fornecimento de 220.000 urnas eletrônicas para as eleições presidenciais de 2022, bem como dos demais produtos e serviços previstos em edital.

Em 2021, a Companhia realizou a 2ª Emissão de Debentures, no valor total de R\$ 300 milhões, o que permitiu o alongamento no perfil da dívida e melhor diversificação de fontes de financiamento. Em abril, a Companhia anunciou o licenciamento e incorporação das operações da marca de computadores Compaq em território brasileiro, com a fabricação e comercialização dos modelos de notebooks, desktops e all-in-one. No mesmo ano, foi lançado o Educacional – Ecossistema de Tecnologia e Inovação, que integra e conecta as melhores soluções, instituições de ensino, editoras, empresas nacionais e internacionais, alunos, pais, *edtechs*, ONGs e fundações.

Também em 2021, a Companhia assinou parceria com a Transsion Holdings para representar a marca de smartphones premium Infinix no Brasil, passou a integrar o IBrX-100, índice das 100 ações mais negociadas na B3 e na Avenida de Crescimento Soluções de Pagamentos, teve o final do período de exclusividade junto a Cielo, passando a ganhar escala na área de Soluções de Pagamento Inteligentes, como o exemplo do contrato firmado com a Stone em novembro. No final de 2021, foi anunciada a parceria com a Nexgo para a produção e fornecimento de novos modelos de POS voltados a empresa de todos os portes. Em dezembro de 2021, a Companhia foi confirmada vencedora do processo licitatório para a produção e fornecimento de 176 mil urnas eletrônicas para as eleições de 2024.

Em fevereiro de 2022, a Companhia concluiu a 3ª emissão de debentures, no montante de R\$ 350 milhões e prazo de vencimento de 4 anos, reforçando o alongamento da dívida e o aumento de participação no mercado de capitais. Já em março, foi lançada uma nova avenida de crescimento, a Positivo Tech Services, que tem como foco prestar serviços e suporte avançado para corporações de todo o Brasil, com assistência técnica a computadores, notebooks e tablets de todas as marcas do mercado.

Ainda em 2022, a Companhia venceu mais um processo licitatório para fornecimento de 220 mil urnas eletrônicas para as eleições de 2024. Este lote foi entregue ao longo do segundo semestre de 2023 e início de 2024. Além disso, em no primeiro semestre do ano, entregamos à Petrobras, em parceria com a Atos Bull, super servidores de alta performance (HPC) que compõem o maior supercomputador da América Latina.

Em 2023, a Positivo Tecnologia lançou a nova unidade de negócios, PositivoSEG, com portfólio de soluções de automação e segurança eletrônica que inicialmente é composto por dispositivos de circuito fechado de televisão (CFTV) analógico e digital, uma linha completa de câmeras, gravadores, sistema de videomonitoramento, central de alarme e sensores para detecção de intrusão, opções de rede e conectividade como roteadores e switches, além de acessórios para estruturação dos sistemas de segurança.

Ainda em 2023, a companhia adquiriu a SecuriCenter, distribuidora de equipamentos de segurança eletrônica, que possui uma carteira de mais de 13 mil clientes, atendendo desde grandes e médios integradores até pequenos instaladores, por meio de seus dois centros de distribuição nas cidades de São Paulo (SP) e Recife (PE) e complementa a nova unidade de negócios da PositivoSEG.

Ao longo do ano, entregamos também as 220 mil urnas eletrônicas para as eleições de 2024, licitação ganha em 2022, que representam um faturamento de R\$ 1,4 bilhão, sendo que R\$ 1,2 bilhão foram faturados em 2023 e o remanescente R\$ R\$ 245 milhões foram faturados no primeiro trimestre de 2024.

2024 iniciou com a aquisição da Algar TI Consultoria, movimento visando acelerar a estratégia de diversificação, com intuito de ser uma *powerhouse* de tecnologia, uma das líderes na oferta de soluções tecnológicas de fim a fim (Edge, to Core, to Cloud), capaz de oferecer a mais ampla gama de infraestrutura de hardware, com expansão da capacidade de consultoria, gestão, implementação de projetos de transformação digital e inteligência artificial. Ainda, fortalece a unidade de negócios Positivo Tech Services e expande a oferta integrada de hardware, serviços e soluções. A aquisição foi concluída em junho do mesmo ano.

Ainda no primeiro trimestre de 2024, firmamos contrato com BNDES para financiamento de R\$ 330 milhões que contribuirá para a otimização de nossa estrutura de capital, com alongamento do perfil de nossas obrigações financeiras e com menores custos. Em maio de 2024 a Companhia anunciou o resgate antecipado facultativo da totalidade das Debêntures da 3ª emissão, de R\$ 200 milhões.

Em dezembro de 2024 lançamos a Positivo S+, nova marca que unifica os portfólios da Algar TI Consultoria S.A. ("Algar Tech MSP") e Positivo Tech Services. A Positivo S+ representa um passo significativo na estratégia de diversificação dos negócios da Companhia, ao consolidar os serviços gerenciados de TI sob uma única gestão e marca. Esse lançamento também reflete o avanço no processo de integração das quatro fases da operação: estabilização da integração, junção da área de managed services provider (MSP), integração comercial e cross sell, além da etapa de desenvolvimento de novos serviços e soluções. A primeira etapa foi finalizada em 2024 e a expectativa é que as demais sejam concluídas em 2025.

Em dezembro de 2025, tivemos o aumento de capital social da companhia no montante total de R\$ 743.398.495,88 efetuado mediante a capitalização do saldo de reservas de lucros da Companhia. Por conta da capitalização, o capital social da Companhia passou de R\$ 742.700.000,00 para R\$ 1.486.098.495,88 O aumento de capital considera o disposto no art. 199 da Lei das S.A. promovendo a transferência contábil de recursos da reserva de lucros para a conta do capital social da Companhia.

Visão Geral

Somos uma empresa de tecnologia genuinamente brasileira, fundada em 1989 por um grupo de empreendedores que ousou produzir computadores no Brasil. Sediada em Curitiba, Paraná, a Companhia possui capital aberto desde dezembro de 2006, com ações listadas no Novo Mercado, o segmento de mais alto nível de governança corporativa da B3.

Nossa essência é acreditar no poder transformacional da educação e que a tecnologia existe para impulsionar vidas, organizações e o mundo.

O propósito que inspira nossa cultura, estratégia, decisões e ações cotidianas é “tornar a vida das pessoas melhor e mais inteligente com o uso de tecnologia”.

Fabricamos e comercializamos computadores, notebooks, celulares, tablets, dispositivos para casas e organizações inteligentes, servidores, equipamentos de segurança, máquinas de pagamento inteligentes, urnas eletrônicas entre diversos outros produtos que nos habilitam a integrar e entregar serviços e soluções que aumentem a eficiência, governança, segurança, lucratividade e principalmente a potencializar o impacto positivo dos nossos clientes no mundo. Também oferecemos serviços gerenciados de TI para empresas, por meio da nossa nova unidade de negócios Positivo S+, com uma abordagem completa e integrada para atender a demanda de nossos clientes no Brasil e no exterior.

Possuímos fábricas em Manaus (AM), Ilhéus (BA) e Curitiba (PR), assim como Centros de Operações de Serviços Gerenciados de TI no Brasil em diversas cidades no estado de São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo, e em cidades como Brasília e Vitória. Além de nossas operações no Brasil, possuímos Centros de Operações de Serviços na América Latina em Buenos Aires na Argentina, Medellín, Bogotá e Cali na Colômbia, e na Cidade do México e em Guadalajara, no México. Para suportar nossas operações possuímos escritórios comerciais e de projetos em Taipei em Taiwan, e em Shenzhen na China, e coordenamos a mais ampla rede assistências técnicas no Brasil e parceiros de serviços de TI em toda a América Latina.

Temos um portfólio de produtos que atende a todos os perfis de consumo e organizações, composto pelas marcas próprias Positivo, Positivo Casa Inteligente, Positivo Servers & Solutions, Positivo S+, Positivo SEG, Positivo Soluções de Pagamento e Educacional, além de produtos fruto de parcerias estratégicas com VAIO e Infinix, com o objetivo de complementar nosso portfólio.

Nossos produtos, serviços e soluções tem a missão de contribuir para a inclusão digital das famílias e do sistema educacional brasileiro, assim como oferecer as organizações acesso competitivo ao que há de mais avançado em tecnologia no mundo, permitindo que pessoas e organizações privadas e públicas possam acelerar sua jornada de digitalização e potencializar o uso da tecnologia para impulsionar suas vidas, seus serviços e negócios.

Nossos produtos de consumo são vendidos por meio de redes de varejistas regionais, além de grandes redes com alcance nacional, canais online próprios e de terceiros (plataformas de market place), com as quais a Companhia mantém sólido relacionamento comercial, em função principalmente de seus preços competitivos, da qualidade de seus dispositivos, da habilidade em customizar seus produtos e da sua ampla rede de assistências técnicas cobrindo todo o território nacional.

Nos últimos 6 anos, a Positivo vem passando por um processo de TRANSFORMAÇÃO com os objetivos de

(i) reforçar sua liderança no mercado brasileiro de consumo (segmento CONSUMER), (ii) expandir sua atuação para novos mercados corporativos e de instituições públicas (segmento COMMERCIAL) e (iii) ampliar a oferta de PRODUTOS, SERVIÇOS e SOLUÇÕES para o mercado corporativo e de instituições públicas (também no segmento COMMERCIAL).

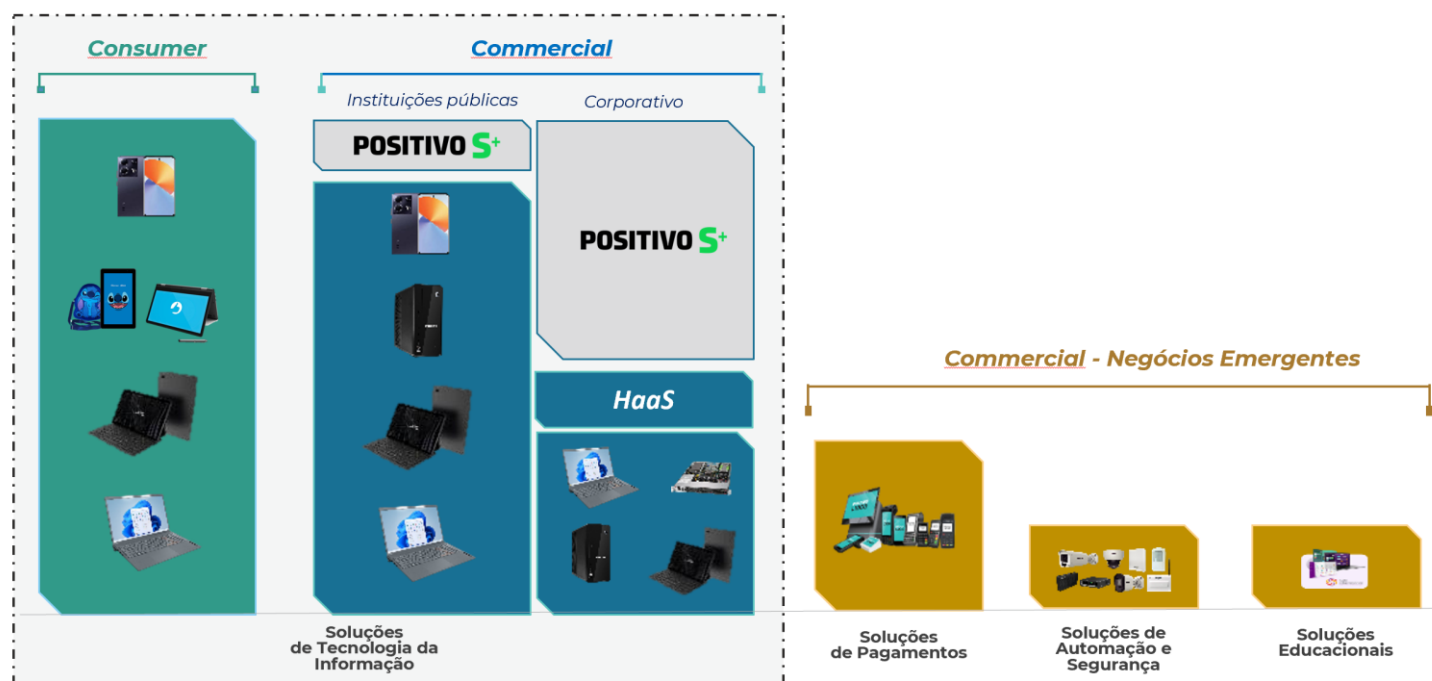
Nossos produtos e serviços corporativos oferecem soluções de inclusão e transformação digital para empresas e organizações públicas de todos os portes, oferecendo uma experiência completa em toda sua jornada, desde o planejamento, aquisição, serviços, manutenção, renovação e circularidade do seu parque tecnológico, complementando suas necessidades e acelerando o atingimento de seus objetivos, aumentando a eficiência de suas operações e ampliando e potencializando os impactos positivos de nossa parceria na sociedade e no mundo.

Essas novas unidades de negócios corporativas transformaram a Positivo, originalmente focada no varejo de pessoa física, em um negócio diversificado e resiliente com uma base sólida de organizações privadas e públicas como clientes, elevando o valor agregado do portfólio de produtos, serviços e soluções da Companhia.

ÁREAS DE NEGÓCIOS DA POSITIVO TECNOLOGIA

A Positivo Tecnologia adota uma organização de negócios que permite assegurar uma forte presença e participação sólida de mercado, consolidando competências-chave em desenvolvimento, produção e distribuição de hardware e prestação de serviços.

A PositivoTecnologia atua em dois grandes mercados, o de consumo, ou CONSUMER, onde oferecemos Dispositivos de Tecnologia para pessoas físicas, e o mercado COMMERCIAL, onde oferecemos Dispositivos, Infraestrutura Tecnológica e Serviços nos segmentos de Tecnologia da Informação, Soluções de Pagamentos, Soluções de Automação e Segurança e Soluções Educacionais para governos, empresas privadas, instituições financeiras e de ensino. A figura abaixo ilustra os negócios da Positivo e os mercados atendidos.



Mercados de atuação da POSITIVO Tecnologia

MERCADO CONSUMER – Dispositivos Inteligentes, Conectividade e Conforto

Consumer é a unidade de negócios da Positivo Tecnologia responsável pela atuação nos diferentes canais de distribuição destinados a clientes finais pessoas físicas, oferecendo uma linha completa de computadores, tablets, celulares e dispositivos IoT (*Internet of Things*, ou Internet das Coisas). No varejo, distribuímos nossos produtos em lojas físicas e online por meio de redes varejistas regionais e nacionais. A Companhia atua em todas as faixas deste mercado, incluindo (a) Tier 1, que é composto por empresas de grande porte (b) Tier 2, com presença em varejistas de médio porte, com presença em determinadas regiões do país (c) Tier 3, composto por pequenas revendas espalhadas pelo país e (d) Canais online, seja por meio de vendas diretas (D2C) ou por meio de terceiros (sellers que operam em market places).

Para manter e ampliar nossa liderança neste mercado, projetamos continuamente produtos que atendam às demandas específicas de nossos clientes. Lançamos recentemente a linha de notebooks Vision, que traz novas funcionalidades ao mercado, além de novos modelos de notebooks da linha VAIO, com processadores de última geração. Incorporamos tablets com a marca Positivo e desenvolvemos o tablet VAIO TL10, que representou a estreia da marca japonesa no segmento e inclui um miniteclado integrado com conexão inteligente, design distinto e alto desempenho. O sucesso do modelo Vaio resultou no lançamento de um tablet de 10 polegadas com capa teclado da marca Positivo, denominado

Positivo Vision.

Em smartphones temos a linha Infinix, trazida ao Brasil pela Positivo com a intenção de ganhar participação significativa dentro do segmento, no posicionamento de preço intermediário.

Esse novo e amplo portfólio de produtos atende a todas as classes sociais brasileiras e, em conjunto com nossos dispositivos IoT, oferecem, através da plataforma Positivo Casa Inteligente, acesso às mais inovadoras tecnologias para conectividade, conforto e bem-estar em seu dia a dia de forma simples, eficiente e intuitiva.

Positivo Casa Inteligente

A Positivo investe continuamente na plataforma de IoT Positivo Casa Inteligente, que hospeda produtos e soluções de automação e segurança residenciais conectadas, baseada no conceito DIY (Do it Yourself, ou Faça Você Mesmo). A marca oferece uma solução completa, simples e intuitiva, composta por produtos de Iluminação Inteligente (lâmpadas wi-fi, fitas LED conectadas, luminárias), Conforto e Automação (plugs inteligentes, controles universais wi-fi, interruptores e acionadores), Segurança (câmeras, fechaduras, alarmes e sensores), Conectividade (roteadores) e Eletroportáteis (robôs aspiradores, alimentador para pets). Todos os produtos são comandados pelo aplicativo Positivo Casa Inteligente, primeiro app do segmento com adoção massiva no varejo brasileiro (mais de um milhão e meio de usuários em 2024) com desenvolvimento 100% nacional.

MERCADO COMMERCIAL - Dispositivos, Infraestrutura Tecnológica e Serviços de TI

No mercado de Soluções de Tecnologia da Informação para organizações privadas e públicas, a Positivo oferece opções de inclusão e transformação digital para que organizações de todos os portes se mantenham eficientes, inteligentes, seguras, relevantes e competitivas para enfrentar um mundo cada vez mais desafiador.

O portfólio de produtos e serviços integrados da Positivo é amplo e inclui Dispositivos Corporativos, Servidores para Infraestrutura Tecnológica, Serviços de Gestão de TI, oferta de Mão de Obra Especializada, Gestão de Impacto Ambiental, Social e Soluções de Circularidade de Produtos, assim como Serviços de Integração de Soluções, tornando a Positivo uma referência em Soluções Tecnológicas Integradas para todos os desafios tecnológicos das organizações.

Para atender este mercado a Positivo Tecnologia possui unidades de negócios especializadas que oferecem produtos e serviços gerenciados de TI as empresas e instituições públicas no Brasil e na América Latina. A seguir descrevemos cada uma destas unidades de negócios.

Positivo Servers & Solutions

A Positivo entrou no mercado de servidores, armazenamento (*storage*) e soluções no final de 2018, ao adquirir 80% do capital da empresa ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda (Accept), empresa com 30 anos de experiência. Em 2020, o nome fantasia da Accept foi alterado para Positivo Servers and Solutions, trazendo maior integração com a Positivo Tecnologia. O seu portfólio atende desde as soluções de IoT/EdgeComputing até a infraestrutura de Data Centers e Supercomputadores de Inteligência Artificial e HPC, com cessão de tecnologia da Supermicro, referência em servidores de IA e soluções para HPC, e da norte americana Nutanix, empresa mundial do segmento de nuvem (*cloud*) híbrida, que unifica a agilidade e simplicidade das nuvens públicas com o desempenho e segurança das nuvens privadas.

Em parceria com integradores locais e canal de venda especializado, ofertamos soluções de infraestrutura de alta complexidade, como, por exemplo, os supercomputadores usados pela Petrobras na exploração de petróleo. A Positivo é uma fabricante brasileira que possui portfólio completo com soluções de ponta, com benefícios locais e suporte 24x7, por meio da sua rede autorizada de serviços profissionais. Hoje, somos líderes de mercado de servidores high-end: IA, HPC e de servidores para algoritmos de alta complexidade.

Positivo Tech Services e Positivo S+

A Positivo criou em 2022 a unidade de negócios Positivo Tech Services, com objetivo de prestar serviços de suporte avançado em tecnologia para organizações privadas e públicas de todo o Brasil, ofertando serviços que acelerem a implementação, reduzam os custos de execução e entreguem valor para os clientes em toda a jornada de seu parque tecnológico e na modernização de suas operações e serviços próprios. O desenho de serviços oferecido pela Positivo Tech Services foi pensado para ofertar serviços de gestão de dispositivos com mão de obra especializada, de modo a oferecer soluções completas de Segurança Cibernética (ferramentas, antivírus e gestão de segurança cibernética de prevenção, detecção, tratamento e recuperação), Centros de Serviços Digitais (suporte multicanal, RPA – robot process automation, suporte automatizado, chatbot e gestão de serviços), Gestão Digital de Ativos (inventário de disponibilidade e uso de ferramentas de software e hardware), assim como também Ferramentas Preditivas de uso e otimização de performance de ativos.

Adicionalmente aos serviços de gestão de TI dos dispositivos, a Positivo Tech Services oferece soluções de sustentabilidade como oferta de Hardware as a Service (HaaS), serviço de aluguel de desktops, notebooks, tablets e smartphones, associado à prestação de suporte técnico e manutenção de equipamentos. Nesse formato de negócio, o equipamento permanece de propriedade da Positivo, que fica responsável por estender sua vida útil, assim como pela logística reversa. Atualmente, o HaaS é considerado uma das principais formas de viabilizar a circularidade de equipamentos eletrônicos.

Também fomos a primeira fabricante no Brasil a oferecer o Refurbished Hardware as a Service (RHaaS), ou seja, o mesmo serviço de aluguel, porém com equipamentos recondicionados e com garantia, dobrando sua vida útil e reduzindo o descarte. Esse modelo de negócio não apenas reduz a geração de lixo eletrônico, fomentando a circularidade, como permite produzir equipamentos ainda mais acessíveis a pessoas e empresas com menor capacidade financeira. Em 2022, fomos a primeira empresa de tecnologia no Brasil a oferecer ao mercado o serviço Zero Carbon para os modelos de contrato HaaS e RHaaS, dando a opção a nossos clientes de compensarem as emissões de carbono associadas aos respectivos contratos, por meio da compra de créditos de carbono. Os clientes que optam pela compensação são reconhecidos com o selo “Positivo Amigo do Clima”

Para desenvolver o programa de compensação de carbono, medimos o consumo e a emissão de CO² equivalente nos processos de locação de equipamentos durante seis meses. Com o resultado dessa medição, pudemos adquirir o equivalente em créditos de carbono, que serão investidos em projetos de redução de desmatamento e conservação da Floresta Amazônica. Escolhemos esse bioma não apenas por sua importância ecológica, mas também por abrigar nossa fábrica no polo industrial de Manaus.

Com a oferta do Zero Carbon, o RHaaS passou a ser uma solução de informática que não apenas assegura a circularidade dos equipamentos, como também possibilita a neutralização das emissões de carbono associadas à sua utilização. Esse modelo nos levou a criar o HaaS4Edu, que permite às instituições de ensino alugar equipamentos eletrônicos de forma inteligente e econômica, ao invés de comprá-los.

Em 2024, na direção de acelerar nossa oferta no mercado de serviços de TI, a Positivo Tecnologia fez a maior aquisição da sua história, que foi a compra da unidade de Serviços Gerenciados de TI (MSP) da Algar TI Consultoria, também conhecida comercialmente como Algar Tech MSP. A empresa de Serviços Gerenciados de TI adquirida pela Positivo Tecnologia possui um histórico comprovado de mais de 25 anos de alta qualidade e liderança na prestação de serviços reconhecidos pelo mercado. A receita bruta da Algar TI Consultoria, relativa à unidade de MSP, na data-base de 30 de setembro de 2023 e considerando os últimos 12 meses foi de R\$ 459 milhões. O crescimento CAGR (sigla em inglês para Taxa de Crescimento Anual Composta) foi de 19% no período de 2021 a 2023. Conta ainda com um time dedicado e especializado distribuído por todo o Brasil e América Latina. O negócio de MSP ainda se destaca pela atuação internacional e está presente em 16 países da América Latina, sendo três desses com escritórios próprios: México, Colômbia e Argentina. atendendo mais de 160 clientes corporativos no Brasil e exterior com os quais mantém relacionamento de longo prazo, nos segmentos de bens de consumo, indústria extrativista, instituições financeiras, seguradoras, tecnologia, instituições públicas, entre outras. Acompanharam a transação todo o corpo diretivo do negócio MSP, como diretores e gerentes, além de 100% dos colaboradores.

A partir dessa aquisição, a Positivo Tecnologia emerge como uma fornecedora de serviços de gestão de rede e operações de dispositivos finais (NEOS - Networking & Endpoint Operations Services). Também se transforma em uma empresa de serviços de gestão de infraestrutura de TI no Brasil (ITIS – IT Infrastructure), além de expandir presença nos importantes mercados do México, Colômbia e Argentina.

Em Dezembro de 2024, após um período de 6 meses de integração operacional, a Positivo lançou sua nova marca de Serviços Gerenciados de TI, a Positivo S+, fruto da junção operacional da Algar Tech-MSP com a Positivo Tech Services, buscando reforçar a posição da Positivo nos mercados de NEOS de alta capilaridade com a força, estrutura e especialização da Algar Tech MSP na oferta de serviços de ITIS e de NEOS de baixa capilaridade, assim como potencializando a oferta de dispositivos corporativos e infraestrutura de TI para grande clientes coporativos e instituições publicas.

Instituições Públicas

Instituições Públicas é a unidade de negócios responsável por atender às demandas do setor público, que compreende empresas estatais e mistas, autarquias, tribunais e demais órgãos das esferas federal, estadual e municipal. Fornece desktops, notebooks, tablets, smartphones, servidores, urnas eletrônicas, soluções de conectividade como por exemplo centrais híbridas, totens, entre outros, além de software de gerenciamento e software de diagnósticos, desenvolvidos rigorosamente de acordo com as especificações dos editais de órgãos de governo e empresas públicas, adequando seus produtos para atender às necessidades de cada Instituição.

Projetos Especiais – Soluções Tecnológicas Customizadas

Projetos Especiais são Soluções Tecnológicas Customizadas de hardware e/ou software de alta complexidade técnica e de engenharia, que a Positivo vem desenvolvendo ao longo de mais de 30 anos de história. Em 2020, vencemos o processo licitatório para o fornecimento de 225 mil urnas eletrônicas para as eleições de 2022. E, em dezembro de 2021, vencemos um segundo certame para fornecimento de 220 mil urnas eletrônicas para as eleições de 2024. Além da fabricação de urnas eletrônicas, desenvolvemos diversos outros projetos especiais ao longo dos últimos anos, tais como: Smartphones MDM para o Censo Demográfico, Totens para as agências do Poupa Tempo em São Paulo, Smartphones para os Correios e Terminais Financeiros.

Soluções de Pagamentos

Para além do mercado de tecnologia da informação, a Positivo Tecnologia entrou no mercado de meios de pagamentos em 2016, com o lançamento da primeira máquina de pagamento inteligente do mercado brasileiro. Em 2021, lançou o primeiro terminal de pagamento com solução de segurança própria, aumentando sua competitividade. No segmento de máquinas inteligentes de pagamento, a Companhia fornece para as principais adquirentes e subadquirentes do mercado brasileiro. Atualmente, 6 das 8 maiores adquirentes do Brasil utilizam as máquinas inteligentes da Positivo.

PositivoSEG Soluções de Segurança

Em junho de 2023, lançamos uma unidade de negócios de automação e segurança eletrônica com soluções para empresas, escolas, condomínios e residências de todo o Brasil, denominada PositivoSEG, dando sequência à implementação da estratégia de diversificação. O novo empreendimento traz um portfólio voltado a soluções de automação e segurança eletrônica que inicialmente é composto por dispositivos de circuito fechado de televisão (CFTV) analógico e digital, uma linha completa de câmeras, gravadores, sistema de videomonitoramento, central de alarme e sensores para detecção de intrusão, opções de rede e conectividade como roteadores e switches, além de acessórios para estruturação dos sistemas de segurança.

Para acelerar a peresença da Companhia no segmento de automação e segurança eletrônica e reforçar a intenção de se consolidar como um grande player nesse crescente mercado, em 28 de junho de 2023 anunciamos a aquisição da SC Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda, ou Securicenter, uma das maiores distribuidoras de equipamentos e de soluções para o segmento de segurança eletrônica do país, com mais de 25 anos de tradição e um vasto portfólio com mais de 2.100 SKUs, divididos em oito categorias. A Securicenter atende grandes e médios integradores até pequenos instaladores, por meio de seus dois centros de distribuição nas cidades de São Paulo (SP) e Recife (PE).

Em 2022, a SecuriCenter registrou receita bruta de aproximadamente R\$ 97 milhões, e cresceu cerca de 40% ao ano entre 2019 e 2022. O preço de Aquisição, sujeito aos ajustes previstos no contrato, foi de R\$ 23.800.000,00, dos quais R\$11.300.000,00 foram pagos na data de fechamento e o valor remanescente foi dividido em 5 parcelas anuais, iguais e sucessivas, no valor de R\$ 2.500.000,00 cada uma, corrigidas por IPCA a partir da data da conclusão da Aquisição. Com esta aquisição, a Companhia passou a desintermediar parte da cadeia ao atuar de maneira mais próxima das revendas e integradores de automação e segurança eletrônica, potencializando a distribuição tanto dos produtos da PositivoSEG (conceito “Do it for Me”) quanto da linha Positivo Casa Inteligente (conceito “Do it Yourself”). A conclusão da aquisição se deu em 31 de julho de 2023.

Educacional

A Positivo Tecnologia atua no mercado de educação por meio da unidade de negócios Educacional - Ecossistema de Tecnologia e Inovação, que se dedica a desenvolver e distribuir soluções que apoiam toda a comunidade escolar. Há mais de 28 anos, a Companhia tem o objetivo de transformar a jornada de ensino-aprendizagem com tecnologia, para torná-la mais significativa, engajadora e eficiente.

As soluções desenvolvidas pela área de negócios de Tecnologia Educacional estão presentes em mais de 40 países. Ao longo de sua história, o Educacional já impactou mais de 1,5 milhão de estudantes em mais de 14 mil escolas no Brasil e no mundo. O portfólio do Educacional é formado por diversas soluções que apoiam escolas, redes de ensino e municípios nas mais diferentes frentes pedagógicas e de gestão. Entre elas, se destacam as Suítes Pedagógicas, uma plataforma de aprendizagem que reúne em um único ambiente digital mais de 30 startups de educação (EdTechs). Já as Mesas Educacionais são uma solução composta por software, hardware, material concreto e realidade aumentada, projetada para potencializar a alfabetização e o letramento. O Educacional conta ainda com soluções de robótica e programação, como Inventura e Tivy, além de ser distribuidora oficial de importantes empresas como LEGO® Education e Fundação micro:bit. Com foco no pensamento computacional, crítico e matemático, o Educacional oferece o Pense

+, que leva o desenvolvimento dessas competências para o dia a dia dos alunos. Já para atender às necessidades de personalização do ensino e recomposição da aprendizagem, desenvolvemos a plataforma gamificada Aprimora.

Vantagens Competitivas da Positivo Tecnologia

Nossas principais vantagens competitivas são:

Domínio do ecossistema de fornecimento global: acesso amplo ao *supply chain* global de hardware com expertise de mais de 30 anos no relacionamento com os mais importantes ODMs e fornecedores. Além disso, nossa forte escala de compras de componentes nos permite desenvolver relacionamentos diretos com nossos principais fornecedores.

Sólida capacidade de engenharia, tanto em hardware quanto em software (Android): Oferecemos produtos que envolvem desde o desenvolvimento, fabricação, comercialização e distribuição de Hardware e Software, soluções completas e prestação de serviços especializados em todo o Brasil.

Cinco unidades produtivas: presença fabril e de centros de distribuição estrategicamente localizados, otimizados para capturar eficiência tributária e logística.

Vasta capilaridade: Canais comerciais amplos com +12.000 pontos de venda, presença em todos os importantes varejistas e canais on-line, +4.000 revendedores especializados na venda para pequena e média empresa, +200 pontos de assistência técnica no território nacional, cerca de 5.000 profissionais treinados de suporte de serviços de tecnologia, presentes em todos os municípios do Brasil e em 16 países da América Latina por meio da Positivo S+.

Marca fortemente estabelecida no segmento de Varejo, Corporativo e Instituições Públicas reconhecida pela qualidade e boa relação custo / benefício de seus produtos.

Parcerias Estratégicas com as empresas mais inovadoras do mundo tanto no mercado de consumo como corporativo, entre as quais podemos citar a Microsoft, Google, Intel, AMD, Supermicro, Nutanix, Vaio, Infinix entre diversas outras empresas nacionais e internacionais de destaque em suas ofertas de soluções de tecnologia.

Oferta de soluções tecnológicas integradas fim a fim: a Positivo se posiciona como a companhia de tecnologia referência no Brasil com a mais ampla oferta de soluções tecnológicas integradas fim a fim (Edge, to Core, to Cloud) bem como parceira na adoção de inteligência artificial por organizações no Brasil e na América Latina. Este movimento fortalece nossa estratégia de diversificação por meio de uma oferta de soluções de infraestrutura de hardware e de serviços de gestão de tecnologia da informação (MSP, NOC, SOC), desde os servidores para datacenter, até processamento de Inteligência Artificial, bem como uma gama de dispositivos, incluindo notebooks, desktops, tablets e smartphones, com unidades de processamento neural integradas, fortalecendo a oferta de serviços de gestão e consultoria, e potencializando a capacidade de implementação de ferramentas de IA generativa para otimização de tarefas individuais, como Copilot, e até mesmo de projetos de hardware e software em inteligência artificial.

Inovação: A inovação está na essência de nosso negócio. Trabalhamos constantemente para desenvolver novas soluções que tornem a vida das pessoas melhor e mais inteligente. Empreendemos esse esforço por conta própria, mas também em parceria com outras empresas, institutos e universidades públicas. O Brasil possui um marco legal bem estruturado e de alta governança para incentivar os investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I): a Lei de Informática (Lei 8.248/1991 e suas alterações). A Positivo, como empresa beneficiária da Lei de Informática, tem o dever de investir anualmente cerca de 4% do faturamento bruto de bens e serviços de informática incentivados em atividades de pesquisa e desenvolvimento e tecnologia de informação, calculados de acordo com a referida lei. Os investimentos em PD&I permitem que a Companhia evolua tanto em competitividade quanto em sustentabilidade, por meio do desenvolvimento de novos produtos, funcionalidades, tecnologias, conteúdos digitais, serviços e soluções tecnológicas. A lei tem diretrizes bem estabelecidas para os investimentos e permite que os recursos sejam investidos em Projetos Estruturantes de P&D, Projetos de Inovação Internos, em Parcerias e em Fundos de Investimento em Participações em Empresas Emergentes de base tecnológica. Nossa área de PD&I é formada por aproximadamente 400 pesquisadores internos e externos que constroem o futuro todos os dias. A Positivo Tecnologia investe de maneira balanceada, e de acordo com as regras da Lei de Informática, seus recursos de PD&I incentivados em cada uma destas possibilidades com foco em potencializar sua estratégia atual e futura de negócios e seu impacto positivo na sociedade e no mundo com inovação. Esses recursos são divididos em três grandes grupos de Investimento: Inovação Interna (Projetos Estruturantes), Inovação com Parceiros Estratégicos e Inovação Aberta.

Inovação Interna – Projetos de P&D e Parcerias de Inovação Tecnológica Os recursos de PD&I internos são aplicados na capacitação tecnológica de nosso time de pesquisadores e na contínua pesquisa, desenvolvimento, atualização e inovação tecnológica de nossos produtos, serviços e soluções. Nesse esforço, a Positivo mantém contratos de parceria tecnológica com diversas universidades, institutos de pesquisa, empresas de tecnologia e fornecedores no Brasil e no exterior.

Inovação Aberta – Fundo de Investimento Corporativo Paralelamente aos investimentos diretos em PD&I e parcerias

estratégicas de inovação, somos pioneiros em Corporate Venture Capital (CVC) no Brasil e estamos entre as empresas que mais investem em inovação aberta no país, adquirindo participações minoritárias em startups. Acreditamos na importância do fomento do ecossistema de desenvolvimento e inovação tecnológica e, por isso, há alguns anos criamos um programa de investimento e aceleração de startups.

Nosso Programa de CVC tem foco em três tipos de startups: (i) aquelas cujo negócio complementa a estratégia atual da Positivo, como a MUNDO MAKER e a MAX.IA; (ii) aquelas que atuam em áreas onde o Brasil tem alto potencial de liderança, como é o caso da HILAB e da AGROSMART; e (iii) em novas fronteiras do conhecimento para enfrentar os desafios do mundo atual, onde se enquadram, por exemplo, ERT e HITEC.

Para acelerar e potencializar nossos investimentos em inovação internos e acelerar a conexão com outros atores do ecossistema nacional e internacional de tecnologia, criamos o Positivo Labs, nosso hub de inovação na Amazônia, onde desenvolvemos software e aplicações que agregam valor aos nossos produtos e serviços, projetos de inovação com parceiros tecnológicos estratégicos e apoiamos empresas emergentes que desejam se instalar no polo industrial de Manaus e desenvolver a economia da região. Em 2024 inauguramos em parceria com a UFBA, Universidade Federal da Bahia, o centro de P&D e capacitação Tomorrow.

Estratégia

Em 2018 a Positivo Tecnologia iniciou um processo de diversificação de negócios, buscando a partir da sua liderança no mercado de dispositivos para o mercado consumidor e de instituições públicas expandir sua atuação para novos mercados comerciais, em especial em mercados de alto crescimento, nas áreas de tecnologia da informação, soluções de pagamentos, de segurança e soluções educacionais, com maior previsibilidade de demanda e rentabilidade, oferecendo produtos, serviços e soluções integradas, tornando a Companhia mais resiliente, previsível e lucrativa.

Expandir o segmento Commercial de soluções de tecnologia da informação (Corporativo + Instituições Públicas), que em 2024 representou aproximadamente 70% do negócio

Buscamos ampliar nosso *market share* em vendas e locação de hardware e serviços para empresas de todos os portes. Para isso, reestruturamos a unidade que, em 2021, passou a integrar uma nova vice-presidência com a missão de fortalecer o desenvolvimento de seus negócios que, cada vez mais, vem ofertando produtos e soluções diversificadas e específicas para o mercado B2B. Dentre as diversas soluções destacamos a prestação de serviços via locação de dispositivos (HaaS) e através do negócio "Tech Services", agora integrado com a Algar Tech MSP, sob a marca Positivo S+, que oferece serviços gerenciados de TI para dispositivos, serviços de infraestrutura tecnológica e cibersegurança para grandes corporações e instituições públicas no Brasil e América Latina.

Para o segmento de instituições públicas, nossa estratégia é de continuar com foco em oferecer a melhor solução para as necessidades do governo e das instituições públicas, através da nossa capacidade de engenharia de produto, com capacidade e flexibilidade para adaptação dos produtos para atender aos requisitos de cada edital com a melhor performance e custo, no melhor prazo possível. Também é parte da nossa estratégia avançar na oferta de Soluções Integradas de Alta Complexidade Tecnológica, permitindo ao governo avançar na transformação digital dos serviços públicos.

Ampliar a oferta de serviços de aluguel de equipamentos (Hardware as a Service)

Foco em ampliar a presença nos segmentos de maior potencial como grandes empresas e setor educacional (HaaS4Edu). De acordo com o IDC, o mercado de Hardware as a Service tem potencial de atingir R\$ 2,5 bilhões em 2026 devido ao forte aumento de demanda por parte de empresas que buscam melhor eficiência na alocação de

recursos (trocando capex por opex). Em 2024, cerca de 50% dos nossos contratos firmados para grandes empresas foram em HaaS e esperamos que essa proporção aumente nos próximos períodos. Destacamos também a expansão das operações de Refurbished hardware as a Service (RHaaS), que são vendas e locações de equipamentos usados, remanufaturados e já depreciados, trazendo, assim, maiores margens para a Companhia, e fortalecendo o compromisso com as práticas ESG, com maior participação na economia circular.

Oferecer Servidores e Soluções de Infraestrutura avançada de TI

O mercado atual de servidores no Brasil é de cerca de R\$ 3,0 bilhões em faturamento. Hoje, somos líderes de mercado de servidores High End (IA, HPC e Servidores para algoritmos de alta complexidade). Nossa aspiração é ser referência em servidores para Inteligência Artificial, Sistemas de Armazenamento, Hiper Convergência, computação de borda (com a gradual expansão das redes 5G), softwares e serviços correlacionados, desenvolvendo e implementando as melhores soluções para datacenters no mercado brasileiro.

Nosso portfólio de Servidores é fruto de nossa parceria com a Supermicro, empresa referência mundial em servidores de Inteligência Artificial e HPC.

Ampliar a Oferta de Serviços Gerenciados de TI por meio da unidade Positivo S+

Aproveitar nossa presença em todo território nacional, através da nossa capilaridade, para escalar e acelerar a oferta de serviços avançados a organizações públicas e privadas de todo o Brasil e da América Latina, com gestão de parque tecnológico de todas as marcas do mercado, full outsourcing de ferramentas de segurança, solução de rastreamento de dispositivos e serviços gerenciados de tecnologia da informação.

Para complementar nossa estratégia de crescimento nesse segmento, anunciamos em 18 de março 2024 a assinatura do acordo para aquisição da Algar Tech MSP. A companhia de Serviços Gerenciados de TI (MSP) adquirida pela Positivo possui um histórico comprovado de mais de 25 anos, com alta qualidade e liderança na prestação de serviços gerenciados de tecnologia reconhecidos pelo mercado e está entre as líderes em serviços MSP, tanto em serviços gerenciados de TI como gestão de digital workplace, serviços de infraestrutura de TI, cloud e cibersegurança. Com essa aquisição, a Positivo se posiciona como uma companhia de tecnologia com ampla oferta de soluções tecnológicas integradas fim a fim (Edge, to Core, to Cloud) bem como parceira na adoção de inteligência artificial por organizações

no Brasil e na América Latina.

Em Dezembro de 2024, após 6 meses de integração operacional, a Positivo lançou sua nova marca de Serviços Gerenciados de TI, a Positivo S+, fruto da junção operacional da Algar Tech-MSP com a Positivo Tech Services, buscando reforçar a liderança da Positivo Tech Services nos mercados de NEOS de alta capilaridade com a força, estrutura e especialização da Algar Tech-MSP na oferta de serviços de ITIS e de NEOS de baixa capilaridade, assim como potencializando a oferta de dispositivos corporativos e infraestrutura de TI para grande clientes coporativos e instituições publicas.

Expandir nossa presença no Mercado de Soluções de Pagamento

Nossa estratégia para expandir nossa participação neste mercado envolve:

Vendas para adquirentes: (i) expandir base de clientes em todos os segmentos de mercado; (ii) complementar o portfólio para atingir todos os mercados; (iii) maximizar serviços recorrentes (gestão do parque/TMS, serviços de laboratório/like new e vendas de partes e peças).

Soluções E2E: (i) serviço de gestão integrada E2E do parque de máquinas Positivo para sub-adquirentes, incluindo HaaS, SW pagamento, distribuição, TMS, gestão de operadoras/SIM Cards, assistência e desativação; e (ii) foco inicial em sub-adquirentes e fintechs, porém estando preparados para amadurecimento do mercado de adquirentes.

Esta estratégia está baseada em nossa expertise no sistema Android que permitiu à Positivo Tecnologia desenvolver uma série de camadas de competências tecnológicas que nos habilitam a lançar produtos mais rapidamente, mais modernos, eficientes e competitivos além de permitir a nossos clientes inovar na sua oferta de soluções de pagamentos.

Expandir a PositivoSEG, nossa Unidade de Negócios de Segurança Eletrônica

Em junho de 2023, lançamos uma unidade de negócios de automação e segurança eletrônica com soluções para empresas, escolas, condomínios e residências de todo o Brasil, denominada **PositivoSEG**, dando sequência à implementação da estratégia de diversificação. O novo empreendimento traz um portfólio voltado a soluções de automação e segurança eletrônica que inicialmente é composto por dispositivos de circuito fechado de televisão (CFTV) analógico e digital, uma linha completa de câmeras, gravadores, sistema de videomonitoramento, central de alarme e sensores para detecção de intrusão, opções de rede e conectividade como roteadores e switches, além de acessórios para estruturação dos sistemas de segurança.

Com a **PositivoSEG**, a Companhia passa a atuar em um segmento que se destaca pelas oportunidades de mercado. Segundo a ABESE (Associação Brasileira das Empresas de Sistemas Eletrônicos de Segurança), esse segmento movimenta cerca de R\$ 11 bilhões ao ano no Brasil, com crescimento anual médio de 15%.

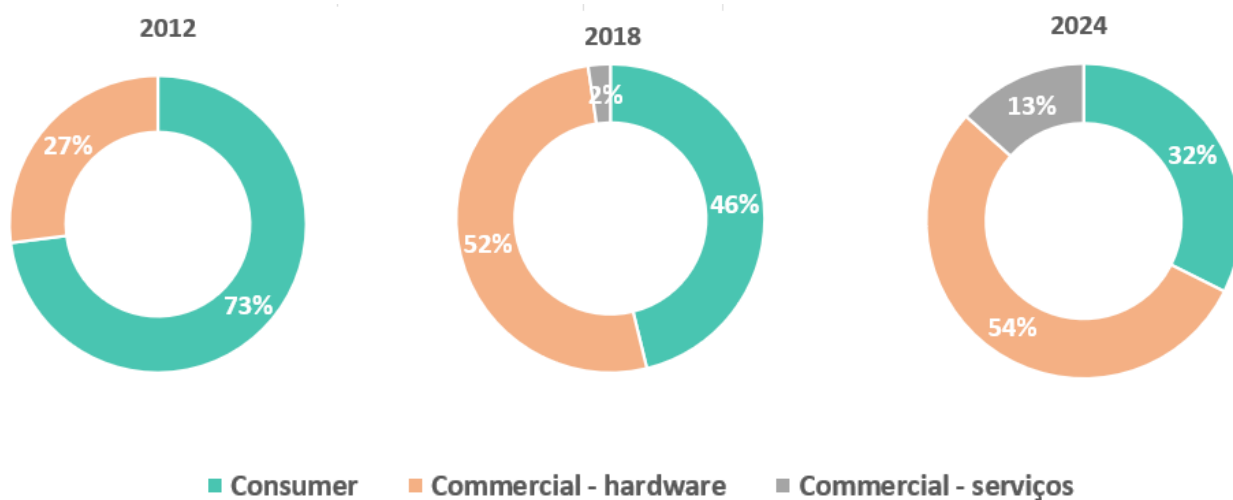
Reforçar nossa posição no mercado de consumer: (i) Aumento de capilaridade no pequeno e médio Varejo e vendas online (D2C e via Sellers) online no segmento de Consumer – PCs e (ii) maior penetração no mercado de smartphones por meio da marca Infinix

Hoje, atendemos as maiores varejistas do país, mas temos como foco estratégico continuar a ampliar nossa presença em varejistas regionais de médio e pequeno porte e em canais online. Além da expansão com os varejistas regionais, há de se destacar o rápido crescimento das vendas no canal D2C (Direto para o Consumidor) sem gerar conflitos com os demais canais. Em 2023 começamos a operar no Mercado Livre também no formato *full commerce*, que deve alavancar o crescimento do canal D2C. Esse formato requer integração do nosso sistema ERP à plataforma do marketplace, resultando em entregas mais rápidas e custos de frete reduzidos. As vendas continuam acelerando nos diferentes marketplaces e também nos sites próprios.

Diferentemente da estratégia em PCs, buscamos crescimento de *market share* em smartphones, através da marca Infinix, licenciada do Grupo Transsion, 4º maior fabricante global de smartphones. Essa marca visa a uma faixa de preços entre R\$ 1.000 e 3.500, sendo essa a faixa de preço de mercado que mais cresce no Brasil.

Evolução da Estratégia

O gráfico abaixo mostra a evolução da estratégia de diversificação da Companhia e mostrando a distribuição da receita bruta da empresa ao longo dos anos, com maior concentração oriunda do segmento CONSUMER em 2012, de 73% da receita total, para apenas 32% em 2024. Enquanto isso, a contribuição da receita do segmento COMMERCIAL, que era de 27% em 2012, saltou para 68% em 2024, demonstrando a evolução da nossa estratégia de diversificação com foco na oferta de soluções para organizações públicas e privadas.



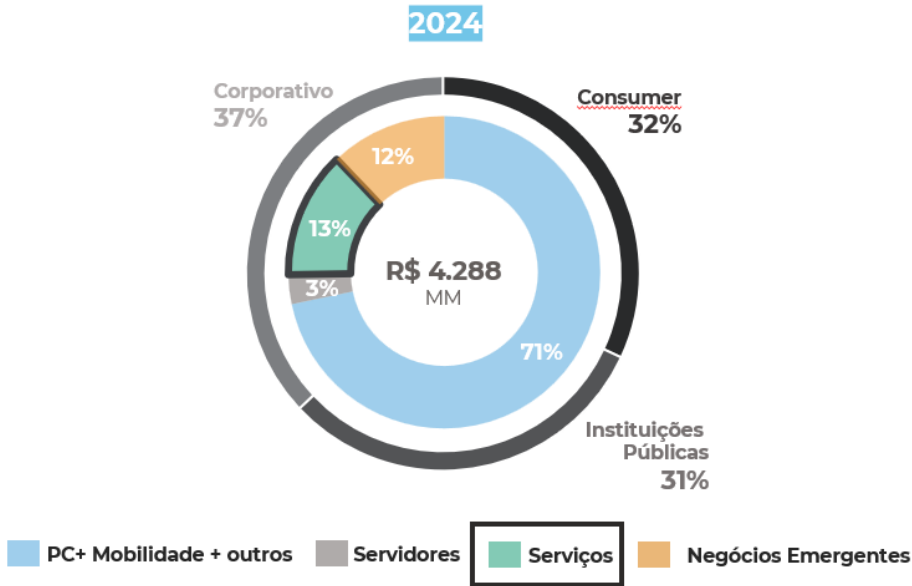
Os dados acima mostram a expansão da oferta de PRODUTOS, INFRAESTRUTURA TECNOLÓGICA, MÁQUINAS DE PAGAMENTOS, EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA e SERVIÇOS para o mercado COMMERCIAL ao longo dos últimos anos, demonstrando a execução consciente e disciplinada de nossa estratégia de diversificação.

Produtos e serviços comercializados

A Positivo Tecnologia possui um amplo portfólio de produtos segmentados para os mercados de varejo, público e corporativo, desenvolvido para atender as diferentes necessidades de seus clientes, buscando ampliar sua fatia de mercado no seu público-alvo e proporcionar aos seus clientes uma ampla variedade de produtos.

Fabricamos e comercializamos computadores, notebooks, celulares, tablets, dispositivos para casas e organizações inteligentes, servidores, equipamentos de segurança, máquinas de pagamento inteligentes, urnas eletrônicas entre diversos outros produtos que nos habilitam a integrar e entregar serviços e soluções que aumentem a eficiência, governança, segurança, lucratividade e principalmente a potencializar o impacto positivo dos nossos clientes no mundo. Também oferecemos serviços gerenciados de TI para empresas, por meio da nossa nova unidade de negócios Positivo S+, com uma abordagem completa e integrada para atender a demanda de nossos clientes no Brasil e no exterior.

O grafico abaixo representa a distribuição da receita bruta da companhia entre os principais segmetos de atuação:



Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A receita líquida da Companhia (conforme reportado nas Demonstrações Financeiras 2024) é resultante da atuação nos segmentos de varejo, instituições públicas e corporativo.

Em 2024, a receita líquida da Companhia registrou R\$ 3.688 milhões, sendo que o **segmento de varejo representou 28%**, **o segmento de corporativo representou 37%**, **o segmento instituições públicas, representaram 37%**, incluindo o projeto especial de urnas eletrônicas.

A tabela a seguir apresenta a composição da Receita Líquida contábil:

Receita Líquida (R\$ milhões)	2024	2023	Variação
Consumo	1.044	902	15,7%
Instituições Públicas	1.265	2.146	-41,1%
Corporativo	1.379	879	56,9%
Receita Líquida Total	3.688	3.927	-6,1%

Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

A Positivo Tecnologia apurou lucro líquido contábil de R\$ 85 milhões e R\$ 251 milhões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, respectivamente.

De acordo com a nota explicativa no. 24 das demonstrações financeiras anuais da Companhia, foram reportados a receita líquida e o lucro bruto por segmento.

FOOTPRINT DE PRODUÇÃO FLEXÍVEL PARA OTIMIZAÇÃO LOGÍSTICA E TRIBUTÁRIA

A Positivo Tecnologia oferece uma linha completa de dispositivos e serviços a todos os segmentos do mercado, incluindo notebooks, desktops, smartphones, tablets, servidores, POS (máquinas de pagamento), dispositivos IoT de automação residencial, soluções de segurança eletrônica, além de Projetos de Tecnologia para atender a demandas especiais. Estes dispositivos são produzidos e/ou distribuídos a partir de plantas industriais localizadas em Manaus (AM), Ilhéus (BA) e Curitiba (PR), com a capacidade instalada indicada no quadro abaixo. Esta configuração permite flexibilidade para adaptar a produção e a distribuição de maneira a otimizar os aspectos logísticos e tributários, essenciais para a eficiência do nosso negócio.

	Positivo Tecnologia (Curitiba)	Positivo Tecnologia (Manaus)	Positivo Tecnologia (Ilhéus)	Boreo (Manaus)	Positivo Servers & Solutions (Ilhéus)	Positivo Servers & Solutions (Manaus)
Capacidade instalada	Distribuição, Centro de Reparos e Projetos Especiais	2,7 milhões de unidades (PC, Tablet, Smartphone e POS)	2,2 milhões de unidades (PC, Smartphone, Urnas Eletrônicas e Monitores)	8,9 milhões de componentes (PLM, Bateria, módulos de memória)	25 mil Servidores e 60 mil Appliances	50 mil Servidores e 100 mil Appliances
Área total	11.500 m²	23.600 m²	15.000 m²	16.700 m²	1.700 m²	700 m²
Funcionários na produção	180	800	300	600	15	25
Linhas de produção	Linha de Montagem de Projetos Especiais Centro de Reparo de Serviços Linha de embalagem para e-commerce	3 linhas PCs 8 linhas Smartphone/ Tablet/POS	2 linhas de PC 5 linhas Smartphone 1 para Projetos Especiais (Urnas/Monitores)	8 linhas SMT para PLM 2 linhas de bateria 1 Linha de módulos de memória 2 Linhas Componentes para Projetos Especiais	1 Linhas Servidores/ Appliances	2 Linhas Servidores/ Appliances

CARACTERÍSTICAS DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO E PRODUÇÃO

A primeira etapa da cadeia de produção é o Planejamento de Materiais, em que o “Forecast” de venda de produtos de cada Unidade de Negócios é traduzido em demanda de componentes necessários à produção. Este planejamento ocorre de forma centralizada para todas as Unidades de Negócio, para obter otimização na aquisição e uso da matéria-prima.

O Planejamento também gerencia as prioridades de chegada e uso de materiais com base nas demandas de curto prazo e na garantia do atendimento aos clientes.

O processo de produção de dispositivos de hardware (notebooks, desktops, smartphones, tablets, servidores, POS, dispositivos IoT de Automação Residencial, soluções de segurança eletrônica, entre outros produtos) da Positivo Tecnologia é dividido em 6 etapas: (i) Recebimento, Armazenagem e Separação de Matéria-Prima; (ii) Montagem; (iii) Testes e Carregamento de Softwares; (iv) Embalagem; (v) Auditoria e (vi) Armazenagem do Produto Final.

- i. **Recebimento, Armazenagem e Separação de Matéria-Prima:** o processo de produção tem início no recebimento dos materiais nas plantas industriais, para os quais são realizadas inspeções de qualidade dos itens recebidos. No almoxarifado, a matéria-prima é armazenada para posteriormente executar a separação de pedidos de insumos e envio à produção, obedecendo ao sequenciamento de ordens dos pedidos.
- ii. **Montagem:** Nesta etapa é realizada a montagem dos produtos, cujos materiais são alimentados às respectivas linhas de montagem. Os principais processos efetivados nessa etapa são o posicionamento dos gabinetes, montagens das placas, telas, periféricos como memórias e dispositivos de armazenamento, além do roteamento de cabos e fechamento do produto final. Durante esta etapa, nas linhas de montagem, são realizados testes que asseguram a qualidade de cada processo.
- iii. **Testes e Carregamento de Softwares e Sistemas Operacionais:** no final da montagem, são efetuados testes (testes de “Run-In”) no equipamento, em que cada produto passa por rotina específica desenvolvida de acordo com suas respectivas características. O teste de run-in consiste na execução de rotinas repetitivas, com objetivo de estressar os componentes de forma a detectar falha prematura de componentes. A etapa de Teste Final tem por objetivo garantir a conformidade de todas as funcionalidades dos produtos. Nessas duas etapas, que são executadas em 100% dos produtos, os resultados são enviados automaticamente para o sistema de gestão da Produção. Por último, os produtos recebem os software e sistemas operacionais definidos.
- iv. **Embalagem:** ao final dos testes, os produtos aprovados são destinados ao processo de embalagem, cujas etapas básicas consistem na limpeza do produto, colagem de etiquetas e lacres, assim como leituras de conferência, colocação do kit de acessórios, colocação do produto na caixa e paletização.
- v. **Auditoria:** Ao final de toda produção, são realizadas auditorias de qualidade, de maneira amostral, em todos os lotes produtivos. A liberação do lote produtivo está condicionada à aprovação desta etapa de Auditoria. As amostras são selecionadas randomicamente pelo sistema de gestão da produção. Em caso de uma eventual reprovação, 100% do lote retorna à produção para que seja reparada a falha. Somente após aprovado novamente nos testes o lote é liberado.
- vi. **Armazenagem do Produto Final:** Os produtos aprovados são enviados à armazenagem para atendimento dos pedidos de faturamento.

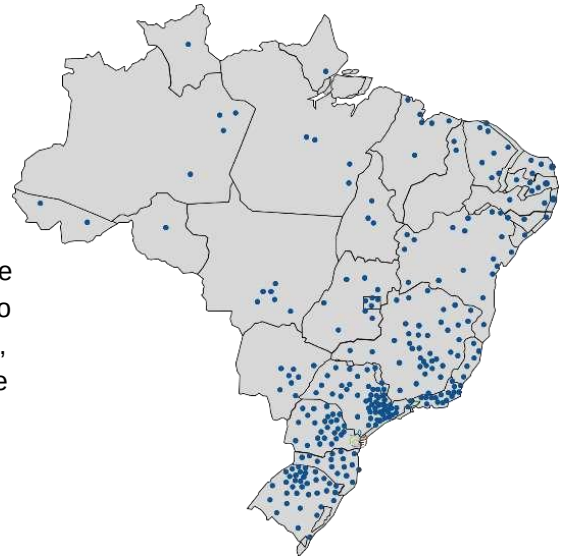
LOGÍSTICA E CANAIS DE VENDA

A entrega do produto final ao cliente é feita de acordo com a característica e a demanda de cada cliente, no momento do estabelecimento dos contratos. A entrega ocorre de duas formas:

- frete realizado por terceiros, contratados pela Positivo Tecnologia, ou
- retirada nas unidades produtivas pelos próprios clientes.

PÓS-VENDA

A Positivo Tecnologia possui uma estrutura para atendimento de pós-vendas robusta e ampla, com uma das maiores redes de assistência técnica no Brasil. A estrutura de suporte aos clientes tem estoques avançados, estrategicamente localizados nas diversas regiões do país, oferecendo logística especializada para garantir a disponibilidade da peça, cobertura “Any Site”, ou seja, em qualquer cidade brasileira e onde o cliente estiver, com aderência à legislação vigente, inclusive Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD). Além dos Serviços de Suporte para a base em garantia, lançamos em 2022 a Positivo Tech Services que oferta serviços de suporte em tecnologia para o mercado e com a missão de ser a melhor provedora destes serviços no Brasil.



PRINCIPAIS INSUMOS E MATÉRIAS-PRIMAS

Os gastos com matéria-prima correspondem ao maior item do custo da Companhia, representando cerca de 86% do custo dos produtos e serviços em 2024. Os principais componentes comprados pela Companhia são processadores, componentes de placas-mãe, componentes de memória volátil e não volátil, gabinetes, telas, monitores, sistemas operacionais e demais softwares.

O valor pago pela matéria-prima pode flutuar de acordo com a oscilação mundial da oferta e demanda e cotação do Dólar. A Companhia adquire matéria-prima de (i) fornecedores em outros países, com impacto direto da flutuação cambial, ou (ii) fornecedores de matéria-prima nacional, que também são impactados indiretamente pela variação do Dólar.

A eficiência na compra e na logística de entrega de matérias-primas torna-se essencial para o sucesso da operação da Companhia.

A maior parte dos insumos importados são oriundas do continente asiático, onde existe concentração da produção de alguns insumos entre poucos fornecedores. Com o objetivo de mitigar riscos de concentração, a Companhia procura, sempre que possível, trabalhar com mais de um fornecedor por tipo de insumo. Também celebramos contratos comerciais com os parceiros estratégicos, onde buscamos garantir os termos econômicos e qualitativos mais favoráveis a Companhia.

Desde o final de 2007, a Positivo Tecnologia tem uma estrutura de Procurement, Engenharia e Qualidade no continente, com escritórios na China e em Taiwan. O objetivo desta estrutura é estreitar o relacionamento com esses fornecedores, interagindo diretamente com o “Headquarter” destas empresas. Esta configuração proporciona benefícios como negociação direta e consequente otimização nos custos de componentes, estudos de benchmarking, suporte no desenvolvimento de projetos e maior velocidade nos processos. Dentro do campo da Qualidade, possuímos estrutura que garante inspeção amostral de 100% dos lotes na origem, antes de embarcar. Isso amplia consideravelmente nosso controle sobre a qualidade dos lotes produzidos diretamente nos fornecedores.

Pelo seu volume de negócios, a Positivo Tecnologia é uma das maiores compradoras de componentes de produtos de tecnologia no Brasil. Para tanto, a Companhia também possui uma estrutura dedicada à atividade de Procurement no país. Esta estrutura visa maximizar os ganhos com a aquisição de materiais necessários para atender à demanda de nossas fábricas, bem como atender às exigências do Processo Produtivo Básico (PPB) e de Homologação de fornecedores, para o qual temos um extensivo processo de análise e controle documental como requisito básico a entrada de novos fornecedores.

Além disso, nossa escala de produção viabiliza também a adoção de estratégias de verticalização de alguns insumos, como placas-mãe, baterias e placas de memória e demais componentes, para aumento de nossa competitividade.

Como uma empresa relevante do mercado de Tecnologia no Brasil, ao longo de sua trajetória, a Companhia desenvolveu parcerias e recebe apoio estratégico de grandes fornecedores globais dispostos a incentivar lideranças regionais, tais como: Intel, Microsoft, Google, Qualcomm, Infinix, Supermicro, NVidia, Nutanix, Atos/Eviden, entre outros.

Outro ponto relevante são as licenças que adquirimos para o Brasil da marca Vaio (Japão) e Infinix (China). Estas licenças envolvem uma extensa parceira direta onde provamos nosso alto nível de exigência fabril que atendem aos padrões de ambas as marcas. Além disso, englobam o co-desenvolvimento de produtos com as características que o nosso mercado precisa. Tudo aliado a força da marca que já possuem a nível global.

RELACIONAMENTO COM FORNECEDORES

O estreito relacionamento com os fornecedores tem proporcionado a detecção e adoção de medidas de melhoria que resultam em ganhos para ambas as partes. Como exemplos, citamos as parcerias firmadas entre a Positivo Tecnologia e fornecedores. Juntos, realizamos de estudos para aprimoramento de processos produtivos e de técnicas de qualidade e documentação da fabricação de memórias. Também disponibilizam laboratório de testes para o lançamento de plataformas de produtos e projetos de redução de custo ao focar a aquisição de materiais reciclados e recicláveis.

VISÃO GERAL DOS BENEFÍCIOS FISCAIS NA INDÚSTRIA DE TI

A Companhia possui vantagem competitiva comparativamente aos produtos importados e à parte dos players do mercado em decorrência da distribuição de suas plantas fabris, estrategicamente localizadas em Ilhéus/BA, Manaus/AM e Curitiba/PR.

Abaixo o detalhamento dos incentivos fiscais aproveitados pela Companhia em decorrência da produção de equipamentos de informática mediante Processo Produtivo Básico (PPB) com o respectivo investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) de acordo com a tributação setorial (tecnologia) e regional (produção na Zona Franca de Manaus e no Polo de Informática de Ilhéus).

MANAUS/AM (ZFM)

- i. IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS (IPI) – Suspensão na importação de insumos e isenção na saída de bens produzidos com PPB (Decreto-Lei 288/1967, artigos 3º e 9º);
- ii. IMPOSTO DE IMPORTAÇÃO (II) – Suspensão do II na importação (artigo 3º do Decreto-Lei nº288/1967) e aplicação do CRA (coeficiente de redução de alíquota) para o cálculo do II na importação de insumos para a produção de bens com PPB de acordo com o percentual de utilização de insumo nacional (Decreto-Lei 288/1967, §1º do artigo 7º);
- iii. PIS/COFINS-IMPORTAÇÃO – Suspensão do PIS/COFINS na importação de insumos, nos termos do artigo 14-A da Lei n. 10.865/2004;
- iv. PIS/COFINS – aplicação de alíquotas diferenciadas sobre o faturamento decorrente da comercialização de equipamentos de informática fabricados com PPB:
 - 3,65% para empresa estabelecida fora da ZFM com regime não cumulativo (PIS – Lei nº 10.637/2002, art. 2º, §4º, I, b; COFINS - Lei nº 10.833/2003, art. 2º, §5º, I, b);
 - 7,30% para empresa estabelecida fora da ZFM com regime misto (PIS - Lei nº 10.637/2002, artigo 2º, §4º, II, b; COFINS - Lei 10.833/2003, artigo 2º, §5º, II, b);

- 9,25% nos demais casos (Leis nº 10.637/2002 e 10.833/2003, art. 2º, caput).

v. Redução de 75% de IR sobre o lucro de exploração, nos termos dos respectivos Projetos SUDAM (arts. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14/ 2001, 3º do Decreto nº 4.212/2002 e 60 da IN SRF nº 267/ 2002).

vi. ICMS

- Diferimento do ICMS na importação de insumos para a produção de bens com PPB (Lei nº 2.826/2003);
- Crédito presumido de ICMS na compra de insumos de origem nacional (Lei Complementar nº 19/1997); e
- Crédito estímulo do ICMS próprio de 100% na saída de bens produzidos com PPB na ZFM (Lei nº 2.826/2003).

Merece destaque que os incentivos fiscais acima relacionados concedidos com exclusividade aos fabricantes estabelecidos na Zona Franca de Manaus (ZFM), possuem garantia constitucional, nos termos dos artigos 40, 92 e 92-A do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias que garantem tratamento diferenciado à ZFM até 2073.

Insta mencionar que o texto constitucional introduzido pela Emenda Constitucional nº 132/2003, estabelece em seu artigo 92-B, que as Leis instituidoras da CBS e do IBS deverão estabelecer mecanismos necessários para assegurar à Zona Franca de Manaus (ZFM) o diferencial competitivo existente em 31 de maio de 2023.

ILHÉUS/BA

i. CRÉDITO FINANCEIRO – PARA A PRODUÇÃO COM PPB - Apropriação de crédito financeiro mediante multiplicador sobre o investimento em PD&I limitado a 12,97% até 31/12/2029, nos termos do artigo 3º da Lei nº 13.969/2019 e do art. 11 da Lei nº 14.968/2024, para equipamentos de informática produzidos com PPB;

ii. CRÉDITO FINANCEIRO - PARA A PRODUÇÃO COM PPB E COM TECNOLOGIA NACIONAL – Apropriação de crédito financeiro mediante multiplicador sobre o investimento em PD&I limitado a 17% até 31/12/2029, nos termos do artigo 3º da Lei nº 13.969/2019 e do art. 11 da Lei nº 14.968/2024, para equipamentos de informática produzidos com PPB e desenvolvimento nacional.

iii. SUDENE - habilitação para a aplicação da redução de 75% do Imposto de Renda (IR) sobre o lucro de exploração, nos termos do art. 3º da Lei nº 9.532/1997.

iv. ICMS

- Diferimento de ICMS na importação de insumos para a produção com PPB (Decreto nº 4.316/1995); e
- Crédito presumido de ICMS de 100% até 31/12/2032 na saída de bens com PPB, nos termos do Decreto nº 4.316/1995;

v. ISS - Alíquota de 2% para prestação de serviços de tecnologia e informática nos termos da Lei nº 4.097/2020 e Decreto nº 092/2021.

CURITIBA/PR

i. CRÉDITO FINANCEIRO – Apropriação de crédito financeiro mediante multiplicador sobre o investimento em PD&I limitado a 10,92% até 31/12/2029, nos termos da Lei nº 13.969/2019 e do art. 11 da Lei nº 14.968/2024, para equipamentos de informática produzidos com PPB.

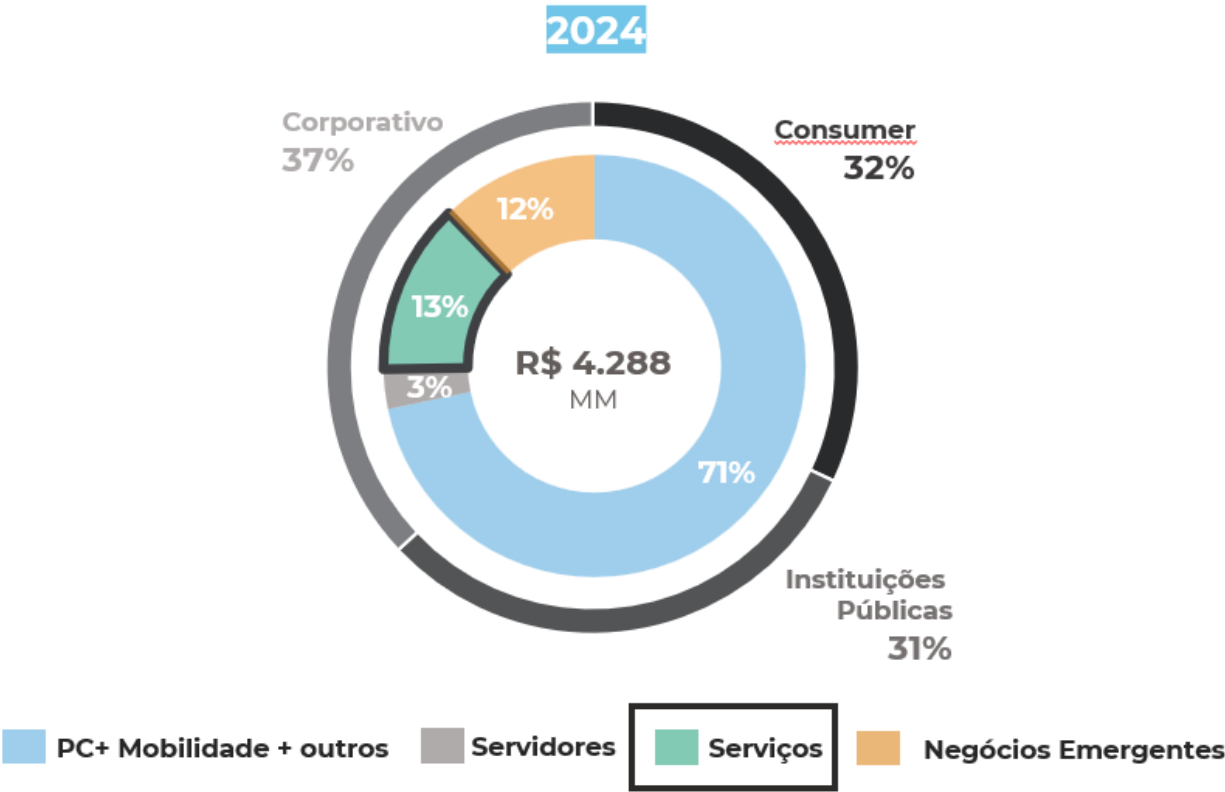
ii. ICMS

- Diferimento de ICMS na importação de insumos para produção com PPB. (Decreto nº 7.871/2017); e
- Crédito presumido de ICMS de 100% na saída de bens com PPB (Decreto nº 1.922/2011);

iii. ISS – Alíquota de 2% para prestação de serviços de tecnologia e informática – TECNOPARQUE (Lei Complementar nº 64/2007 e Decreto nº 310/2008) .

MODELO DE NEGÓCIOS DA POSITIVO TECNOLOGIA

A Positivo possui um amplo **PORTFOLIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS** de tecnologia, desenvolvido para atendimento aos Segmentos de Mercado **COMMERCIAL** (empresas de pequeno, médio e grande porte no mercado privado e público) e **CONSUMER** (varejo, pessoas físicas). Além disso, desenvolve **PROJETOS ESPECIAIS**, produtos de alta especialização técnica em hardware e software, para atendimento a demandas específicas do mercado, em especial para demandas de instituições públicas.



*Receita bruta inclui Projetos Especiais.

MODELO DE ATENDIMENTO AOS MERCADOS

A Positivo Tecnologia distribui seus produtos através de canais de vendas para os segmentos **COMMERCIAL** e **CONSUMER**:

COMMERCIAL

A venda dos produtos e soluções para o mercado corporativo ocorre em dois formatos:

- Venda Direta: quando o comprador é o cliente final. Neste caso, o foco é principalmente as empresas de médio e grande porte. A distribuição, na sua maioria, é direta para o cliente final;
- Venda Indireta: quando o comprador é um revendedor. Neste caso, o foco é principalmente as pequenas e médias empresas. A distribuição é feita diretamente às revendas;

A estrutura de atendimento aos Clientes Corporativos está ilustrada abaixo:



Os produtos e soluções para as **Instituições Públicas** são distribuídos, na sua grande maioria, de maneira direta ao cliente final. Além dos órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário no plano Federal, Estadual e Municipal, também são clientes desta unidade de negócio empresas como Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, e empresas do Sistema S (Sesi, Senai, Sebrae). A Positivo Tecnologia entrega, instala, faz logística reversa e dá assistência técnica e suporte aos órgãos em todos os mais de 5.570 municípios do Brasil. O atendimento pode se dar na modalidade “on site” ou balcão, dependendo do que o cliente necessita. A capilaridade no atendimento é um dos diferenciais da Positivo Tecnologia, a qual possui filiais para esse tipo de atendimento em diversos estados da federação.

CONSUMER

Os produtos e soluções destinados para o Segmento **CONSUMER** são distribuídos conforme abaixo:

Canal Indireto Grande Varejo:

Nacionais: estamos presentes na totalidade dos varejos nacionais, sendo eles físicos, online puros ou mistos. São quase 5 mil pontos de venda físicos e grande participação nas 6 principais plataformas de e-commerce nacionais através da venda 1P (Positivo > Varejo > Cliente final).

Regionais: atualmente estamos presentes em mais de 90% dos varejos regionais, são cerca de 60 varejistas de eletrodomésticos que possuem aproximadamente 7 mil pontos de venda, especialmente nos interiores do Brasil.

Este canal está presente na companhia desde 2004. Possuímos estruturas de vendas (sell in e sell out) espalhadas em todas as regiões do país para dar suporte a este canal.

Canal Indireto Pequeno Varejo:

Começamos a atuar de forma direta aos pequenos varejos e revendas regionais através de uma plataforma de vendas capaz de atender as necessidades específicas deste canal desde 2019.

Atualmente contamos com mais de 3.000 clientes cadastrados, sendo que mais de 1.000 possuem também atuação online (sellers de 3P/Marketplace) dos diferentes produtos da Positivo Tecnologia

Canal Direto Online:

A Positivo desenvolve seu canal direto (D2C) desde 2015, atualmente estamos integrados com +20 Marketplaces oferecendo todo nosso portfólio nos principais Canais online do Brasil. Também temos 4 lojas oficiais que foram construídas através de modernas plataformas de e-commerce disponíveis no mercado, permitindo oferecermos uma boa experiência de compra para todos os nossos consumidores ao redor do Brasil.

Além disso a Positivo é uma das poucas Indústrias que está integrada no programa de Full Commerce do Mercado Livre, oferecendo entrega no mesmo dia nas principais capitais do país.

PORTFOLIO DE PRODUTOS E SERVIÇOS

COMPUTADORES PESSOAIS (PCs)

Computadores de Uso Pessoal: Desktops, Desktops Mini, Notebooks, Computadores para uso educacional, Chromebooks, “All-In-One”. Portfolio completo de PCs para atendimento aos Mercados Consumer, Commercial, além das soluções educacionais.

Gama ampla de produtos, desde produtos de entrada, acessíveis ao público em geral, a produtos de alta performance, exigidos por profissionais e empresas de grande porte.

A Positivo possui equipes de desenvolvimento, design e engenharia especializados para suportar o desenvolvimento e sustentação do portfolio de PCs, bem como implementar customizações para as necessidades do mercado brasileiro.

Temos a prática de realizar pesquisas de mercado e com público-alvo para entender os hábitos de consumo nos mercados em que atuamos. Estas informações servem como input para criação de novos produtos ou melhorias daqueles já existentes.

Realizamos a análise das necessidades do mercado, das possibilidades e restrições tecnológicas alinhadas ao planejamento estratégico da empresa.

O processo de desenvolvimento passa por 8 etapas distintas:

1. **Ideação:** O estágio inicial do processo de desenvolvimento de produtos se dá com a concepção de novas ideias de produto. Neste estágio, definimos conceitos de produto com base nas necessidades dos clientes, preço, pesquisa de mercado e tendências.
2. **Definição de Produto:** Após concluir o plano de negócio e debater o mercado-alvo, concorrência e a funcionalidade do produto, fazemos o refinamento da estratégia de produto.
3. **Prototipagem:** pesquisar e documentar exaustivamente o produto, criando um plano de negócios detalhado e construindo o conceito.
4. **Design:** produzir um modelo do produto com base no protótipo. O design deve levar em consideração o público-alvo, usabilidade e complementar as funções principais do seu produto.
5. **Validação e Testes** – A homologação do produto e seus componentes é exaustiva além da realização de lotes piloto e try-out.
6. **Comercialização** – Realização do plano de comunicação e lançamento do produto.
7. **Performance do Produto** – Acompanhamento de resultados de vendas, custos, margens e satisfação dos clientes durante todo ciclo de vida do produto.
8. **EOL** – momento de descontinuação do produto com acompanhamento dos materiais.

A Positivo atua no mercado de Computadores Pessoais com as marcas POSITIVO e VAIO.

SMARTPHONES e FEATURE PHONES

A Positivo atua no mercado de Smartphones através de duas marcas que se complementam em termos do público-alvo de atuação e faixa de mercado: POSITIVO e INFINIX. Atua neste segmento desde 2013. É importante ressaltar que a Positivo possui longa parceria com a Google para desenvolvimento de dispositivos Android. Neste contrato, a Positivo é responsável pelo desenvolvimento do código fonte e manutenção/atualizações dos dispositivos Android tanto para o mercado Consumer quanto para o mercado Commercial. Esta capacidade tecnológica tem sido continuamente

ampliada com fortes investimentos de P&D, viabilizando a expansão do portfólio de produtos e melhoria de qualidade. A Positivo não delega a responsabilidade do desenvolvimento do Android a terceiros.

A Positivo estabeleceu parceria com o Grupo Transsion, detentor da marca INFINIX, que é o 4º maior fabricante de smartphones do mundo e 3º maior em celulares (quando inclui feature phones). Devido à escala global e à fabricação local, a parceria consegue oferecer produtos de alta qualidade, a preços agressivos no mercado oficial brasileiro. Atualmente possui uma ampla gama de produtos, que atendem desde mercados de entrada até produtos nas faixas média e alta.

A Positivo possui também um portfólio de Feature Phones para o atendimento a este nicho de mercado no Brasil, com diversos modelos disponíveis, permitindo acessibilidade a um público de menor poder aquisitivo e também a pessoas que optam por dispositivos mais simples.

TABLETS

A Positivo oferece um amplo portfólio de Tablets Android com as marcas Vaio e Positivo. Atuando nos diversos segmentos de negócio Commercial e Consumer, tanto para uso educacional, quanto profissional e recreativo. É importante ressaltar que a Positivo foi pioneira em desenvolver tablet com a marca Vaio, aprovada pela Vaio Japão. Os tablets VAIO têm demonstrado excelente aderência ao mercado brasileiro porque inovaram em design, qualidade de software e hardware, performance e também pelo teclado com conexão física que é entregue junto com o produto.

No portfólio estão também tablets temáticos da marca Positivo, feitos em parcerias com empresas multinacionais de entretenimento como Universal, Disney e Gloob.

As competências de desenvolvimento Android da Positivo viabilizam uma ampla oferta de soluções, de hardware e software, para atendimento a necessidades específicas dos segmentos de atuação, tais como soluções customizadas para projetos especiais relevantes, tais como o Censo no Brasil, projetos educacionais, incluindo a utilização de ferramentas de gestão de dispositivos (MDM) e projetos a grandes empresas brasileiras especializadas em logística e educação.

Pela capacidade tecnológica demonstrada, a Positivo foi reconhecida pela Google com o selo máximo, Gold, no seu Programa de Android Enterprise global.

POSITIVO CASA INTELIGENTE

Positivo Casa Inteligente é a plataforma de produtos e soluções de automação e segurança residenciais conectadas para o mercado brasileiro. Baseadas no conceito de IoT (Internet das Coisas), a marca oferece uma solução completa composta por produtos distribuídos pelas seguintes categorias: Iluminação Inteligente (lâmpadas wi-fi, fitas LED conectadas, luminárias), Conforto e Automação (plugs inteligentes, controles universais wi-fi, interruptores e acionadores), Segurança (câmeras, fechaduras, alarmes e sensores) Conectividade (roteadores) e Eletroportáteis (robôs aspiradores, alimentadores automáticos de pets)

Todos os produtos são comandados pelo aplicativo Positivo Casa Inteligente (disponível para Android e iOS), sendo o primeiro app do segmento com adoção massiva e presente no varejo brasileiro com desenvolvimento 100% nacional. Também é possível comandar os dispositivos por comandos de voz, por meio da integração com os principais assistentes de voz do mercado.

Lançada em julho de 2019, Positivo Casa Inteligente tem como objetivo ser a marca de liderança e referência no mercado brasileiro de Smart Home. Para isso, a unidade de negócio prioriza o desenvolvimento dos seguintes pilares para o sucesso do negócio:

- **Presença no varejo nacional:** produtos Positivo Casa Inteligente estão presentes nos principais varejistas nacionais, além de regionais e grandes redes de home center
- **Trabalho consistente de branding e comunidade de usuários:** além de campanhas recorrentes para aumentar o awareness da marca, trabalho contínuo de educação do consumidor brasileiro para conscientização dos benefícios da categoria, PCI possui uma comunidade viva e vibrante de amantes da

- marca, que se engajam com a marca e auxiliam na geração de novos insights de produto, experiência e comunicação. Já são mais de 1,5 MM de usuários cadastrados em nosso aplicativo até o fim de 2024, e dezenas de milhares que populam a comunidade de marca pelos seus mais diversos meios (redes sociais, Comunidade Casa Inteligente, etc...)
- **Ampla portfolio e UX consistente:** o consumidor brasileiro encontra soluções para as mais diversas necessidades na mesma plataforma – são mais de 40 SKU's em 5 subcategorias - e com controle simplificado através do mesmo app, o aplicativo Positivo Casa Inteligente. Trabalho contínuo de UX garante experiência única no mercado nacional, comprovada pelas médias de reviews nas lojas de app nacionais (acima de 4,5 em ambas AppStore e Google Play)
- **Extensão do footprint de negócio para outros canais e jornadas:** em parceria com players B2B como construtoras e redes de mercados de honestidade, desenvolvemos novos modelos de negócios e/ou novos produtos para expandir as linhas de receita da unidade de negócio além do core B2C

POSITIVO SERVERS & SOLUTIONS

O portfólio da PSS atende desde as soluções de IoT/Edge Computing até a infraestrutura de Data Centers, com servidores especializados para Inteligência Artificial, Soluções de Hiper convergência e para Supercomputadores HPC.

Para poder ter um portfolio amplo e atualizado, a PSS possui Cessão de Tecnologia da Supermicro, uma referência global no fornecimento de servidores, com destaque na linha de servidores de alta complexidade, que são usados para processamento de Inteligência Artificial Generativa. Esta cessão permite fabricar no Brasil todo o portfólio da empresa americana e representar a sua marca localmente.

Através de suas plantas localizadas em Ilhéus e Manaus, a PSS consegue ofertar ao mercado e a seus parceiros, o melhor aproveitamento dos benefícios fiscais.

Em parceria com integradores locais e canal de venda especializado, ofertamos soluções de infraestrutura de alta complexidade, como por exemplo os servidores que compõem os supercomputadores usados pela Petrobras na exploração de petróleo.

Além dos produtos Supermicro, a PSS também possui cessão de tecnologia para a fabricação de appliances da líder mundial no segmento de Cloud Híbrida, a norte americana Nutanix.

Em um segmento definido por empresas multinacionais, com esta expertise e parcerias, a Positivo consegue se destacar como a fabricante brasileira que possui portfólio com soluções de ponta, com benefícios locais e suporte 24 x 7, através da sua rede autorizada de serviços profissionais.

POSITIVO AS A SERVICE (HaaS)

A proposta de valor das soluções "Hardware como Serviço" (HaaS) da Positivo é simplificar as operações do dia a dia corporativo, oferecendo uma solução tecnológica que integra o fornecimento de dispositivos tecnológicos (notebooks, desktops, tablets, etc.), um ecossistema de software (colaboração, antivírus, gestão de ativos, etc.) e serviços de suporte e manutenção do parque tecnológico, adaptados às necessidades específicas de cada empresa.

Oferecemos tudo isso em um modelo "como Serviço", no qual o cliente não precisa realizar investimentos (CAPEX) para a aquisição de equipamentos, nem contratar vários fornecedores para gerir os dispositivos de TI. No nosso modelo, o cliente efetua pagamentos mensais, como um serviço (OPEX).

Também disponibilizamos o "Portal do Cliente Positivo como Serviço", uma plataforma em nuvem na qual os clientes podem acessar diversas informações sobre seus contratos e contar com serviços de auto-atendimento, como a segunda via de boleto, datas de vencimento dos contratos, informações dos dispositivos, abertura de sinistros, entre outros.

A solução de HaaS da Positivo é totalmente flexível e personalizável pelo cliente.



Além dos benefícios citados acima, Positivo Tecnologia em 2023 lançou o HaaSZeroCarbon.

Com o HaaSZeroCarbon, clientes que optarem por essa oferta, tem todo carbono gerado pela locação e utilização dos equipamentos de tecnologia dos usuários compensado através da compra de créditos de carbono que visam a redução de desmatamento e conservação das florestas, principalmente na Amazonia.

POSITIVO TECH SERVICES

Destacamos a criação da Positivo Tech Services em 2022, com objetivo de prestar suporte avançado em Tecnologia para empresas e organizações públicas de todo o Brasil. Presta assistência técnica a computadores, notebooks e tablets de todas as marcas existentes no mercado. Conta com uma equipe de atendimento própria com mais de 600 profissionais. Além disto temos uma rede de parceiros que juntos com a equipe própria somam mais de 1.600 técnicos, devidamente uniformizados, capacitados e com locomoção própria. Somos capazes de atender a demandas em mais de 5.500 municípios no país.

A Positivo Tech Services possui laboratórios técnicos em diversas capitais, e três bases operacionais de grande porte, em Curitiba, Barueri e Belo Horizonte, com sistema de logística de partes e peças. A partir destas bases ocorre a distribuição e o reparo das peças para todo o Brasil.

Esta estrutura opera em estreita sinergia com a estrutura de atendimento de pós-vendas ao parque em garantia dos produtos da Positivo. Esta sinergia nos permite ganho de escala relevante na operação de prestação de serviços, aumentando a competitividade desta Unidade de Negócios.

Através de um processo de pré-vendas estruturado, a Positivo Tech Services oferece grande flexibilidade no desenho da solução para nossos clientes e prospects.

Segundo a International Data Corporation (IDC), o mercado potencial no Brasil para esse tipo serviço é de R\$ 4 bilhões por ano. Adicionalmente, esse novo segmento possui grande potencial de cross-sell e up-sell para nossos clientes.

POSITIVO S+

A unidade de Serviços Gerenciados de TI da Algar Tech-MSP, adquirida pela Positivo, possui um histórico comprovado de mais de 25 anos, com alta qualidade e liderança na prestação de serviços gerenciados de tecnologia reconhecidos pelo mercado e está entre as líderes em serviços MSP tanto em serviços gerenciados de TI como gestão de digital workplace, serviços de infraestrutura de TI, cloud e cibersegurança.

A empresa adquirida conta com mais de 4.500 colaboradores, dos quais mais de 4.400 formam um time dedicado e altamente especializado em TI, cloud, IA e cibersegurança, distribuídos por escritórios em São Paulo, Brasília e Uberlândia, além de presença também no Espírito Santo, Rio de Janeiro, Maranhão e Pará. O negócio de MSP também se destaca por sua atuação internacional, estando presente em 16 países da América Latina, sendo 3 destes com

escritórios próprios: México, Colômbia e Argentina. Atende mais de 160 clientes corporativos no Brasil e exterior, com relacionamento de longo prazo em segmentos como bens de consumo, indústria extrativista, instituições financeiras, seguradoras, tecnologia, instituições públicas, entre outras.

Em Dezembro de 2024, após um período de 6 meses de integração operacional, a Positivo lançou sua nova marca de Serviços Gerenciados de TI, a **Positivo S+**, fruto da junção operacional da Algar Tech-MSP com a Positivo Tech Services, buscando reforçar o posicionamento da Positivo Tech Services nos mercados de NEOS de alta capilaridade com a força, estruturada e especialização da Algar Tech-MSP na oferta de serviços de ITIS e de NEOS de baixa capilaridade, assim como potencializando a oferta de dispositivos corporativos e infraestrutura de TI para grande clientes coporativos e instituições publicas.

SOLUÇÕES DE PAGAMENTO

Pelas exigências de segurança e proteção à fraude, os produtos desenvolvidos para esse segmento possuem características únicas, exigindo atendimento a certificados nacionais (Abecs) e internacionais (PCI, EMV) de segurança, bem como extensos processos de homologação junto aos clientes e parceiros.

Além das certificações do produto em si, o mercado demanda um grupo de certificações que garantam a robustez dos processos das empresas, como a certificação PCI PIN, que garante que todo o processo de gestão de chaves criptográficas é feito de forma segura, assim como a certificação TQM (sistema de gestão da configuração concebido e mantido pela Master Card e auditado anualmente pela TUV SUD UK).

O segmento de máquinas de pagamento demanda manutenção de uma infraestrutura exclusiva e segura para injeção de chaves de segurança de parceiros. A Positivo Tecnologia mantém três salas seguras (Manaus, Curitiba e Barueri/SP) para melhor atender seus clientes.

Em Barueri, a empresa possui também um centro avançado de pós-vendas para reparos e suporte aos principais clientes.

A complexidade do processo descrito acima, para o desenvolvimento de novos produtos, certificações de processos, infraestrutura de gestão de chaves de segurança, entre outros, acaba por se traduzir em uma grande barreira de entrada, em grande parte já superada pela Positivo Tecnologia, mas que dificulta a entrada de novos concorrentes no segmento.

Para garantir um posicionamento pioneiro e sempre a frente dos seus concorrentes, a Positivo Soluções de Pagamento continua investindo fortemente em Pesquisa e Desenvolvimento em: i) versões proprietárias AOSP (Android Open Source Platform) mas modernas, flexíveis e seguras, ii) camada de aplicações proprietárias que possibilitam uma melhor integração das soluções de pagamento e frente de caixa de nossos clientes, iii) Kernell de pagamentos respeitando todas as normas e certificações internacionais e nacionais, trazendo para o país esta importante capacidade tecnológica.

Atualmente fornece para as principais adquirentes e sub-adquirentes do mercado brasileiro.

POSITIVOSEG

PositivoSEG é uma recente unidade de negócios da companhia. Lançada em junho de 2023, materializa os esforços da companhia em entregar soluções de valor agregado de segurança eletrônica para grandes, pequenas e médias empresas, além de condomínios, escolas e residências, por meio de um portfólio completo, um canal de distribuição próprio e uma rede extensa e engajada de integradores, instaladores e revenda altamente especializados.

Atualmente conta com aproximadamente 80 SKU's divididos entre subcategorias como CFTV e Videomonitoramento (câmeras IP, analógicas e gravadores), Sistemas de Alarme e Detecção de Intrusão (painéis de alarme e sensores variados), Redes e Conectividades (switches, roteadores), e os Acessórios que complementam as linhas acima – produtos de altíssima confiabilidade e instalação profissional.

Para acelerar capilaridade e construção da rede de integradores, a unidade também conta com a própria distribuidora dentro do grupo: a Securicenter, uma das maiores distribuidoras de produtos de segurança eletrônica do país, com mais de 25 anos de história, foi adquirida completamente pela Positivo Tecnologia em 2023. Além das unidades originais da Securicenter em São Paulo/SP e Recife/PE, também foi recentemente inaugurada a filial em Curitiba/PR – reforçando o compromisso do grupo e da unidade de negócio em expandir e capilarizar a distribuição.

Com objetivo de se consolidar como um dos grandes players desse segmento, que movimentou aproximadamente R\$ 11 Bi em 2022 (dados ABESE), a unidade estrutura suas ações e mensura avanço em quatro grandes frentes:

- **Portfólio de Produtos e Soluções:** construção e expansão contínua do portfólio de produtos (software e hardware) para completar as subcategorias existentes e iniciar novas subcategorias, habilitando capturar e entregar valor em novos segmentos e novos projetos
- **Construção de Marca:** ações contínuas, eventos e campanhas consistentes de comunicação com os diversos níveis da cadeia de valor do segmento (distribuição, instalação/integração, e clientes finais) para criar conscientização e aumentar consideração pela marca, que é uma potência no mercado de tecnologia e hardware, mas ainda entrante no segmento de segurança eletrônica
- **Expansão dos Canais de Venda:** como a distribuição nesse segmento é necessariamente regional, a expansão e capilarização da rede de distribuição para adequado atendimento dos clientes integradores, instaladores e revendedores. PositivoSEG conta com unidades próprias de distribuição em Curitiba, São Paulo e Recife, além de mais de uma dezena de localidades por meio de parceiros estratégicos. A unidade segue focada em expandir essa presença por meio de unidades próprias e parcerias estratégicas qualificadas
- **Programa de Relacionamento com Canais Parceiros:** com o propósito de aproximar a indústria dos parceiros e canais que protagonizam os negócios e projetos no segmento, o Programa Parceiro PositivoSEG reúne uma série de benefícios atrelados a compromissos com o objetivo de acelerar a geração de oportunidades e maximizar o engajamento dos parceiros e canais (tanto no nível de distribuição, quanto de instalação/integração/revenda) com a companhia, suas soluções e seu ecossistema. Gamificando a jornada, classificando os integradores entre Diamante, Ouro, Prata e Bronze, e entregando benefícios adequados a cada uma das categorias, o Programa tem objetivo de ser o maior e mais consistente Programa de Canais do segmento no mercado nacional

Em paralelo, também seguem as frentes de Operações e Financeiro, com objetivo de impulsionar as frentes de expansão acima e desenvolver novas soluções de negócio para habilitar ou maximizar entrega de valor para segmento e para a companhia.

TECNOLOGIA EDUCACIONAL

A Positivo Tecnologia atua no mercado de educação por meio do Educacional, um ecossistema de tecnologia e inovação, que se dedica a desenvolver e distribuir soluções que apoiam toda a comunidade escolar. Há mais de 30 anos, a empresa tem o objetivo de transformar a jornada de ensino-aprendizagem com tecnologia, para torná-la mais significativa, engajadora e eficiente.

As soluções desenvolvidas pela área de negócios de tecnologia Educacional estão presentes em mais de 40 países. Ao longo de sua história, o Educacional já impactou mais de 1,5 milhão de estudantes em mais de 14 mil escolas no Brasil e no mundo.

O portfólio do Educacional é formado por diversas soluções que apoiam escolas, redes de ensino e municípios nas mais diferentes frentes pedagógicas e de gestão.

PROJETOS ESPECIAIS

Para viabilizar o portfólio de produtos e serviços da empresa, descritos acima, a Positivo se especializou no desenvolvimento de soluções de Hardware, Firmware, Software e Soluções Mecânicas, com estruturas de desenvolvimento em diversas competências.

A combinação destas competências habilita a Positivo a atender demandas específicas do mercado, que requeiram alta especialização técnica.

A capacidade técnica de desenvolvimento destas soluções, somada à capacidade operacional de produção, logística, instalação e pós-vendas, são um diferencial da Positivo Tecnologia no mercado brasileiro.

Alguns exemplos de Soluções Avançadas que resultaram em Projetos Especiais seguem abaixo:

- As Urnas Eletrônicas foram desenvolvidas internamente, entre 2019 e 2020, conforme as especificações e normas técnicas definidas pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), e produzidas em 2012-2022.
- As soluções de Auto Atendimento são resultado de desenvolvimento por equipes internas e parcerias tecnológicas, e desta forma estamos aptos a participar deste mercado com um leque de soluções para atender demandas específicas de clientes.
- Terminais de Atendimento Bancário. Desenvolvidos para atendimento a demanda da Caixa Econômica Federal (CEF), com rol-out e implantação nas agências da CEF em todo o Brasil
- Projetos complexos de soluções de mobilidade, que demandam uso de Tablets e Smartphones customizados, soluções de Firmware e Software embarcados, bem como Soluções mecânicas para agregar robustez e funcionalidade aos equipamentos. Projetos de mobilidade foram desenvolvidos para atender necessidades específicas de diversos clientes, tais como a solução para o Censo Demográfico brasileiro
- Projetos de Computação de Alta Performance (HPC) para o atendimento a demandas e Data Centers de altíssima capacidade de processamento, como por exemplo o Pégaso, da Petrobrás.

a) Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

No ano de 2024, nenhum cliente da foi responsável, individualmente, por mais de 10,0% da receita líquida total da Companhia.

b) *Segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente*

Não aplicável.

Para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações.

O item 4 detalha os principais benefícios fiscais da Companhia nos âmbitos federal, estadual e municipal, assim como as obrigações impostas à Companhia para a manutenção desses benefícios.

Atualmente, as principais atividades industriais da Companhia se concentram nas filiais estabelecidas em Manaus (AM), Ilhéus (BA), e na Sede estabelecida em Curitiba (PR), e diante dos benefícios fiscais regionais, sujeitam-se aos procedimentos de autorização e fiscalização governamental exercidos pela SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), SEDECTI (Secretaria de Desenvolvimento Ciência e Tecnologia e Inovação), SEFAZ/AM (Secretaria de Estado da Fazenda do Amazonas), SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), IPAAM (Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas), MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações), ME (Ministério da Economia), SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), SEFAZ/BA (Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia), SEFAZ/PR (Secretaria de Estado da Fazenda do Paraná), PMC (Prefeitura Municipal de Curitiba) e SMMA (Secretaria Municipal do Meio Ambiente), além da ANATEL (Agência Nacional de Telecomunicações), conforme explanado a seguir.

ANATEL

Para comercializar telefones móveis celulares no Brasil, a Companhia necessita homologar os produtos junto à ANATEL. Para obter o referido Certificado de Homologação, são realizados testes de conformidade em laboratórios credenciados, cujo resultado é analisado por Organismos Certificadores Designados (OCDs) e posteriormente submetidos à ANATEL para Homologação.

SUDAM

A Companhia possui duas unidades produtivas em Manaus (AM). sendo elas, uma filial da Positivo Tecnologia S/A e a Boreo Indústria de componentes Ltda., ambas com projetos aprovados na SUDAM para a redução de 75% de Imposto de Renda e seus Adicionais não restituíveis. Os períodos de fruição dos referidos incentivos, por produto, estão relacionados nas respectivas Resoluções. Novas solicitações de habilitação de redução de IRPJ são realizadas de forma independente por produto, atendendo à legislação de regência da SUDAM que exige a produção mínima de 20% da capacidade instalada como pré-requisito para solicitação do incentivo.

Enquanto perdurar o incentivo e na medida de sua utilização, a Companhia deverá cumprir as exigências legais e regulamentares, entre elas: (i) cumprir a legislação trabalhista e social e as normas de proteção e controle do meio ambiente; (ii) apresentação anual de declaração de rendimentos, indicando o valor da redução/isenção correspondente a cada exercício e/ou produto; (iii) proibição de distribuição aos acionistas do valor do imposto que deixou de ser pago em virtude da redução; (iv) constituir reserva de capital com o valor resultante da redução; e (v) obrigação de aplicar o valor da redução em atividade diretamente ligada à produção, na área de atuação da SUDAM.

SEDECTI e SEFAZ/AM

Para usufruir dos incentivos fiscais relativos ao ICMS, a Companhia apresentou à SEDECTI os projetos técnicos-econômicos para cada tipo de produto que pretendia industrializar na filial de Manaus/AM, obtendo do CODAM (Conselho de Desenvolvimento do Estado do Amazonas) a devida aprovação, nos termos do que estabelece a legislação de regência (artigo 5º da Lei 2.826/2003).

Em decorrência da aprovação dos projetos, foram expedidos os respectivos decretos concessivos dos incentivos fiscais, de modo que atualmente os estabelecimentos se beneficiam com o diferimento do ICMS na importação de insumos para produção de bens de informática e com o crédito estímulo (presumido) de 100% do ICMS devido ao Estado do Amazonas nas saídas dos produtos industrializados, conforme se verifica da Nota 1.4, IV.

No que concerne à produção de aparelhos celulares, deve recolher contribuição de 1% sobre o faturamento, a título de FTI (Fundo de Fomento ao Turismo, Infraestrutura, Serviços e Interiorização do Desenvolvimento do Amazonas) e de 10% sobre o crédito presumido utilizado a título de UEA (Universidade do Estado do Amazonas), em cumprimento ao artigo 19, inciso XIII da Lei nº 2.826/2003.

Finalmente as Unidades produtivas estabelecidas na ZFM atendem a Lei nº 3.830/2012 e suas atualizações, que autorizam a aplicação de diferimento do ICMS nas operações de importação de produtos para a revenda, cabendo à Companhia efetuar o pagamento de 1% do imposto nas operações interestaduais.

Para fruir dos incentivos Estaduais, adicionalmente, ficam as unidades estabelecidas em Manaus obrigadas ao cumprimento da legislação de regência, em especial dos seguintes requisitos: (i) manter programas de benefícios sociais para os seus empregados; (ii) manter diretor residente no Estado do Amazonas (iii) desenvolver programas de regionalização e desenvolvimento tecnológico (iv) manter programas de gestão de qualidade, meio ambiente e de segurança e saúde ocupacional; (v) aplicar na saída interna do produto incentivado a base de cálculo do ICMS reduzida de forma que a carga tributária corresponda a 7% (sete por cento) do valor da operação; (vi) assegurar, em condições semelhantes de competitividade, quanto a preços, nestes incluídos os custos totais de logística, qualidade e prazo de entrega, preferência à aquisição de produtos intermediários, partes e peças, produtos secundários e materiais de embalagens, fabricados em território amazonense, preferencialmente no interior do Estado; (vii) utilizar, em condições semelhantes de competitividade, infraestrutura local de serviços; (viii) manter menores e deficientes físicos em seu quadro funcional; e (ix) recolher o ICMS apurado, relativo à saída de produtos sujeitos à tributação, no prazo regulamentar.

SUFRAMA

As unidades produtivas estabelecidas em Manaus/AM encontram-se devidamente registradas junto à SUFRAMA de modo que se beneficia da isenção do IPI e da redução do II de acordo com o CRA. Para usufruir de tais benefícios, nos termos da Resolução nº 38/2017 da SUFRAMA, a empresa deve manter registro atualizado no Cadastro de Pessoas Jurídicas e Físicas da Superintendência da Zona Franca de Manaus - CADSUF, o qual tem prazo de validade indeterminado, mas se sujeita a bloqueio, inativação ou cancelamento em caso de descumprimento das obrigações acessórias relacionadas à Zona Incentivada, bem como a eventual recadastramento, a critério da SUFRAMA. A Companhia está com o seu registro devidamente atualizado e vigente no CADSUF.

Ademais, para fazer jus aos benefícios referidos em linhas anteriores, a Companhia deve investir em atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação, no mínimo 5% (cinco por cento) do seu faturamento decorrente da comercialização de produtos de informática produzidos na Zona Franca de Manaus de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB) - deduzidos os tributos incidentes e o valor das aquisições de produtos incentivados, além dos redutores previstos na Lei 8.387/1991 – em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I).

IPAAM

As unidades da Positivo Tecnologia e Boreo estabelecidas em Manaus/AM possuem Licença de Operação válida emitida pelo IPAAM, órgão ambiental competente, conforme previsto na Lei Estadual nº 3.785/2012, na Lei Federal nº 6.938/1981, nas Resoluções CONAMA nº 001/1986 e CONAMA nº 237/1997).

A Licença de Operação autoriza a fabricação e a montagem de equipamentos de informática pelas unidades da Companhia, atividade classificada como de médio potencial poluidor/degradador.

O pedido de renovação da Licença de Operação deve ser protocolado com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias. A Companhia tem renovado anualmente a Licença de Operação, mantendo controle rigoroso desta obrigação.

Além disso, para que a Companhia esteja apta a usufruir dos incentivos fiscais administrados pela SUFRAMA é indispensável também a comprovação de sua regularidade junto ao IPAAM, conforme determina a Lei nº 3.785/2012.

MCTI

Conforme já mencionado na nota 1.4, IV deste Formulário de Referência, a filial da Companhia estabelecida em Ilhéus/BA, usufrui dos Créditos Financeiros da Lei de Informática, mediante multiplicador sobre o investimento em PD&I limitados a 12,97% até 31/12/2024, a 12,29% até 31/12/2026 e a 11,60% até 31/12/2029 (Lei 13.969/19, artigo 3º, I).

Em relação aos equipamentos de informática produzidos com PPB na unidade fabril de Ilhéus/BA e com desenvolvimento nacional, a Companhia usufrui de crédito financeiro mediante multiplicador sobre o investimento

em PD&I limitado a 13,65% até 31/12/2024, a 12,97% até 31/12/2026 e a 11,60% até 31/12/2029, nos termos da Lei nº 13.969/2019.

Por seu turno, a Sede estabelecida em Curitiba/PR, usufrui dos Créditos Financeiros da Lei de Informática, mediante multiplicador sobre o investimento em PD&I limitados a 10,92% até 31/12/2024, a 10,24% até 31/12/2026 e a 9,56% até 31/12/2029 (Lei 13.969/19, artigo 3º, IV).

Ambos os estabelecimentos devem realizar investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) de, no mínimo, 4% (cinco por cento) do seu faturamento decorrente da comercialização de bens e serviços de tecnologias da informação e comunicação incentivados - produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico (PPB) estabelecido em Portarias Interministeriais expedidas pelo MCTI.

Para fins dos incentivos, os estabelecimentos observam rigorosamente o disposto nas Leis nº 8.248/91 e nº 13.969/19, nos Decretos nº 5.906/06 e nº 10.356/20 e nas respectivas portarias interministeriais.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Para fruição dos incentivos das Leis nº 8.248/91 e nº 13.969/19, a empresa deve cumprir as etapas do Processo Produtivo Básico (PPB), que pode ser conceituado como o conjunto mínimo de operações, no estabelecimento fabril, que caracteriza a efetiva industrialização de determinado produto. Sua exigência e fiscalização estão previstos nos Decretos nº 5.906/06 e nº 10.356/20 e nas respectivas portarias interministeriais MCTI/ME que determinam as etapas fabris de PPB.

Nos termos da Lei nº 13.969/2019 as empresas beneficiárias do incentivo fiscal em questão devem encaminhar ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações os seguintes documentos:

- a) demonstrativos de cumprimento, no ano anterior, das obrigações estabelecidas nesta Lei, mediante apresentação de relatórios descritivos das atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação previstas no projeto elaborado e dos resultados alcançados, bem como, quando houver, do cumprimento dos requisitos do processo produtivo básico; e
- b) relatório consolidado e parecer conclusivo acerca dos demonstrativos referidos no item anterior, elaborados por auditoria independente credenciada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e cadastrada no Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, que ateste a veracidade das informações prestadas.

SUDENE

No ano de 2020, a Companhia retomou as atividades industriais em Ilhéus/BA, e tendo em vista que já foi atingido o patamar de produção efetiva correspondente ao mínimo de 20% (vinte por cento) da capacidade instalada, no ano de 2022 a Companhia apresentou o pleito para a redução de 75% (setenta e cinco por cento) do IRPJ, incluindo adicionais não-restituíveis, tendo sido habilitada à fruição dos benefícios pelo prazo de 10 (dez) anos, até 31/12/2032, nos termos do Laudo Constitutivo (Sudene) nº 0144/2023 e do Ato Declaratório Executivo (RFB) nº 022187129/2023.

Em face da habilitação para a fruição do benefício, a Companhia deve cumprir determinadas exigências, entre elas: (i) apresentar a Declaração Anual de Incentivos Fiscais (DAIF) a que se refere a Resolução SUDENE nº 579/2020, de 23.10.2020; (ii) constituir reserva de incentivos fiscais com o valor resultante do benefício fiscal, o qual só poderá ser utilizado para absorção de prejuízo ou aumento de capital social; (iii) contabilizar o valor do incentivo fiscal em conta analítica exclusiva de Reserva de Incentivos Fiscais e estar em conformidade com as normas brasileiras de contabilidade; (iv) aplicar o valor resultante do benefício fiscal exclusivamente em atividade diretamente ligada à produção e na área de atuação da SUDENE; (v) manter registros contábeis específicos em relação às atividades beneficiadas, para efeito de destacar e demonstrar os elementos que compõem os respectivos custos, receitas e resultados.

SEFAZ/BA

A filial da Companhia estabelecida em Ilhéus/BA, em operação desde o ano de 2020, é detentora dos benefícios fiscais descritos no Decreto 4.316/1995, quais sejam: (i) diferimento do ICMS na importação de insumos destinados à fabricação de produtos de informática, elétricos, de eletrônica, de eletroeletrônica e de telecomunicações; (ii) diferimento do ICMS na importação dos produtos acabados citados no item anterior, desde que o importador seja

estabelecimento industrial; (iii) crédito presumido de ICMS correspondente a 100% do saldo devedor devido na saída dos bens fabricados com a utilização dos insumos citados no item “i”, acima, até 31/12/2032, e (iv) crédito presumido do ICMS devido na saída dos produtos acabados citados no item “ii”, acima, resultando numa carga tributária de 3,5% nas operações internas, e, nas operações interestaduais, de 1% quando a alíquota do ICMS aplicável à operação for 4%, e de 3,5% quando a alíquota aplicável à operação for igual ou superior a 12%.

Para fazer jus aos incentivos previstos no Decreto nº 4.316/95 a empresa deve investir em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I) no estado da Bahia, no mínimo 0,50% do valor de vendas e transferências dos produtos incentivados produzidos pela unidade.

SEFAZ/PR

A Sede da Companhia estabelecida em Curitiba/PR é detentora dos benefícios fiscais de desoneração do ICMS na importação de insumos (art. 458 da parte geral, e Anexo VIII, art. 31, item 21, ambos do Regulamento do ICMS aprovado pelo Decreto 7.871/2017, bem como de crédito presumido correspondente a 100% do saldo devedor devido na saída de bens de informática e automação relacionados no Decreto 1.922/2011.

Para fazer jus aos incentivos previstos no Decreto nº 1.922/2011, a empresa deve investir em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I), mediante convênios com centros ou institutos de pesquisa ou entidades de ensino, oficiais ou reconhecidas, com sede no Estado do Paraná, no mínimo 1% (um por cento) do valor de vendas e transferências dos produtos industrializados.

A matriz e sede administrativa da Companhia se encontra estabelecida no Estado do Paraná desde 1989, fruindo regularmente dos benefícios fiscais do ICMS instituídos ao longo de todo esse período.

PMC

A Companhia possui regime especial de tributação de ISS denominado Tecnoparque, nos termos da Lei Complementar nº 64/2007 e do Decreto nº 310/2008 (alterado pela Lei Complementar nº 87/2012). As empresas localizadas no perímetro urbano de Curitiba e com projetos aprovados nos termos da legislação de regência, se submetem à alíquota do ISS de 2%.

Para a manutenção do regime de tributação reduzida, a Posivo realiza prestação de informações anuais sobre o faturamento e o investimento em P&D realizado pela Companhia para a Prefeitura de Curitiba.

SMMA

A Positivo Tecnologia localizada na Cidade Industrial do Município de Curitiba, tem sua Autorização Ambiental de funcionamento realizada junto à Secretaria Municipal do Meio Ambiente – (SMMA) em conformidade com atribuições legais que lhe foram conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município de Curitiba, em conformidade com a Lei Federal nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, com a Lei Complementar nº 140, de 08 de dezembro de 2011, com as Resoluções CONAMA nº 001, de 23 de janeiro de 1986 e CONAMA nº 237/1997, que atribuem ao órgão ambiental municipal o licenciamento ambiental de empreendimentos e atividades de impacto ambiental de âmbito local.

Entende-se por Autorização Ambiental o ato administrativo pelo qual a SMMA autoriza o funcionamento de atividades, com pequeno potencial de impacto ambiental. Ressalta-se também que o PGRS (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos) é documento necessário para a obtenção do Licenciamento Ambiental junto à Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMMA, conforme previsto no Decreto Municipal 1.819 de 22 de março de 2011, que regulamenta os Arts. 7º e 9º, da Lei nº 7.833/91 e institui o Sistema de Licenciamento Ambiental no Município de Curitiba e dá outras providências.

A renovação das Autorizações Ambientais deverá ser requerida com antecedência mínima de 30 dias da data da expiração do prazo de validade, ficando a validade do documento prorrogada até a manifestação expressa da SMMA após análise do PGRS e cumprimento das condicionantes descritas na Autorização Ambiental.

Qualquer alteração na unidade deverá ser precedida de autorização prévia da SMMA. A Positivo Tecnologia mantém Autorização ambiental vigente e PGRS atualizado.

Principais aspectos relacionados ao cumprimento das obrigações legais e regulatórias ligadas a questões ambientais e sociais pelo emissor

Atualmente a questão da preservação ambiental tem grande importância para as organizações e tem se mostrado, em sistemas corporativos conscientes e ativos, como uma meta que vai além das certificações e comprometimento com as legislações vigentes e de quesitos de processos de certificação. A Positivo Tecnologia busca constantemente equilibrar os aspectos ambientais, sociais e de governança e compromissos da gestão dos aspectos econômicos gerados por suas operações e serviços. Para nós como empresa, para nossos stakeholders e para a sociedade em geral, entre os aspectos de gestão ambiental prioritários está a redução do consumo de energia e água, o gerenciamento dos resíduos sólidos, o monitoramento das emissões atmosféricas, a logística reversa, e o atendimento às legislações. Por isso, estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes ao monitoramento, à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos.

Contamos com um Sistema de Gestão Integrada, que segue requisitos das normas ISO 9001:2015 em seus sistemas de gestão de qualidade, ISO 14001:2015 em seus sistemas de gestão ambiental e OHSAS 18001 em seus sistemas de Gestão de Saúde e Segurança Ocupacional, Rótulo Ecológico ABNT, constituindo o chamado Sistema de Gestão Integrado (SGI). Além de basear-se em padrões internacionais de gestão definidos pelo código de Conduta da Aliança Empresarial Responsável (RBA), Certificação Ecovadis, Certificação EPEAT, RoHS.

A Positivo Tecnologia por meio de sua filia e empresas coligadas, pretende sempre exercer suas atividades com eficácia e está consciente de que a qualidade de seus produtos e serviços, a preservação/proteção do meio ambiente, a responsabilidade social, a ética empresarial, a prevenção de lesões e doenças dos seus colaboradores, o gerenciamento dos seus negócios e dos processos internos devem estar entre suas maiores prioridades, ao lado de outros aspectos da gestão da empresa.

Por isso, se baseia nos seguintes princípios de gestão:

- Avaliar constantemente seus sistemas de gestão visando a promoção da melhoria contínua do desempenho, de forma a atender e satisfazer a expectativa e requisitos dos clientes, fornecedores, acionistas, colaboradores e demais partes interessadas com produtos, processos e serviços de alta tecnologia, prosperando como empresa consciente de seus direitos e deveres;
- Promover esforços para um melhor desempenho ambiental com foco na prevenção da poluição, no desenvolvimento sustentável, fazendo uso eficiente dos recursos naturais e na destinação adequada de resíduos;
- Identificar, monitorar, avaliar e gerenciar os riscos que causam impacto ao negócio com objetivo de minimizar ou eliminar ameaças e aproveitar oportunidades, implementando estratégias e ações que promovam a melhoria contínua do desempenho da qualidade, da saúde e segurança do trabalho e do meio ambiente;
- Estabelecer comunicação eficiente com as partes interessadas internas e externas;
- Aprimorar continuamente o sistema de gestão integrado apoiando o direcionamento estratégico e o propósito da empresa;
- Propiciar a conscientização de seus colaboradores sobre a importância do cumprimento das determinações desta política bem como promover a revisão contínua dos objetivos e metas estabelecidos da qualidade, do meio ambiente e da saúde e segurança, atuando de forma ética e sustentável;
- Proporcionar condição de trabalho que preserve a saúde e a integridade física dos colaboradores, reduzindo os riscos, prevenindo incidentes e doenças ocupacionais relacionadas com sua atividade;
- Atender as normas pertinentes ao Sistema da Qualidade, Meio Ambiente e Saúde Ocupacional, assim como todos os requisitos aplicáveis, bem como a outros requisitos eventualmente subscritos pela empresa;
- Promover ações necessárias de responsabilidade social corporativa no plano ético, social, ambiental e econômico, em toda a sua cadeia de valor e âmbito de atuação;
- Respeitar e cumprir os princípios expressos no Código de Conduta, através de atitudes focadas em Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança Ocupacional e Responsabilidade Social.

Para demonstrar seu total comprometimento com esta política, a administração da Companhia definiu e implementou um sistema de gestão da qualidade, do meio ambiente e da saúde e segurança com base nas normas

NBR ISO 9001:2015 NBR ISO 14001:2015 e OHSAS 18001:2007; além de basear-se em padrões internacionais de gestão definidos pelo código de Conduta da Aliança Empresarial Responsável (RBA).

Outras práticas ambientais

A Companhia reconhece que os princípios do ESG (Ambiental, Social e Governança, da sigla em inglês) são partes integrantes da sua estratégia.

A Positivo Tecnologia adota as diretrizes:

- RBA - Responsible Business Alliance, que aborda padrões reconhecidos internacionalmente para melhorar as responsabilidades sociais, ambientais e éticas empresarias. Os padrões estabelecidos no Código de Conduta referem-se a normas e padrões internacionais, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, Normas Internacionais do Trabalho da OIT, Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais, normas ISO e SA, e muitos outros.
- Certificação Ecovadis, O objetivo da certificação EcoVadis é avaliar a qualidade do sistema de gestão de uma empresa, e composto de 21 questões ou critérios que se baseiam em padrões internacionais de Responsabilidade Social Corporativa, como os Princípios do Pacto Global, as convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT), a norma da Iniciativa de Relatório Global (GRI), o padrão ISO 26000, e os princípios CERES.
- EPEAT, Alinhado as tendências mundiais de sustentabilidade a Positivo oferece, aos seguimentos de governo e corporativo, produtos com a certificação EPEAT, visto que esse órgão é líder global no que diz respeito à rotulagem ecológica para o setor de Tecnologia de Informação, inclui diversas políticas de tratamento de resíduo ao fim da vida útil do produto, como logística reversa, separação e reciclagem dos diversos materiais que compõem o produto. ROHS que restringe e elimina do processo algumas substâncias perigosas para a saúde e meio ambiente.

Toda a linha de montagem é livre de chumbo, as embalagens dos produtos são recicláveis.

- Rotulagem Ambiental ABNT, certificação voluntária de produtos e serviços, desenvolvido de acordo com as normas ABNT NBR ISO 14020 e ABNT NBR ISO 14024, leva em consideração o ciclo de vida dos produtos, objetivando a redução de impactos negativos causados no meio ambiente em todas as etapas do ciclo de vida destes produtos: extração de recursos, fabricação, distribuição, utilização e descarte. A ABNT é único membro pleno do Global Ecolabelling Network (GEN) na América do Sul. Somente produtos e serviços ecologicamente corretos, comprovadamente com menor impacto ambiental, podem ter um rótulo ecológico de membro GEN.
- Cadeia de Suprimentos Responsável: Aquisição Responsável de Minerais, para garantir que nenhum produto adquirido tenha minerais procedentes de área de conflito, possuímos cláusula no código de conduta do fornecedor e nos termos gerais de fornecimento Supplier Evaluation (check list de auditoria da Positivo) e o Profile Evaluation (check list de autoavaliação do fornecedor). No documento, o fornecedor declara estar de acordo com as regras e regulamentos adotados pela Política de Minerais de Conflito. Caso um fornecedor não possa ou não siga os requisitos acima, serão adotadas pela Positivo medidas adequadas para buscar fornecedores que possam e que atuem em conformidade com a regra da seção 1502 da Dodd Frank, com a SEC e com o "Código de Conduta de Fornecedores e Parceiros da Positivo.
- Global Reporting Initiative (GRI) que constituem uma referência internacional para divulgação de informações sobre a forma de gestão das organizações, no seu desempenho ambiental, social e econômico.

A Companhia mantém contrato para o gerenciamento da logística reversa de nossos equipamentos com a GM&CLOG Logística que atende as leis ambientais aplicáveis no Brasil e no transporte, manuseio, armazenamento, tratamento e destinação final dos resíduos. A GM&CLOG bem como seus parceiros de destinação final possuem licenças válidas emitidas pelos órgãos ambientais do Estado.

A Positivo Tecnologia é uma das empresas que fazem parte da Green Eletron, uma associação nacional criada com o objetivo de gerenciar e efetivar a implantação de um sistema para a gestão da logística reversa de produtos elétricos, eletrônicos e seus componentes, exigida pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).

Todos os fornecedores são avaliados constantemente através de uma ferramenta de auditoria com base em questionários de autoavaliação e avaliação de fornecedores, utilizam-se critérios de boas práticas administrativas, legais, fiscais, trabalhistas e ambientais, que servem de base para se obter o índice de desempenho socioambiental de cada fornecedor. Os dados coletados são lançados em um portal interativo que permite o

acompanhamento gráfico dos índices dos fornecedores e proporciona uma visão integrada e comparativa de seu desempenho.

Aspectos Legais

A Política Ambiental está baseada na filosofia do desenvolvimento sustentável, o que inclui o atendimento à legislação ambiental vigente, a melhoria contínua de seu desempenho ambiental e a prevenção da poluição.

O sistema de gestão está de acordo com a ISO 14001:2015 que exige que a empresa acompanhe constantemente a legislação pertinente e implementem os requisitos legais em conformidade com as obrigações. Atuamos em conformidade com leis e regulamentos ambientais, possuímos contrato com empresa de Consultoria em Gerenciamento de Requisitos Legais para o controle e monitoramento, e, não tivemos multa ou sanção monetária relacionadas a esse aspecto.

A Companhia está sujeita a uma abrangente legislação ambiental, devendo assim atender os requisitos legais em vigor, nas esferas municipal, estadual e federal; O controle é realizado através de Software de controle e monitoramento de Legislações.

Focamos no atendimento às condicionantes das licenças ambientais, controlamos os riscos e oportunidades ambientais significativos diagnosticados e inseridos na Matriz de Aspectos e Impactos Ambientais de cada empreendimento.

A Positivo Tecnologia identifica seus processos conforme as necessidades e oportunidades no segmento em que atua. Todos os seus processos buscam sempre bons fornecedores, exigindo cumprimento da legislação vigente e objetivando em seus relacionamentos as parcerias com empresas ambientalmente adequadas, além de incluir a preocupação com seus impactos sociais, tanto em relação à segurança quanto à saúde dos usuários nos seus processos produtivos e nas instalações da organização. Assim sendo, o cadastramento destes fornecedores envolve uma análise detalhada de boas práticas administrativas, legais, fiscais, trabalhistas e ambientais.

O cumprimento destas legislações é fiscalizado por órgãos governamentais, que podem impor sanções administrativas pela eventual inobservância da legislação, como multas e suspensão das atividades impactantes ao meio ambiente.

Possuímos contrato de Consultoria e Assessoria Jurídica no estabelecimento da especificação técnica básica para o serviço de identificação, avaliação e monitoramento dos Requisitos Legais, nas áreas de Meio Ambiente e Saúde & Segurança. Os requisitos legais aplicáveis aos aspectos ambientais relacionados às atividades, produtos e serviços da empresa são identificados, analisados e monitorados mediante a utilização de uma ferramenta de controle e monitoramento de Legislações, que auxilia na obtenção e principalmente na manutenção da Certificação, uma vez que proporciona o gerenciamento contínuo dos Requisitos Legais que são aplicáveis à Empresa.

Licenças e Autorizações Ambientais

A legislação ambiental brasileira determina que o regular funcionamento de atividades consideradas efetivas ou potencialmente poluidoras, ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Este procedimento é necessário tanto para a instalação inicial e operação do empreendimento, quanto para as ampliações nele procedidas, sendo que as licenças emitidas precisam ser renovadas periodicamente.

A competência para licenciar, no que se refere aos empreendimentos de impacto ambiental nacional ou regional é do IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis). Nos demais casos, a competência é dos órgãos ambientais estaduais ou municipais, caso o impacto seja local. A Positivo Tecnologia, nas localidades de Curitiba e Ilhéus se enquadra no licenciamento Municipal e na localidade de Manaus no licenciamento Estadual.

O processo de licenciamento ambiental compreende, basicamente, a emissão de três licenças, todas com prazo de validade determinado: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Cada uma destas licenças é emitida conforme a fase em que se encontra o empreendimento e a manutenção de sua validade depende do cumprimento das condicionantes que forem estabelecidas pelo órgão ambiental licenciador. A ausência de licença ambiental, independentemente de a atividade estar ou não causando danos efetivos ao meio ambiente, caracteriza

a prática de crime ambiental além de sujeitar o infrator a penalidades administrativas, tais como multas e interdição de atividades.

Os complexos industriais da Positivo Tecnologia, localizados nas cidades de Curitiba, Ilhéus e Manaus, detêm licenças de operação vigentes. Além disso, todas as condicionantes das licenças ambientais estão sendo cumpridas pela Positivo Tecnologia.

Resíduos Sólidos

O modelo de gestão de resíduos implantado na Positivo Tecnologia inclui: Plano de Gerenciamento de resíduos sólidos e eletrônicos; Atendimento das legislações; Inspeções educativas aos geradores de resíduos; implementação de coleta seletiva; conscientização e educação ambiental.

A Positivo Tecnologia integra a gestão ambiental à gestão da qualidade e saúde e segurança dentro de um único sistema, o que proporciona um completo mapeamento de todas as etapas da produção e análises mais precisas sobre a forma como cada etapa afeta o meio ambiente.

A Positivo Tecnologia, estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos.

A empresa reconhece a importância da correta destinação dos resíduos para a preservação do meio ambiente assim como o uso racional dos recursos naturais, disponibilizando os meios para a implantação e implementação do seu Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS.

A empresa possui centrais de sustentabilidade destinadas ao gerenciamento de todos os resíduos gerados no processo produtivo da fábrica, com operação própria, que realizam classificação, quantificação e gerenciamento da coleta. A partir dessas centrais, os resíduos são encaminhados às empresas especializadas, homologadas e licenciadas para tratamento, gerenciamento da coleta e transporte até a sua destinação final, processo que inclui avaliação e auditoria contínuas nos recicladores. Todas as medidas de atenuação, análise preventiva e corretiva estão de acordo com as normas da NBR ISO 14001:2015.

A implementação da Lei Federal nº 12.305/2010 e do Decreto nº 7.404/2010, que definem e regulamentam a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), identificam que a responsabilidade sobre a destinação de resíduos sólidos será estendida para toda a cadeia de fornecedores. Seguindo uma postura adaptativa, a Positivo Tecnologia reconhece a importância da correta destinação dos resíduos.

A Positivo contempla na sua gestão - Plano de Gerenciamento de Resíduos Eletroeletrônicos e seus componentes (PGREE) que têm por objetivo descrever o processo de gerenciamento de resíduos eletroeletrônicos e de logística reversa (pós consumo), de acordo com as normas e legislação vigentes.

Somos associados a Green Eletron, Gestora para Logística Reversa de Produtos Eletroeletrônicos, idealizada pela Abinee

- Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica, a qual nasce para atender às obrigações previstas na Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010), regulamentadas pelo Decreto 7.404/2010, e no Acordo Setorial. Tendo como objetivo principal, auxiliar as empresas no atendimento a lei 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), a proposta da GREEN Eletron é criar um sistema coletivo para operacionalizar a Logística Reversa de suas associadas. Atuando com parceiros de reconhecida experiência no ramo, a GREEN Eletron contrata e coordena os serviços de coleta, transporte e a destinação final ambientalmente adequada dos Eletroeletrônicos descartados. Garantindo assim, às suas associadas, confiabilidade e segurança no atendimento às exigências legais.

Marcas

A Companhia é titular, no Brasil e no exterior, de direitos sobre o registro de diversas marcas, nas suas formas nominativa, mista e figurativa, tais como “Positivo Tecnologia”, “Positivo Casa Inteligente”, “Positivo Tech Services”, “Pense Matemática”, “Aprimora”, “Inventura a Arte de Inventar”, “E-Blocks”, dentre outras, nas classes em que desenvolve suas atividades.

A Companhia também é titular, no Brasil e no exterior, de diversos pedidos de registro relacionados a seu nome, produtos e serviços.

Caso algum dos pedidos de registro de marcas seja definitivamente indeferido, a Companhia pode ser obrigada a cessar o uso da respectiva marca.

Patentes

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 4 pedidos de patentes de invenção e/ou modelos de utilidade, que tratavam de arranjo construtivo para um conjunto portátil para biometria; módulo uefi incorporado à bios do computador para bloquear e desbloquear seu sistema; mesa educacional móvel dotada de sistema operacional integrado; e arranjo construtivo para um computador portátil dotado de tela acessória.

Desenhos industriais

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 03 desenhos industriais registrados junto ao INPI, bem como 05 pedidos de registro em análise; os quais visam à proteção de configurações aplicadas em: mesa educacional informatizada, padrão ornamental aplicado a/em teclado de notebook, ornamento aplicado a telas de computador, configuração aplicada a/em dispositivo biométrico, arranjo construtivo para um conjunto portátil para biometria e padrão ornamental aplicado em notebooks.

Nomes de domínio

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia era titular de 323 nomes de domínio, dentre os quais se destacam: www.positivotecnologia.com.br, www.mundopositivo.com.br, www.educacional.com.br, www.meupositivo.com.br e www.positivocasainteligente.com.br.

Direitos Autorais

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia era titular dos registros de direitos autorais relacionados às obras didáticas, artísticas e/ou literárias: “E-blocksLevel1ActivitiesSummary”, “E-blocks Level 1 Companion Book”, “E-blocks Level Companion Book Teacher’s Edition”, “E-blocks Level 0 Activities Summary”, “Desenho de Personagem Lucrécio”, “Desenho de Personagem Celeste”, “Desenho de Logotipo Positivo Plus”, “Desenho de Logotipo Positivo GamePC”, “Desenho de Logotipo Positivo PhonePC”, “Bichos da Floresta – Elefante”, “Bichos da Floresta – Leão”, “Bichos da Floresta – Macaco”, “Bichos da Floresta – Urso” e “Bichos da Floresta – Girafa”, juntos à Biblioteca Nacional e Escola de Belas Artes.

Software

A Companhia desenvolve os softwares “Positivo Network Manager”, “E-Blocks software Math”, “E- Blocks software level

0” e “E-Blocks software level 1”, todos encontram-se registrados perante o INPI.

Pagamentos a Terceiros

A Positivo Tecnologia realiza pagamentos de royalties à Vaio Corporation, a título de licença pelo uso da marca “Vaio” em seus produtos, tendo firmado com esta última “Trademark License Agreement”. Em geral, a apuração dos valores devidos é baseada no número de computadores da marca “Vaio” vendidos pela Companhia, considerando seu preço de venda.

A Companhia também possui contrato firmado com HP Inc. Denominado “Trademark License Agreement” referente ao licenciamento da marca “Compaq” no território brasileiro, com pagamento de royalties baseada no número de computadores da marca “Compaq” vendidos pela Companhia.

A Positivo Tecnologia também realiza pagamento de royalties para a Infinix Technology Limited conforme “Trademark License Agreement” com a, a título de licença pelo uso da marca “Infinix” no território brasileiro. Em geral, a apuração dos royalties devido é baseada no volume de produtos com a marca Infinix comercializados pela Companhia.

A Companhia realiza ainda pagamentos de royalties à Qualcomm, HDMI, Dolby e AMI a título de licença de uso de patentes utilizadas em seus produtos, referentes às tecnologias G, HDMI, processamento de som e System BIOS, respectivamente. A apuração dos valores devidos é calculada conforme acordado entre as partes, podendo ser aplicado um valor fixo sob o número de equipamentos portadores da tecnologia ou um percentual sobre o preço de venda do produto.

A Companhia comercializa computadores com o sistema operacional Windows, razão pela qual realiza pagamentos, principalmente à Microsoft, pelos direitos autorais e licenças de uso de software daquela companhia.

Tais direitos estão formalizados através de “license agreements” celebrados entre as partes e renovados periodicamente.

Os valores devidos são apurados com base no número de computadores vendidos pela Companhia que contêm os referidos softwares instalados e seu preço varia de acordo com recursos agregados ao computador.

A Companhia também comercializa computadores com o sistema operacional Linux, o qual é um sistema operacional livre de código aberto (GNU GPL). Não há pagamento de royalties sobre o volume de computadores produzidos, apenas investimentos em serviços para a produção de uma versão do Linux exclusiva e customizada para os computadores da Positivo Tecnologia.

Ainda, a Positivo Tecnologia também utiliza o software de terceiro LibreOffice, que é um software livre baseado no conceito de software livre de código aberto (GNU LGPL). Pode ser distribuído sem a necessidade de pagamento de royalties. A Companhia utiliza o software exatamente na mesma versão disponível no site do desenvolvedor, sem nenhuma customização.

Contratos de Pesquisa e Desenvolvimento

A Positivo Tecnologia investe em pesquisa, desenvolvimento e inovação, visando o aperfeiçoamento tecnológico de seus produtos, bem como o fomento de novos negócios, principalmente através da celebração de convênios com Institutos de Ciência e Tecnologia e de investimentos em Fundos de Participação.

A Companhia dedica-se a projetos no setor de informática, tecnologia educacional, celulares e soluções para smarthome, incluindo o desenvolvimento de softwares, a formação e treinamento de recursos humanos, intercâmbio científico e tecnológico nacional e internacional, bem como na implementação de infraestrutura de laboratórios de tecnologia com o intuito de desenvolver e ampliar a capacidade e a qualidade dos Institutos de Ciência e Tecnologia no país.

Para mais informações, vide item 9.1.b do presente Formulário de Referência.

d. contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

ii. em favor de partidos políticos

iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

a. receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, as receitas auferidas de clientes atribuídos ao país sede do Emissor alcançaram o montante de R\$ 3.520,3 milhões, R\$ 3.896,3 milhões e R\$ 4.926 milhões, respectivamente, ou aproximadamente 98% nos exercícios do total das receitas do Emissor.

b. receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, as receitas auferidas no exterior foram geradas substancialmente no Paraguai, Argentina, Colômbia e México, através das controladas Crounal S.A., Positivo Argentina, e subsidiárias da Positivo S+ Soluções em T.I. S.A. (anteriormente denominada Algar T.I. Consultoria S.A.) na América Latina, no montante de R\$ 168 milhões e representam aproximadamente 4,56% da receita líquida do Emissor.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as receitas auferidas no exterior foram geradas no Paraguai e Argentina, através das controladas Crounal S.A. Positivo Argentina, no montante de R\$ 27 milhões e representam aproximadamente 1,01% da receita líquida do Emissor.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as receitas auferidas no exterior foram geradas no Paraguai e Argentina, através da controlada Crounal S.A., no montante de R\$ 49,9 milhões e representam aproximadamente 1,01% da receita líquida do Emissor.

A Companhia não está significativamente sujeita a regulação de países estrangeiros, uma vez que a representatividade de suas operações fora do mercado nacional nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 foi de 4,5%, 0,7% e 1,3%, do total das receitas do Emissor.

a. se o emissor divulga informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

Sim. A Companhia publica anualmente o seu Relatório de Sustentabilidade, seguindo as diretrizes da Global Reporting Initiative - GRI. Os relatórios publicados estão disponíveis no website de RI da Companhia, e descrevem a visão e a jornada de desenvolvimento ESG da Positivo Tecnologia, além de prestar informações sociais, ambientais e de governança completas.

b. a metodologia ou padrão seguidos na elaboração desse relatório ou documento

O Relatório de Sustentabilidade publicado é referenciado às diretrizes da Global Reporting Initiative - GRI. A íntegra das informações ESG no formato GRI também está disponível no website de RI da Companhia.

c. se esse relatório ou documento é auditado ou revisado por entidade independente, identificando essa entidade, se for o caso

Não. Até o presente momento, nossos relatórios de sustentabilidade já publicados, foram elaborados com apoio de consultoria especializada e registrado junto ao GRI, porém seu conteúdo não foi formalmente revisado ou auditado por entidade independente.

Para relatórios futuros, a Companhia poderá considerar a revisão/auditoria independente.

d. a página na rede mundial de computadores onde o relatório ou documento pode ser encontrado

<https://ri.positivotecnologia.com.br/a-companhia/relatorio-de-sustentabilidade/>

e. se o relatório ou documento produzido considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores- chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para o emissor

Sim. A matriz de materialidade foi construída em 2022, a partir da perspectiva da Companhia, com base nas diretrizes do GRI, conexão com os ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e levando também em consideração pesquisas de opinião já existentes com stakeholders, como colaboradores e investidores.

Os temas considerados prioritários, que vem sendo aprofundados desde sua construção, foram:

AMBIENTAL	SOCIAL	GOVERNANÇA
• Economia Circular • Eficiência Energética • Produtos e Serviços • Minerais de Conflito • Energia Renovável/Net Zero • Descarte Verde / Zero Aterro • Embalagem Sustentável • Serviços de Tecnologia Verde	• Inclusão Digital • Democratização da Informática • Equidade Salarial/Benefícios • Retenção de Talento/Carreira e Desenvolvimento • Empoderamento Feminino • Proteção ao Cliente em Produtos e Serviços	• Proteção de Dados Pessoais • Transparência e Divulgação • Combate à Corrupção • Cultura Ética Reconhecida • Gerenciamento de Incentivos Fiscais • Diversidade de Gênero na Alta Liderança • Segurança Cibernética

A matriz de materialidade completa da Companhia consta em nossos Relatórios de Sustentabilidade publicados.

Ao longo de 2024, a Companhia, com apoio de uma consultoria especializada no tema, seguiu evoluindo com a definição de sua estratégia ESG, estabelecendo compromissos e metas específicas para cada um dos pilares de ESG definidos no ano anterior e desenvolvendo indicadores de desempenho que permitirão uma análise criteriosa de nosso progresso, nos próximos anos. Esses compromissos e metas, listados abaixo, assim como os indicadores estão alinhados com nossa matriz de materialidade e estratégia de diversificação da companhia, garantindo suporte para nossos negócios e sendo base de sustentação de uma gestão eficaz, transparente, sustentável e humana da companhia.

- **Pilar 1 - Cultura e Pessoas**

- ✓ Compromisso de implementar políticas e programas que acelerem uma cultura de segurança e de diversidade e inclusão, e possibilitem maior diversidade em nossa liderança.
- ✓ Compromisso de oferecer e manter acesso a 100% dos nossos funcionários, a programas de suporte ao bem estar físico e emocional, até 2027.

- **Pilar 2 – Governança Sustentável**

- ✓ Compromisso de aprimorar as estruturas e processos organizacionais para identificação e gerenciamento de impactos, riscos e oportunidades sociais, ambientais e de governança, incluindo a realização de diagnósticos e avaliações independentes e acompanhamento do desempenho nessas áreas pelo Conselho de Administração.
- ✓ Compromisso de atingir e manter uma taxa de conclusão de treinamento superior a 98% até 2027, na formação anual de Integridade e Segurança da Informação para os funcionários ativos e o Conselho de Administração.
- ✓ Compromisso de incentivar e dar suporte aos nossos principais fornecedores para que estabeleçam e divulguem suas metas ESG até 2027.

- **Pilar 3 – Educação para Empoderamento e Inclusão Digital**

- ✓ Compromisso de usar a tecnologia para impulsionar vidas, organizações e o mundo .
- ✓ Compromisso de até 2027, aumentar a média de horas de treinamento de funcionários em 20%, e até 2030 em 50% (baseline 2023).
- ✓ Compromisso de desenvolver parcerias que estimulem e forneçam capacitação digital às comunidades nas cidades/estados onde possuímos unidades fabris até 2027.
- ✓ Compromisso de nossos 3 sites de operações no Brasil de desenvolver parcerias com instituições do terceiro setor e ICTS, para fomentar ações de voluntariado e contribuição para redução da desigualdade até 2027.

- **Pilar 4 – Jornada da Economia Circular**

- ✓ Compromisso em atingir a certificação ZERO WASTE em 60% de nossas operações fabris até 2030.
- ✓ Compromisso de fomentar a expansão nossa oferta de soluções de extensão da vida útil de produtos para nossos clientes, até 2030.

- **Pilar 5 – Eficiência Energética e Redução de Emissões como Oferta aos Clientes**

- ✓ Compromisso de atingir 100% de uso de energias de fontes renováveis em nossas operações fabris até 2027.
- ✓ Compromisso de neutralizar nossas emissões anuais Escopo 1 e 2 até 2030.
- ✓ Compromisso de oferecer Neutralidade de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEEs) referentes aos nossos serviços para todos os segmentos de clientes (PF e PJ) até 2030.

Ainda, durante o ano de 2024, alcançamos uma importante conquista ao recebermos a classificação de sustentabilidade EcoVadis Ouro, nos posicionando entre as 5% empresas mais sustentáveis globalmente e reconhecendo nossos esforços contínuos em promover práticas empresariais socialmente responsáveis, éticas e sustentáveis. Obtivemos também o Selo Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol (Greenhouse Gas Protocol), que certifica o inventário corporativo pelo alcance do mais alto nível de qualificação. Neste mesmo ano, nos tornamos signatários Pacto Global da ONU, demonstrando apoio aos seus 10 princípios universais nas áreas de direitos humanos, Trabalho, Meio ambiente e Anticorrupção e iniciamos o reporte das questões climáticas ao Carbon Disclosure Project (CDP), obtendo a nota B no item Clima e B- no item água.

f. se o relatório ou documento considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas e quais são os ODS materiais para o negócio do emissor

Sim. Os ODS considerados materiais no exercício de materialidade são:

ODS 4 - Educação de
Qualidade ODS 5 -
Igualdade de Gênero

ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento
Econômico ODS 9 - Indústria, Inovação e
Infraestrutura

ODS 10 - Redução das Desigualdades

ODS 11 - Cidades e Comunidades
Sustentáveis ODS 12 - Consumo e
Produção Responsáveis

ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do
Clima ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições
Eficazes

ODS 17 - Parcerias e Meios de Implementação

g. se o relatório ou documento considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

O Relatório de Sustentabilidade segue as recomendações e é referenciado ao Global Reporting Initiative - GRI, inclusive no que tange às questões climáticas. No ano de 2024, iniciamos o reporte das questões climáticas também ao Carbon Disclosure Project (CDP), obtendo a nota B no item Clima.

h. se o emissor realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

Sim, a Companhia tem um inventário completo de emissões de gases do efeito estufa – GEE, que abrange os escopos 1, 2 e 3, verificado externamente, de acordo com os padrões do GHG Protocol disponíveis para o Brasil.

Não aplicável, tendo vista que a Positivo Tecnologia é uma sociedade por ações de capital aberto, não sendo uma sociedade de economia mista.

Em 14 de abril de 2021 a Companhia realizou a venda de imóvel situado na cidade de Ilhéus, Bahia, pelo montante de R\$ 5.000, a operação gerou ganho de capital no montante de R\$ 3.458. Em 2022 não foram realizados negócios extraordinários à operação da Companhia.

Em 31 de julho de 2023 a Companhia celebrou contrato de aquisição da totalidade das quotas da SC Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda., distribuidora de equipamentos e soluções para o segmento de segurança eletrônica no país. O preço de aquisição, sujeito aos ajustes de contrato foi de R\$ 23.800.000, sendo R\$ 11.300.000 pagos no dia 31 de julho de 2023 e o saldo remanescente, no montante de R\$ 12.500, a ser liquidado em cinco parcelas anuais, corrigidos pelo IPCA até a data do efetivo pagamento aos vendedores.

Em 31 de maio de 2024, a controlada Positivo Smart Tecnologia Ltda., adquiriu da totalidade das ações da Algar T.I. Consultoria S.A. (atualmente renomeada como Positivo S+), incluindo suas subsidiárias no exterior: Algar Tech S.A. de C.V. "Algar México", Algar Tecnologia S.A.S. "Algar Colômbia" e Algar TI Consultoria S.A., Sucursal Argentina "Algar Argentina. O preço de aquisição, sujeito aos ajustes de contrato, é de R\$ 235.000.000, sendo R\$ 190.000.000 pagos na data da aquisição e preço complementar (*earn-out*) de R\$ 45.000.000, a ser liquidado em parcela única, corrigida pela variação do CDI a partir da data de fechamento, até a data do seu pagamento em 31 de maio de 2025.

Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

A Companhia não realizou, durante o exercício social de 2024, qualquer aumento ou redução de seu capital social.

Adicionalmente, ao longo do exercício social de 2024 foram realizadas as operações societárias a seguir listadas, envolvendo as empresas controladas diretas da Companhia:

a) Evento	Aumento de capital social.
b) Data do Evento	27 de maio de 2024
c) Partes Envolvidas	Positivo Distribuição, Importação e Comércio Ltda. Positivo Tecnologia S.A.
d) Principais condições da operação	Formalizada a 10ª alteração do contrato social da Positivo Distribuição, Importação e Comércio Ltda., através da qual a única sócia Positivo Tecnologia S.A. deliberou pelo aumento do Capital Social de R\$ 55.100.000,00 para R\$ 120.100.000,00, divididos em 120.100.000 quotas com valor nominal de R\$1,00 cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional.
e) Efeitos da operação	O aumento de capital fortalece a estrutura financeira da Positivo Distribuição, Importação e Comércio Ltda. A integralização integral em moeda corrente nacional reforça o compromisso da controladora com o desenvolvimento da empresa e contribui para a solidez patrimonial do grupo Positivo, promovendo maior segurança para fornecedores, parceiros e demais stakeholders.

a) Evento	Aquisição de 100% das quotas sociais
b) Data do Evento	31 de maio de 2024
c) Partes Envolvidas	Positivo Smart Tecnologia Ltda Algar S.A. Empreendimentos e Participações Algar TI Consultoria S.A. Algar Tech S.A. de C.V. Algar Tecnología S.A.S. Algar TI Consultoría S.A., sucursal argentina Algar Tecnologia e Consultoria S.A. Positivo Tecnologia S.A.
d) Principais condições da operação	→ A Positivo Tecnologia S.A. celebrou em 18/03/2024, por meio da sua subsidiária Positivo Smart Tecnologia Ltda., o Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças com a Algar S.A Empreendimentos e Participações e outros (a "Aquisição"), cujo objeto é aquisição da totalidade das ações representativas do capital social Algar TI Consultoria S.A, que compreende 100% da unidade de negócios responsável pela área de Serviços Gerenciados de TI (Managed Services Provider) da empresa Algar Tech, não incluindo a unidade de CX - Customer Experience (Call Center), que permanecerá no grupo Algar. → Em data de 31/05/2024, foi concluída a aquisição da totalidade das quotas, após terem sido cumpridas as obrigações e condições precedentes previstas para esta transação, incluindo a conclusão do processo de aprovação no Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE. O preço de aquisição, sujeito a ajustes previstos em contrato, foi de R\$ 235.000.000,00, (duzentos e trinta e cinco milhões de reais), dos quais R\$ 190.000.000,00 (cento e noventa milhões de reais) foram pagos na data do fechamento, sendo que o valor remanescente de R\$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões) será pago doze meses após a data do fechamento, condicionado ao atingimento de determinadas metas financeiras e operacionais.
e) Efeitos da operação	A Companhia passou a ser controladora integral da Algar TI Consultoria S.A. <u>Quadro societário anterior à operação:</u> Algar S.A. Empreendimentos e Participações – 244.002.439 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal – 100% do capital social <u>Quadro societário após a operação:</u> Positivo Tecnologia S.A. - 244.002.439 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal - 100% do capital social

a) Evento	Alteração de denominação social
b) Data do Evento	16 de dezembro de 2024
c) Partes Envolvidas	Positivo Smart Tecnologia Ltda Algar TI Consultoria S.A.
d) Principais condições da operação	→ Realizada a alteração da denominação social da Algar TI Consultoria S.A. para POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A., e do nome fantasia para POSITIVO S+.
e) Efeitos da operação	Alteração da denominação social da Algar TI Consultoria S.A. para POSITIVO S+ SOLUÇÕES EM TI S.A., e do nome fantasia para POSITIVO S+. Essa mudança reflete a evolução e compromisso contínuo em oferecer soluções inovadoras e de alta qualidade para nossos clientes e parceiros em linha com a estrutura da controladora Positivo Tecnologia S.A. O lançamento da nova marca Positivo S+, com foco em serviços gerenciados de TI, unifica os portfólios da Algar TI Consultoria S.A. (“Algar Tech MSP”) e Positivo Tech Services. A Positivo S+ representa um passo significativo na estratégia de diversificação dos negócios da Companhia, ao consolidar os serviços gerenciados de TI sob uma única gestão e marca. Esse lançamento também reflete o avanço no processo de integração das quatro fases da operação: estabilização da integração, junção da área de managed services provider (MSP), integração comercial e cross sell, além da etapa de desenvolvimento de novos serviços e soluções. A primeira etapa foi finalizada em 2024 e a expectativa é que as demais sejam concluídas em 2025.

a) Evento	Alteração de objeto social, transferência de quotas aumento de capital social e reformulação do contrato social.
b) Data do Evento	02 de agosto de 2024
c) Partes Envolvidas	Positivo Smart Tecnologia Ltda Positivo Tecnologia S.A. Hélio Bruck Rotenberg
d) Principais condições da operação	Formalizada a 4ª Alteração do Contrato Social da Positivo Smart para reformulação: (i) do objeto social para que a Positivo Smart possa desenvolver as operações do negócio MSP que atualmente são executadas na Algar TI; (ii) transferência de quotas para retirada de Helio Bruck Rotenberg (pessoa física), mediante a transferência de sua única quota para a a Positivo Tecnologia S.A.. Com isso, a Positivo Tecnologia passa a deter 100% do capital social, composto por 15.999.354 quotas sociais; (iii) aumento do capital social de R\$ 11.499.345,00 para R\$ 15.999.354,00; (iv) reformulação geral do contrato social para adequação no padrão Positivo Tecnologia.
e) Efeitos da operação	A operação resultou na unificação da titularidade do capital social da Positivo Smart pela Positivo Tecnologia, conferindo maior controle e alinhamento estratégico da subsidiária às diretrizes do grupo. A alteração do objeto social permitiu a possibilidade de eventual internalização das atividades do negócio MSP, atualmente conduzido por Algar TI/Positivo S+, com ganhos esperados de eficiência operacional e sinergia entre as áreas. O aumento de capital fortalece a estrutura financeira da Positivo Smart para suportar a expansão das novas operações. Adicionalmente, a reformulação do contrato social promove maior aderência aos padrões de governança e conformidade adotados pela Positivo Tecnologia.

a) Evento	Aumento de capital social.
b) Data do Evento	16 de dezembro de 2024
c) Partes Envolvidas	Positivo Tecnologia S.A. SC Indústria De Equipamentos Eletrônicos Ltda
d) Principais condições da operação	Formalizada a 21ª alteração do contrato social da SC Indústria De Equipamentos Eletrônicos Ltda, para: 1. Consignar que o montante de R\$ 1.687.593,16 (um milhão, seiscentos e oitenta e sete mil, quinhentos e noventa e três reais e dezesseis centavos) do capital social que estava pendente de integralização previsto na 19ª Alteração do Contrato Social, encontra-se, na presente data, totalmente integralizado. 2. A única Sócia aprovou a realização de novo aumento de capital social da Sociedade de R\$ 12.000.000,00, para R\$ 24.000.000,00, representado por 24.000.000 de quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma, sendo que 12.000.000 de quotas, foram subscritas e totalmente integralizadas e 12.000.000 de quotas, foram subscritas e serão integralizados em moeda corrente nacional pela única Sócia Positivo Tecnologia S.A. até 31 de dezembro de 2026.
e) Efeitos da operação	O aumento de capital fortalece a estrutura financeira da SC Indústria De Equipamentos Eletrônicos Ltda., conferindo maior capacidade de investimento, expansão operacional e suporte ao crescimento das atividades da subsidiária. A integralização integral em moeda corrente nacional reforça o compromisso da controladora com o desenvolvimento da empresa e contribui para a solidez patrimonial do grupo Positivo, promovendo maior segurança para fornecedores, parceiros e demais stakeholders.

A Companhia possui depositado em sua sede o Acordo de Acionistas celebrado pelos Acionistas Controladores, o qual tem por objeto regular o relacionamento das Partes na qualidade de acionistas da Companhia, incluindo no que se refere ao exercício do voto entre as Partes em certas deliberações sociais da Companhia, à administração da Companhia e à disposição das ações de emissão da Companhia. Abaixo segue breve descrição do que é contemplado no referido Acordo de Acionistas e seus respectivos termos aditivos:

(a) Partes.

Helio Bruck Rotenberg, Cixares Libero Vargas, Sofia Guimarães Von Ridder, Lucas Raduy Guimarães, Giem Raduy Guimarães, Samuel Ferrari Lago, Paulo Fernando Ferrari Lago, Thais Susana Ferrari Lago, Rodrigo Cesar Formighieri, Isabela Cesar Formighieri Mocelin, Daniela Cesar Formighieri Rigolino e Rafael Moia Vargas. Interveniente anuente: Positivo Tecnologia S.A.

(b) Data de Celebração.

5 de outubro de 2006, com aditamentos em 19 de fevereiro de 2019, 9 de outubro de 2020, 12 de janeiro de 2022, 18 de maio de 2022 e 23 de setembro de 2024.

(c) Prazo de Vigência.

O Acordo de Acionistas é celebrado em caráter irrevogável e irretratável e vigorará, a partir da data de sua primeira assinatura, em 5 de outubro de 2006, pelo prazo de 30 (trinta) anos, prorrogável por iguais períodos, caso não seja ele denunciado por quaisquer das Partes com antecedência mínima de 90 (noventa) dias antes do seu vencimento.

(d) Descrição das cláusulas relativas ao exercício do direito de voto e do poder de controle.

Especificamente quanto ao direito de voto, as Partes concordam e se obrigam a realizar uma reunião prévia antes de toda e qualquer Assembleia Geral ou Reunião do Conselho de Administração da Companhia, caso quaisquer das Partes solicite tal reunião mediante notificação escrita a todas as Partes, de forma a definir e vincular o voto a ser proferido, sempre em bloco e de modo uniforme, na respectiva Assembleia Geral ou Reunião do Conselho de Administração da Companhia ("Reunião Prévia").

Em tendo sido solicitada a Reunião Prévia, cada uma das Partes se obriga a sempre comparecer e exercer o direito de voto de suas Ações, nas Assembleias Gerais da Companhia e nas Reuniões do Conselho de Administração (neste caso através dos membros do Conselho de Administração por elas indicados), votando uniformemente, conforme estabelecido na respectiva Reunião Prévia, mesmo que esta Parte não tenha comparecido à Reunião Prévia

Nas Reuniões Prévias as deliberações serão tomadas por Acionistas representantes da maioria das Ações Vinculadas e vincularão os votos de todos os Acionistas. Somente será lavrada ata consignando as deliberações tomadas nas respectivas Reuniões Prévias, se esta ata for solicitada por qualquer dos Acionistas, sendo certo que tal ata servirá como instrução de voto às Partes e/ou aos membros do Conselho de Administração por ela indicados nas respectivas Assembleias Gerais ou Reuniões do Conselho de Administração da Companhia, conforme o caso.

Os Acionistas deverão votar nas Assembleias Gerais da Companhia de acordo com as decisões das Reuniões Prévias com toda e qualquer ação detida pelo respectivo Acionista, inclusive com eventuais Ações Desvinculadas por ele detidas.

Enquanto não ocorrer a aprovação da matéria nas Reuniões Prévias, as Partes desde já se obrigam a retirar a respectiva matéria de pauta e, se possível, a exercer seus respectivos direitos de voto decorrentes das Ações de forma a suspender

os trabalhos da Assembleia Geral ou da Reunião do Conselho de Administração da Companhia (neste caso através dos membros do Conselho de Administração por elas indicados) até que a matéria seja deliberada em Reunião Prévia.

(e) Descrição das cláusulas relativas à indicação de administradores, membros de comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais.

Cada grupo de acionistas devidamente definido no Acordo de Investimentos terá o direito de indicar 1 (um) membro para o Conselho de Administração da Companhia. Considerando que o Acordo de Acionistas define 5 grupos de acionistas, os Acionistas signatários do referido documento poderão eleger, ao menos, 5 membros para compor o Conselho de Administração da Companhia.

Adicionalmente, o Acordo de Acionistas estabelece que as Partes obrigam-se a votar em bloco nas pessoas assim indicadas, sendo livre o voto para a eleição dos demais cargos. Caso quaisquer das Partes indique para o cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia qualquer indivíduo que não seja parte do Acordo de Acionistas, tal indicação deverá ser submetida à prévia aprovação de Acionistas representantes da maioria das ações vinculadas ao Acordo de Acionistas.

O presidente do Conselho de Administração será indicado por Acionistas representantes da maioria das ações vinculadas ao Acordo de Acionistas. As Partes poderão substituir, a qualquer tempo e sem justificativa, o(s) membro(s) do Conselho de Administração que houverem indicado, e as Partes obrigam-se a votar de forma a viabilizar a referida substituição do(s) membro(s) do Conselho de Administração.

As Partes obrigam-se, ainda, a destituir qualquer conselheiro por elas respectivamente indicado, que deixar de cumprir as disposições e/ou orientação de voto dada pelas partes de conformidade com o Acordo de Acionistas, sendo nulas e de nenhum efeito eventuais deliberações que tenham sido tomadas em desacordo com tal orientação.

A Diretoria Estatutária deverá ser composta preferencialmente por profissionais de mercado, com reconhecida competência e experiência na área de atuação da Companhia ou em áreas consideradas estratégicas para a Companhia e seus membros serão nomeados ou destituíveis pelo Conselho da Administração. Não há previsão para a indicação de membros dos comitês estatutários ou de pessoas que assumam posições gerenciais.

(f) Descrição das cláusulas relativas à transferência de ações e à preferência para adquiri-las.

Os Acionistas não poderão alienar, ceder, vender, permutar, doar, conferir ao capital, emprestar, instituir usufruto ou fideicomisso ou de qualquer outra forma transferir a propriedade de parte ou da totalidade de suas Ações Vinculadas, direta ou indiretamente, a título gratuito ou oneroso, ou praticar qualquer outro ato ou negócio jurídico que resulte na transferência direta ou indireta da propriedade das Ações Vinculadas ("Transferência" ou quaisquer de seus termos correlatos), exceto se em conformidade com as disposições desta Cláusula Segunda ou da Cláusula Terceira abaixo.

Qualquer tentativa de um Acionista de realizar uma Transferência de quaisquer de suas Ações Vinculadas sem a observância das disposições constantes do presente Acordo será nula de pleno direito e a Companhia e/ou a instituição responsável pela escrituração das Ações da Companhia não darão qualquer efeito em seus registros.

Caso algum Acionista deseje, direta ou indiretamente, transferir suas Ações Vinculadas ou direitos de subscrição, os demais Acionistas terão preferência para a aquisição destas Ações Vinculadas, ou direitos de subscrição ofertados, na mesma proporção de sua respectiva participação societária (excluída, para efeitos de determinação dessa participação, a participação do Acionista ofertante), pelo mesmo preço e demais condições negociais ("Direito de Preferência").

O Acionista que desejar alienar suas Ações Vinculadas e/ou direitos de subscrição, a qualquer título, deverá comunicar à Companhia e aos demais Acionistas sua intenção por comunicação escrita, informando (i) a quantidade de Ações Vinculadas que pretende Transferir ("Ações Ofertadas"); (ii) os termos, o preço por Ação Ofertada ("Preço Ofertado") e as demais condições relevantes da oferta, inclusive de pagamento, que será necessariamente em dinheiro; (iii) a qualificação completa do potencial adquirente ("Terceiro Proponente"), sua principal atividade e, se for pessoa jurídica, a composição de seu capital social detalhada até o nível das pessoas físicas; e (iv) cópia da oferta do Terceiro Proponente..

Nos 30 (trinta) dias subsequentes ao recebimento da notificação de que trata o item anterior os demais acionistas poderão exercer o respectivo Direito de Preferência.

Esgotado o prazo previsto no item anterior, os Acionistas que exercerem o Direito de Preferência terão prazo adicional de 30 (trinta) dias para adquirir ou subscrever as Ações Vinculadas ou direitos de subscrição ofertados proporcionalmente às suas participações. Não serão computadas no cálculo dessas participações proporcionais a participação do Acionista alienante nem a participação do Acionista que não exerceu direito de preferência.

Caso não seja exercido o Direito de Preferência pelos Acionistas Ofertados, poderá o Acionista Ofertante Transferir ao Terceiro Proponente as Ações Ofertadas, desde que: (i) a Transferência seja concluída em um prazo máximo de 90 (noventa) dias contados do término do prazo para o exercício do Direito de Preferência; e (ii) a operação seja levada a efeito com observância integral das condições de preço e pagamento constantes da Notificação de Transferência. Caso haja qualquer modificação nas condições da Transferência indicadas na Notificação de Transferência ou caso a Transferência ao Terceiro Proponente não seja concretizada no prazo estabelecido no item anterior, o mecanismo previsto nesta Cláusula 2.2 deverá ser reiniciado e as Ações Ofertadas deverão novamente ser oferecidas aos Acionistas Ofertados.

A aquisição das Ações Ofertadas estará condicionada à adesão pelo Terceiro Proponente a todos os termos deste Acordo, exceto caso Acionistas representantes a totalidade das Ações Vinculadas deliberem em contrário. Neste caso, as Ações Ofertadas adquiridas pelo Terceiro Proponente estarão de pleno direito desvinculadas deste Acordo sendo que o terceiro adquirente não terá quaisquer dos direitos e obrigações aqui previstos.

Sujeitam-se ao Direito de Preferência e às demais restrições e procedimentos estabelecidos nesta Cláusula Segunda as Transferências indiretas de Ações Vinculadas, via alienações do controle do Acionista cujo único ou principal ativo seja as Ações Vinculadas ou outras transações de natureza semelhante, inclusive cisões, incorporações ou fusões, cuja realização frustre o exercício do Direito de Preferência assegurado neste Acordo.

Sem prejuízo do disposto nesta Cláusula Segunda, fica expressamente vedado a qualquer Acionista, durante o período de vigência deste Acordo, transferir suas Ações para qualquer pessoa que seja notoriamente concorrente da Companhia nos segmentos e nichos de mercado explorados pela Companhia, no território brasileiro e/ou voltado para o mercado brasileiro, salvo se de outro modo prévia e expressamente aprovado por Acionistas representando a totalidade das Ações Vinculadas.

(g) descrição das cláusulas que restrinjam ou vinculem o direito de voto de membros do conselho de administração ou de outros órgãos de fiscalização e controle.

Vide item 1.13.d acima.

Não houve alterações significativas na forma da condução dos negócios da Companhia no último exercício social.

Não há contratos relevantes, celebrados pela Companhia e suas controladas, não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

As informações relevantes sobre as atividades da Companhia foram descritas nesta seção.

(a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Administração entende que a Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para implementar seu plano de negócios, bem como para cumprir as suas obrigações de curto e médio prazos.

Em de 31 de dezembro de 2024, a liquidez corrente, representada pela razão entre o ativo circulante e o passivo circulante, registrou 2,0x (1,8x em 2023), patamar estável quando comparado aos anos anteriores de 2022 e 2021 que registraram índice de 1,9x e 1,6x respectivamente, demonstrando crescimento sustentável da Companhia em 2024 e 2023.

A relação entre o endividamento líquido e o EBITDA apresentou múltiplo de 1,8x (1,5x no exercício findo em 31 de dezembro de 2023), índice estável ao 1,6x observado ao fim do exercício de 2021 e 2022, representando um índice adequado de endividamento, mesmo com crescimento significativo da Companhia no período de 2022 e 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, o grau de endividamento total foi de 63,1%. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 566,9 milhões e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 665,3 milhões, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,40x.

Em 31 de dezembro de 2023, o grau de endividamento total foi de 65,2%. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 591,4 milhões e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 824,7 milhões, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,52x.

Em 31 de dezembro de 2022, o grau de endividamento total foi de 66,5%. Na mesma data, a posição de caixa e equivalentes de caixa era de R\$ 426,6 milhões e a dívida líquida bancária totalizava R\$ 1.105 milhões, com um índice de dívida líquida bancária sobre o patrimônio líquido de 0,79x.

(b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando: (i) hipóteses de resgate; e (ii) fórmula de cálculo do valor de resgate

A Administração da Companhia entende que a atual estrutura de capital apresenta níveis moderados de alavancagem, considerando-se a relação entre dívida líquida e patrimônio líquido.

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$ 1,60 bilhão em 31 de dezembro de 2023 para R\$ 1,65 bilhão em 31 de dezembro de 2024, decorrentes dos lucros registrados nos exercícios e de ajustes positivos de avaliação patrimonial.

	Em 31 de dezembro		
Dívida Líquida	2024	2023	2022
<i>Em milhões de Reais</i>			
Empréstimos e Financiamentos	(1.282,8)	(1.385,7)	(1.531,9)
(-) Caixa e Aplicações Financeiras	566,9	591,4	426,6
(-) Saldo de instrumentos financeiros	50,6	(34,4)	0,2
Dívida Líquida	(665,3)	(824,7)	(1.105,2)

A tabela a seguir, demonstra o padrão de financiamento da Companhia entre capital próprio e de terceiros. Em 31 de dezembro de 2024, 63,1% do ativo total da Companhia estava financiado com capital de terceiros, patamar inferior ao observado no fim de 2023 em 2,01 p.p.

Padrão de financiamento	Em 31 de dezembro		
	2024	2023	2022
<i>Em milhões de Reais</i>			
Empréstimos e Financiamentos	1.282,8	1.385,7	1.532,0
Outras obrigações com terceiros	1.538,0	1.599,7	1.261,5
Total - Capital de Terceiros	2.820,8	2.985,4	2.793,5
% do ativo total	63,1%	65,2%	66,5%
Patrimônio Líquido	1.646,1	1.596,4	1.406,3
Total - Capital Próprio	1.646,1	1.596,4	1.406,3
% do ativo total	36,9%	34,8%	33,5%

(c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Tendo em vista o perfil da estrutura de capital da Positivo Tecnologia, seu fluxo de caixa e sua posição de liquidez, a Companhia acredita ter condições suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores a serem pagos nos próximos anos, sendo esta visão embasada pelas informações setoriais e macroeconômicas atualmente disponíveis. Caso a Positivo Tecnologia entenda ser necessário contrair empréstimos para financiar seus investimentos e capital de giro, a Companhia acredita ter capacidade para contratá-los atualmente com instituições financeiras de grande, médio e pequeno porte, conforme já tem efetuado nos últimos anos.

Entretanto, cumpre salientar que em caso de um agravamento profundo do quadro macroeconômico no país, a Companhia poderá sofrer redução de faturamento relevante e/ou ter seus limites de crédito com bancos e fornecedores reduzidos, o que impactaria o refinanciamento dos empréstimos e prazos de pagamentos. Tais fatores afetariam a condição de liquidez da Companhia.

A tabela a seguir demonstra a evolução dos principais indicadores de endividamento monitorados pela Companhia:

Em 31 de dezembro			
Indicadores de endividamento	2024	2023	2022
em milhões de reais			
Dívida Bruta	(1.282,8)	(1.385,7)	(1.531,9)
Caixa e Aplicações financeiras	566,9	591,4	426,6
Saldo de instrumentos financeiros	50,6	(30,4)	0,2
Dívida Líquida	(665,3)	(824,7)	(1.105,2)
EBITDA	367	565	675
Patrimônio Líquido	1.646,1	1.596,4	1.406,3
Índice Dívida Líquida/EBITDA	1,8x	1,5x	1,6x
Índice Dívida Bruta/Patrimônio Líquido	0,8x	0,9x	1,1x
Índice Dívida Líquida/Patrimônio Líquido	0,4x	0,5x	0,8x

Em 31 de dezembro de 2024, o EBITDA foi de R\$ 367 milhões. A relação entre a dívida líquida (representada pela totalidade dos empréstimos e financiamentos descontada do saldo de caixa e de aplicações financeiras e saldo ativo ou passivo de instrumentos financeiros) e o EBITDA foi de 1,8x.

Em 31 de dezembro de 2023, o EBITDA foi de R\$ 565 milhões. A relação entre a dívida líquida (representada pela totalidade dos empréstimos e financiamentos descontada do saldo de caixa e de aplicações financeiras e saldo ativo ou passivo de instrumentos financeiros) e o EBITDA foi de 1,5x.

Em 31 de dezembro de 2022, o EBITDA foi de R\$ 675 milhões. A relação entre a dívida líquida (representada pela totalidade dos empréstimos e financiamentos descontada do saldo de caixa e de aplicações financeiras e saldo ativo ou passivo de instrumentos financeiros) e o EBITDA foi de 1,6x.

Abaixo demonstramos a posição em 31 de dezembro de 2024 de fornecedores, arrendamento mercantil e partes relacionadas (consolidado):

	Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
	% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
31 de dezembro de 2024							
Fornecedores	103,04	293.312	245.154	123.532	-	-	661.998
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	110,70	9.171	29.535	360.517	1.040.570	101.191	1.540.984
Instrumentos financeiros derivativos		1.015	-	-	-	-	1.015
Partes relacionadas		-	1.205	-	-	-	1.205
Arrendamento Mercantil	123,49	1.330	2.660	11.978	25.393	436	41.797
Outros passivos		-	-	68.263	7.500	-	75.763
		304.828	278.554	564.290	1.073.463	101.627	2.322.762

(d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Além da utilização de recursos próprios, nos últimos três exercícios sociais a Companhia contratou empréstimos de curto e longo prazo para financiar seu capital de giro, além de recursos tomados junto ao BNDES, FINEP e Nota Comercial. Realizou ainda, a 3ª emissão de debêntures em 2022, dívida que realizou a liquidação antecipada no ano de 2024.

(e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

A Positivo Tecnologia capta, quando necessário, recursos por meio de contratos financeiros, os quais são empregados no financiamento de suas necessidades pontuais de capital de giro de curto prazo, respeitando a sazonalidade do negócio.

Além disso, a Companhia se utiliza desses recursos para a manutenção de suas disponibilidades de caixa em nível que acredita apropriado para a execução de suas atividades, buscando sempre manter um nível reduzido de exposição a riscos das taxas de juros e de câmbio.

Devido ao perfil de moderada alavancagem da Positivo Tecnologia e seu excelente histórico junto à comunidade financeira, a Companhia tem tido acesso a linhas de crédito junto a bancos de grande, médio e pequeno portes a taxas competitivas, e acredita manter essa capacidade para os próximos períodos, exceto se houver uma deterioração mais relevante das condições do mercado de crédito.

No que se refere a linhas de financiamento para investimentos em ativos não circulantes, a Companhia possui contratos de colaboração financeira de longo prazo com o BNDES, FINEP, CCB e Nota Comercial para financiar atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação. Adicionalmente, a Companhia realizou a 3ª emissão de debêntures simples e não conversíveis em ações, de espécie com garantia real, em série única no valor total de R\$ 350.000 em 2022, realizando no ano de 2024 a liquidação antecipada dessa dívida.

(f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

(i) Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O endividamento da Companhia era composto da seguinte forma nos períodos abaixo indicados:

						Controladora		Consolidado	
Passivo Circulante		Taxa média contratual (a.a.)	Swap % CDI	Vencimento	Garantias	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023	31 de dezembro de 2024	31 de dezembro de 2023
Moeda nacional									
Capital de Giro		CDI+2,29%	-	Até Dez/2025	-	47.652	191.949	47.652	192.429
Capital de Giro		CDI+5,13%	-	Até Nov/2025	-	-	-	5.947	564
Debêntures	(a)	CDI +3,75%	-	Até Fev/2026	-	-	110.896	-	110.896
Nota Comercial	(a)	CDI+2,13%	-	Até Mai/2028	-	16.725	57.354	17.784	57.354
FINEP	(b)	TR + 3,41%	-	Até Dez/2028	Seguro Garantia	10.251	15.283	10.249	15.283
FINEP	(b)	TJLP + 1,00%	-	Até Dez/2028	Seguro Garantia	14.684	14.499	14.684	14.499
BNDES	(c)	CDI+1,80%	-	Até Set/2031	Carta fiança	12.825	2.737	12.825	2.737
BNDES	(c)	TR + 2,20%	-	Até Fev/2033	Carta fiança	1.660	-	1.660	-
Moeda estrangeira									
Capital de Giro - US\$		CDI + 2,05% + VC	115,19%	Até Ago/2029	Nota promissória	230.279	301.077	230.279	301.077
						334.076	693.795	341.080	694.839
Passivo não circulante									
Moeda nacional									
Capital de Giro		CDI+2,29%	-	Até Dez/2025	-	-	196.435	-	204.643
Capital de Giro		CDI+5,13%	-	Até Nov/2025	-	-	-	-	4.884
Debêntures	(a)	CDI +3,75%	-	Até Fev/2026	-	-	150.000	-	150.000
Nota Comercial	(a)	CDI+2,13%	-	Até Mai/2028	-	33.333	41.429	223.333	41.429
FINEP	(b)	TR + 3,41%	-	Até Dez/2028	Seguro Garantia	13.763	22.970	13.763	22.970
FINEP	(b)	TJLP + 1,00%	-	Até Dez/2028	Seguro Garantia	39.422	52.563	39.422	52.563
BNDES	(c)	CDI+1,80%	-	Até Set/2031	Carta fiança	72.755	42.000	72.755	42.000
BNDES	(c)	TR + 2,20%	-	Até Fev/2033	Carta fiança	184.000	-	184.000	-
Moeda estrangeira									
Capital de Giro - US\$		CDI + 2,05% + VC	115,19%	Até Ago/2029	Nota promissória	408.471	172.405	408.471	172.405
						751.744	677.802	941.744	690.894
Total de empréstimos e financiamentos						1.085.820	1.371.597	1.282.824	1.385.733

FINEP

No exercício de 2018, a Companhia aprovou junto a FINEP contrato de crédito no montante de R\$125.100 cujos recursos foram aplicados em planos de inovação, com atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de automação industrial, tecnologia educacional e centro de inovação associados a novos produtos. Essa linha de crédito foi integralmente utilizada, com os valores captados em parcelas até o final do exercício de 2021, os vencimentos dos contratos ocorrerão até dezembro de 2028.

CAPITAL DE GIRO

Para suprir a necessidade de capital de giro a Companhia capta recursos de instituições financeiras a taxas de juros praticadas no mercado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a Companhia captou recursos, encerrando o período com saldo a pagar no montante de R\$ 692,3 milhões e R\$ 876,0 milhões. Destaque para as captações via 4131, que contribuirão para o alongamento da dívida da Companhia.

DEBÊNTURES

Visando o alongamento do perfil de endividamento da Companhia, no âmbito da gestão ordinária de seus negócios, a Companhia realizou no ano de 2022 a 3ª emissão de debêntures simples e não conversíveis em ações no valor total de R\$ 350 milhões. Em maio de 2024, a Companhia realizou o resgate antecipado dessa obrigação, visando a redução dos custos financeiros do seu endividamento, utilizando o caixa gerado nas suas operações, não sendo substituído por outro instrumento de captação.

(ii) outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Os contratos firmados junto à FINEP serão amortizados até dezembro de 2028.

(iii) grau de subordinação entre as dívidas

Não existe grau de subordinação contratual entre as dívidas da Companhia. Em eventual concurso universal de credores, a subordinação entre as obrigações da Companhia registradas no passivo exigível será estabelecida conforme a ordem de classificação prevista na legislação aplicável.

(iv) eventuais restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se a Companhia vem cumprindo essas restrições

Determinados contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia possuem os seguintes covenants, que deverão ser observados semestralmente, tendo como base as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

Relação Dívida Líquida/EBITDA

Relação Dívida Líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0 (três) vezes, considerando-se:

- Dívida Líquida: Considera-se os empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes de caixa e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de swap (proteção de contratos de empréstimos), conforme dados consolidados da demonstração financeira da Emissora; e

- EBITDA: Compreende o resultado acumulado dos últimos quatro trimestres, que consiste no lucro (prejuízo) do exercício ou do período, acrescido do resultado financeiro líquido, equivalência patrimonial, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido e da depreciação e amortização.

Nota comercial

Em 2024, a Companhia celebrou contratos de nota de comercial, no montante de R\$ 240 milhões, com prazo de até 4 anos. Os referidos contratos possuem cláusula de *covenants* financeiros seguindo a metodologia acima mencionada, ou seja, relação Dívida líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0 (três) vezes, observados semestralmente.

Capital de giro

Em 2021 a Companhia celebrou contrato de capital de giro, no montante de R\$ 150.000, com prazo de 4 anos. O referido contrato, inclui cláusula de *covenants* financeiros seguindo a mesma metodologia acima mencionada, ou seja, relação Dívida líquida/EBITDA deve ser igual ou menor a 3,0 (três) vezes, observados semestralmente.

O próximo aferimento, de ambos os contratos, em relação ao cumprimento dos *covenants* será para a data base de 30 de junho de 2025. No aferimento realizado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia estava atendendo o índice limite determinado pela cláusula de *covenants*.

(g) limites de utilização dos financiamentos já contratados e percentuais já utilizados

No exercício de 2018, a Companhia aprovou junto a FINEP contrato de crédito no montante de R\$ 125.100 cujos recursos foram aplicados em planos de inovação, com atividades de pesquisa e desenvolvimento nas áreas de automação industrial, tecnologia educacional e centro de inovação associados a novos produtos. Essa linha de crédito foi integralmente utilizada, com os valores captados em parcelas até o final do exercício de 2021.

(h) alterações significativas em itens das demonstrações financeiras e de fluxo de caixa. cada item das demonstrações financeiras

Comparação dos resultados operacionais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

Exercício findo em 31 de dezembro						
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO CONSOLIDADO	2024		2023		Vas%	Vas p.p
<i>Em milhares de Reais</i>	R\$ mil	% ROL	R\$ mil	% ROL	2024x2023	2024x2023
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	3.688.326	100,0%	3.926.631	100,0%	-6,1%	0,0 p.p.
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	(2.764.289)	74,9%	(2.864.102)	72,9%	-3,5%	2,0 p.p.
LUCRO BRUTO	924.037	25,1%	1.062.529	27,1%	-13,0%	-2,0 p.p.
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS						
Com Vendas	(436.329)	11,8%	(496.236)	12,6%	-12,1%	-0,8 p.p.
Gerais e Administrativas	(220.817)	6,0%	(216.172)	5,5%	2,1%	0,5 p.p.
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	50.284	1,4%	165.013	4,2%	-69,5%	-2,8 p.p.
Resultado da equivalência patrimonial	(7.665)	-0,2%	(6.557)	-0,2%	16,9%	0,0 p.p.
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	309.510	8,4%	508.577	13,0%	-39,1%	-4,6 p.p.
Receitas Financeiras	114.170	3,1%	104.320	2,7%	9,4%	0,4 p.p.
Despesas Financeiras	(272.422)	7,4%	(325.449)	8,3%	-16,3%	-0,9 p.p.
Variação cambial líquida	(49.122)	1,3%	(33.297)	0,8%	47,5%	0,5 p.p.
LUCRO ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS	102.136	2,8%	254.151	6,5%	-59,8%	-3,7 p.p.
Provisão para imposto de renda e contribuição social	(11.624)	-0,3%	(2.341)	-0,1%	396,5%	-0,3 p.p.
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(5.474)	-0,1%	(928)	0,0%	489,9%	-0,1 p.p.
	(17.098)		(3.269)		423,0%	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	85.038	2,3%	250.882	6,4%	-66,1%	-4,1 p.p.
LUCRO POR AÇÃO - R\$	0,5997		1,7693			

Receita Líquida

A receita líquida totalizou R\$ 3.688,3 milhões no exercício de 2024, redução de 6,1% em relação ao ano de 2023. A redução no faturamento deve-se principalmente: (i) à menor demanda dos negócios de Instituições Públicas, (ii) a redução nas vendas do mercado de consumo (varejo) e (iii) ao menor volume de negócios Corporativos, HaaS e servidores, principalmente. Essa redução foi compensada parcialmente pela receita com serviços gerenciados de TI, com a aquisição da controlada Positivo S+ Soluções em T.I. S.A. (anteriormente denominada Algar T.I. S.A.), em 31 de maio de 2024.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (CPV)

O CPV totalizou R\$ 2.764,3 milhões no exercício de 2024, representando 75% da receita líquida (73% em 2023). O aumento do percentual do custo sobre a receita líquida reflete principalmente os efeitos da desvalorização cambial do real frente ao dólar, sendo que aproximadamente 90% da matéria-prima utilizada pela Companhia é importada, e o mix de produtos.

Lucro Bruto

O lucro bruto totalizou R\$ 924,0 milhões no exercício de 2024, redução de 13% em relação ao ano de 2023, representando de 25,1%, da receita líquida do ano, redução de 2,0 p.p. em relação a 2023. A redução na margem bruta está relacionado principalmente ao mix de produtos, e impacto da desvalorização cambial no custo de produção.

Despesas (Receitas) Operacionais

Exercício findo em 31 de dezembro						
	2024		2023		Variação	
DESPESAS OPERACIONAIS	R\$ milhões	% ROL	R\$ milhões	% ROL	Var%	Var. p.p
Despesas com Vendas	436,3	11,8%	496,2	12,6%	-	-0,8 p.p.
Despesas Gerais e Administrativas	220,8	6,0%	216,2	5,5%	2,1%	0,5 p.p.
Outras Despesas (Receitas)	(50,3)	-1,4%	(165,0)	-4,2%	-	2,8 p.p.
Despesas Operacionais Antes do Resultado Financeiro	606,8	16,5%	547,4	13,9%	10,9%	2,5 p.p.
Resultado Financeiro	207,4	5,6%	254,4	6,5%	-	-0,9 p.p.
Total	814,2	22,1%	801,8	20,4%	1,5%	1,7 p.p.

Em 2024 as despesas com vendas representaram 50,5% das despesas operacionais (51,3% em 2023), excluindo-se o resultado obtido com outras receitas operacionais, sendo o principal componente desse grupo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.



Em 2024 as despesas operacionais antes do resultado financeiro e excluindo-se o resultado obtido com outras receitas operacionais, representou 17,8% da receita líquida, em 2023 18,1%. Os dados demonstram estabilidade, efeito do rigoroso controle de gastos da Companhia.

Despesas com Vendas

Despesas com Vendas	Exercício findo em 31 de dezembro					
	2024		2023		Variação	
	R\$ milhões	% ROL	R\$ milhões	% ROL	Var%	Var. p.p
Marketing e Pessoal	138,8	3,8%	116,4	3,0%	19,2%	0,8 p.p.
Assistência Técnica e Garantia	129,2	3,5%	189,8	4,8%	-31,9%	-1,3 p.p.
Comissões	73,8	2,0%	83,2	2,1%	-11,3%	-0,1 p.p.
Depreciação e Amortização	9,8	0,3%	5,4	0,1%	81,5%	0,1 p.p.
Outros	84,7	2,3%	101,4	2,6%	-16,5%	-0,3 p.p.
Total	436,3	11,8%	496,2	12,6%	-12,1%	-0,8 p.p.

As despesas com vendas totalizaram R\$ 436,3 milhões no exercício de 2024, representando 11,8% da receita líquida, 12,6% em 2023, queda de 0,8 p.p, impactado principalmente por menores gastos com garantia e assistência técnica devido ao mix de produtos vendidos.

Despesas Gerais e Administrativas

Despesas Gerais e Administrativas	Exercício findo em 31 de dezembro					
	2024		2023		Variação	
	R\$ milhões	% ROL	R\$ milhões	% ROL	Var%	Var. p.p
Pessoal e Remuneração dos Administradores	106,8	2,9%	111,1	2,8%	-3,9%	0,1 p.p.
Depreciação e Amortização	25,1	0,7%	27,8	0,7%	-9,7%	0,0 p.p.
Outros	88,9	2,4%	77,3	2,0%	15,0%	0,4 p.p.
Total	220,8	6,0%	216,2	5,5%	2,1%	0,5 p.p.

As despesas gerais e administrativas registraram R\$ 220,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, aumento de 2,1% em relação ao exercício de 2023. O aumento está relacionado a expansão da operação com aquisição da Positivo S+ e inflação.

Outras Receitas e despesas operacionais

A linha de outras receitas e despesas operacionais apresentou substancial redução no ano devido ao crédito financeiro oriundo dos investimentos em P&D, devido ao menor volume de faturamento a partir da fábrica sediada em Ilhéus, na Bahia, onde há geração do referido crédito. Tal crédito, por exigência da norma contábil, dever ser registrado nesta linha, não integrando o lucro bruto da Companhia. O faturamento registrado a partir de Ilhéus reduziu significativamente devido à conclusão das entregas de projetos especiais no primeiro trimestre de 2024.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 207,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro 2024, uma melhora em relação a 2023, decorrente da gradual melhora no perfil de endividamento da Companhia.

Ressaltamos que o objetivo da Política Cambial da Companhia é a proteção do resultado operacional e a redução de sua volatilidade no resultado, não permitindo, em hipótese alguma, a contratação de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

Lucro Líquido

A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 85,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro 2024, redução em relação ao resultado do exercício de 2023 que apresentou lucro de R\$ 250,9 milhões. A variação é reflexo principalmente da redução de 6,1% na receita líquida da Companhia, impacto da desvalorização cambial no custo dos insumos e mix de produtos.

Comparação das principais contas patrimoniais dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023.

Balço Patrimonial consolidado em 31 de dezembro

Em milhares de Reais	31/12/2024	AV¹	31/12/2023	AV¹	AH²
ATIVO					
Circulante	2.967.747	66,44%	3.575.173	78,03%	-16,99%
Caixa e equivalente de caixa	566.929	12,69%	591.375	12,91%	-4,13%
Contas a receber	860.937	19,27%	1.326.360	28,95%	-35,09%
Estoques	1.096.246	24,54%	1.256.483	27,42%	-12,75%
Impostos a recuperar	301.400	6,75%	304.370	6,64%	-0,98%
Adiantamentos diversos	50.857	1,14%	53.523	1,17%	-4,98%
Crédito de instrumentos financeiros	21.658	0,48%	0	0,00%	n/a
Contas a receber com partes relacionadas	27.037	0,61%	12.382	0,27%	118,36%
Outros créditos	42.683	0,96%	30.680	0,67%	39,12%
Não circulante	1.499.240	33,56%	1.006.660	21,97%	48,93%
Realizável a longo prazo	765.802	17,14%	502.346	10,96%	52,45%
Contas a receber	185.092	4,14%	31.972	0,70%	478,92%
Impostos a recuperar	541.119	12,11%	457.924	9,99%	18,17%
Crédito de instrumentos financeiros	35.760	0,80%	0	0,00%	n/a
Tributos diferidos	1.190	0,03%	2743	0,06%	-56,62%
Outros créditos	2.641	0,06%	9.707	0,21%	-72,79%
Permanente	733.438	16,42%	504.314	11,01%	45,43%
Investimentos	256.770	5,75%	226.969	4,95%	13,13%
Imobilizado líquido	155.481	3,48%	146.818	3,20%	5,90%
Intangível líquido	321.187	7,19%	130.527	2,85%	146,07%
TOTAL DO ATIVO	4.466.987	100,00%	4.581.833	100,00%	-2,51%
PASSIVO					
Circulante	1.503.102	33,65%	1.934.265	42,22%	-22,29%
Fornecedores	658.247	14,74%	823.121	17,96%	-20,03%
Empréstimos e financiamentos	341.080	7,64%	694.839	15,17%	-50,91%
Instrumentos financeiros derivativos	1.015	0,02%	17.682	0,39%	-94,26%
Salários e encargos a pagar	105.953	2,37%	50.891	1,11%	108,20%
Passivo de arrendamento	12.455	0,28%	10.225	0,22%	21,81%
Provisões	135.780	3,04%	164.681	3,59%	-17,55%
Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	3.121	0,07%	4.240	0,09%	-26,39%
Tributos a recolher	102.656	2,30%	73.369	1,60%	39,92%
Dividendos a pagar	38.208	0,86%	58.625	1,28%	-34,83%
Receita diferida	21.404	0,48%	11.619	0,25%	84,22%
Contas a pagar com partes relacionadas	1.205	0,03%	2.949	0,06%	-59,14%
Outras contas a pagar	81.978	1,84%	22.024	0,48%	272,22%
Não circulante	1.317.764	29,50%	1.051.141	22,94%	25,37%
Empréstimos e financiamentos	941.744	21,08%	690.894	15,08%	36,31%
Provisões	79.014	1,77%	85.915	1,88%	-8,03%
Tributos a recolher	40.003	0,90%	165.640	3,62%	-75,85%
Passivo de arrendamento	22.731	0,51%	23.137	0,50%	-1,75%
Provisão para contingências	206.836	4,63%	48.113	1,05%	329,90%
Outras contas a pagar	27.436	0,61%	37.442	0,82%	-26,72%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.646.121	36,85%	1.596.427	34,84%	3,11%
Capital Social	721.670	16,16%	721.670	15,75%	0,00%
Reserva de capital	122.258	2,74%	122.382	2,67%	-0,10%
Reserva de lucros	820.122	18,36%	779.421	17,01%	5,22%
Ações em tesouraria	-21.203	-0,47%	-17.493	-0,38%	21,21%
Ajuste de avaliação patrimonial	-7.018	-0,16%	-18.580	-0,41%	-62,23%
Participação de não Controladores	10.292	0,23%	9.027	0,20%	14,01%
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4.466.987	100,00%	4.581.833	100,00%	-2,51%

ATIVO Circulante

O ativo circulante totalizou R\$ 2.968 milhões em 31 de dezembro de 2024, redução de 16,99% em relação ao saldo verificado em 31 de dezembro de 2023, quando o circulante registrava R\$ 3.575 milhões. Dentre as maiores variações, destacam -se os grupos de Caixa e Equivalentes, Contas a Receber, Estoques, conforme explicações abaixo.

Caixa e Equivalentes de Caixa

Em 31 de dezembro de 2024, o montante de caixa e equivalentes foi de R\$ 566,9 milhões, inferior em 4,13% ao saldo registrado em 31 de dezembro de 2023, quando as disponibilidades totalizavam R\$ 591,4 milhões. O redução está ligada a amortização do dívida da Companhia, amenizada pela geração de caixa operacional.

Contas a Receber

A conta de contas a receber totalizou R\$ 860,9 milhões em 31 de dezembro de 2024, redução de 35,09% em relação ao registrado em 31 de dezembro de 2023, quando as contas a receber totalizaram R\$ 1.326 milhões. A rubrica representou 19,27% do ativo em 31 de dezembro de 2024. A redução se deve ao menor faturamento da Companhia e o recebimento dos saldos provenientes de projetos especiais em aberto no final do exercício de 2023.

Estoques

A conta de estoques totalizou R\$ 1.096 milhões em 31 de dezembro de 2024, redução de 12,75% em relação ao registrado em 31 de dezembro de 2023, quando os estoques totalizaram R\$ 1.256 milhões. A conta de estoques representou 24,54% do ativo em 31 de dezembro de 2024. A redução se deve principalmente a conclusão do projeto de urnas eletrônicas, cujas entregas ocorreram substancialmente até o final do primeiro trimestre de 2024.

Não circulante

Em 31 de dezembro de 2024 o ativo não circulante registrou R\$ 1.499 milhões, elevação de 48,93% em relação ao registrado em 31 de dezembro de 2023, quando o ativo não circulante registrou R\$ 1.006 milhões. O aumento deve-se principalmente ao contas a receber de HaaS, com prazos de recebimento de até 60 meses, e tributos a recuperar que a Administração espera realizar em um período superior a doze meses do encerramento do exercício.

PASSIVO Circulante

Em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante totalizou R\$ 1.503 milhões, redução 22,29% em relação ao registrado em 31 de dezembro de 2023, quando o passivo circulante registrou R\$ 1.934 milhões. As contas que apresentaram variações mais relevantes foram Fornecedores, Empréstimos e financiamentos, tributos a recolher e salários e encargos.

Fornecedores

A conta de fornecedores registrou R\$ 658 milhões em 31 de dezembro de 2024, redução de 20% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2023, de R\$ 823 milhões. Esta conta representou 14,7% do passivo em 31 de dezembro de 2024 e 17,9% em 31 de dezembro de 2023. A variação é decorrente do pagamento de fornecedores de insumos para atendimento do forecast de vendas do primeiro trimestre de 2024.

Empréstimos e financiamentos

O saldo de empréstimos e financiamentos totalizou R\$ 341,1 milhões em 31 de dezembro de 2024, redução de 50,91% em relação aos R\$ 694,8 milhões registrados em 31 de dezembro de 2023. A redução se deve a amortização de empréstimos e alongamento do perfil da dívida.

Tributos a recolher

O saldo de tributos a recolher totalizou R\$ 102,6 milhões em 31 de dezembro de 2024, aumento de 39,9% em relação aos R\$ 73,4 milhões em 31 de dezembro de 2023. A variação decorre da consolidação dos saldos da controlada Positivo S+ adquirida em maio de 2024, parcelamento de tributos previdenciários e débito de IPI com pedido de compensação homologada em janeiro de 2025.

Salários e encargos

A conta de salários e encargos registrou R\$ 105,9 milhões em 31 de dezembro de 2024, aumento de 108,20% em relação ao saldo de 31 de dezembro de 2023, de R\$ 50,9 milhões. A variação decorre substancialmente da consolidação dos saldos da controlada Positivo S+ Soluções em TI S.A., incluindo suas subsidiárias no exterior Algar Tech S.A. de C.V. "Algar México", Algar Tecnologia S.A.S. "Algar Colômbia" e Algar TI Consultoria S.A., Sucursal Argentina "Algar Argentina"; adquiridas em 31 de maio de 2024.

Não circulante

O passivo não circulante totalizou R\$ 1.317 milhões em 31 de dezembro de 2024, aumento de 25,37% em relação ao saldo de R\$ 1.051 milhões observado em 31 de dezembro de 2023. A variação é decorrente da estratégia de alongamento do perfil da dívida bancária da Companhia.

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido totalizou R\$ 1.646,1 milhões em 31 de dezembro de 2024, aumento de 3,11% em relação ao valor de R\$ 1.596,4 milhões registrado em 31 de dezembro de 2024. A variação é decorrente do lucro do exercício de 2024.

(a) Resultados das operações da Companhia, em especial:

(i) descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A maior parte da receita da Companhia provém da venda de dispositivos, como computadores de mesa (desktops), computadores portáteis (notebooks e netbooks), servidores, telefones celulares (feature phones e smartphones), máquinas de pagamento e tablets. Uma parte menor é proveniente do segmento de Tecnologia Educacional, com serviços, hardware e softwares, como portais e mesas educacionais para instituições de ensino das redes pública e particular.

(ii) Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

A situação financeira da Companhia e o resultado de suas operações têm sido influenciados por fatores como o nível do emprego e da renda da população, a confiança do consumidor, a disponibilidade de crédito, o ambiente competitivo da indústria de PCs e celulares e a taxa de câmbio.

Indicadores	2024	2023	2022	Var. % 2024x2023	Var. % 2024x2022
Taxa de desemprego - RMSP ¹	6,9%	7,7%	8,9%	-10,4%	-22,5%
População ocupada - RMs ²	60,9%	59,8%	57,2%	1,8%	6,5%
Rendimento real efetivo - RMs ²	3.226,00	2.979,00	2.728,00	8,3%	18,3%
Confiança do consumidor	91,30	93,20	88,00	-2,0%	3,7%
Crédito à pessoa física (R\$ bi)	3.962,71	3.522,21	3.187,78	12,5%	24,3%
Taxa de câmbio - fim do período - R\$/US\$ (4)	6,19	4,84	5,22	27,9%	18,6%
Taxa de câmbio - média - R\$/US\$ (4)	5,47	5,00	5,14	9,6%	6,5%

¹ Fonte: Seade. Região Metropolitana de São Paulo (RMSP). Compreende desemprego o culto (trabalho precário e desemprego por desalento) e desemprego aberto.

² Fonte: IBGE. Regiões metropolitanas (RMs): Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre

³ Fonte: FGV. Base:100

⁴ Fonte: BCB

O mercado de computadores brasileiro apresentou crescimento de 0,8% em 2024 em relação ao ano anterior. Esse crescimento modesto se deu pela renovação de máquinas e aumento no custo de insumos. Na comparação entre 2023 e 2022, o mercado havia caído -10,2%.

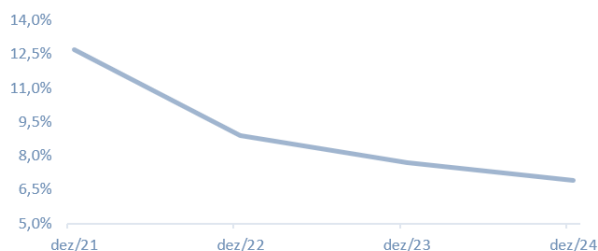
O mercado de celulares em 2024 apresentou crescimento de 3,1% em relação ao ano anterior, após queda apresentada por este mercado entre 2023 e 2022 de -6,7%, além de queda em relação aos anos anteriores.

Estão destacados, a seguir, os principais fatores que afetaram materialmente as receitas operacionais da Companhia:

Nível de emprego e de renda da população

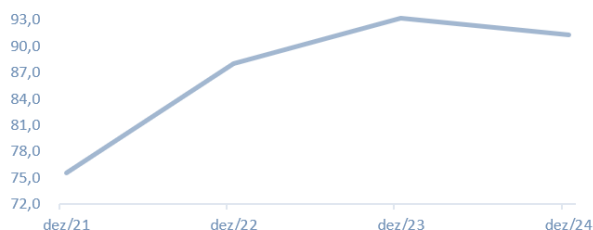
A taxa de desemprego em Dez/24 atingiu o menor valor no período 6,9%, recuperando-se do crescimento em 2020 com início da pandemia de covid-19 no Brasil. O Índice de Confiança do Consumidor chegou em 2024 aos 91,3 pontos, apresentando uma piora de -2,0% em relação a 2023, quando o índice estava em 93,2 pontos.

Taxa de Desemprego - RMSP



Fonte: Seade

Índice de Confiança do Consumidor



Fonte: FGV

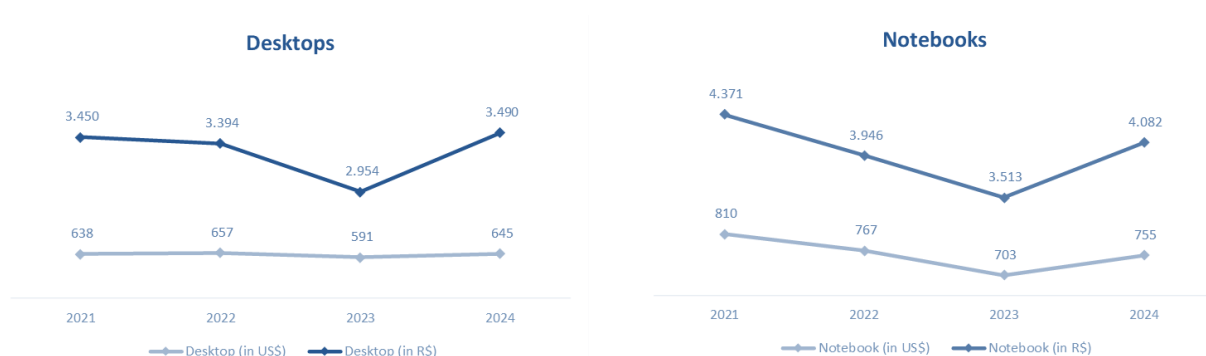
Disponibilidade de crédito

Em 2023, com um cenário de recuperação do período de pandemia do Covid-19 a oferta de crédito para pessoas físicas era de R\$ 3.522 bilhões, quando comparado a 2024 notamos um aumento de 12,5% atingindo a marca de R\$ 3.963 bilhões. Esta dinâmica favorece especialmente as classes de renda mais baixa, enquanto as redes varejistas são uma das principais ofertantes de crédito a estas classes.

Preços

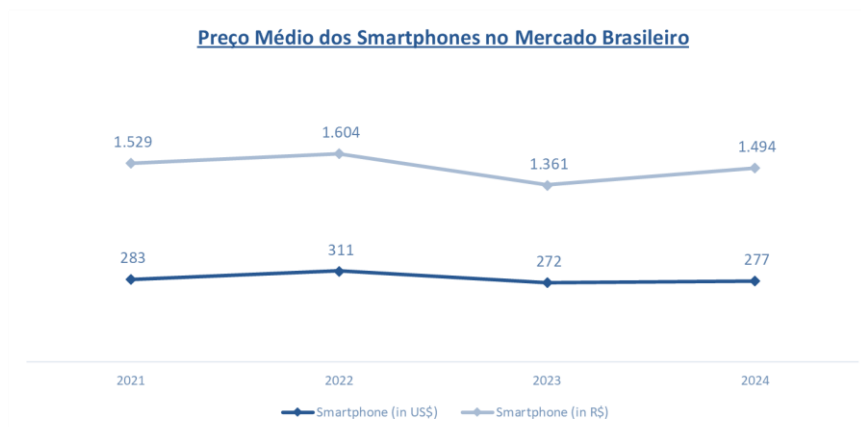
Considerando que cerca de 90% do custo de um computador é atrelado ao Dólar, a taxa de câmbio representa um dos principais indicadores para a precificação no mercado de computadores. Entre 2023 e 2024 o preço médio de desktops no Brasil teve aumento de 18,2%, devido ao aumento de custos dos insumos. Os notebooks apresentaram aumento de 16,2%, também influenciado pelo aumento no custo dos insumos.

Preço Médio dos PCs no Mercado Brasileiro



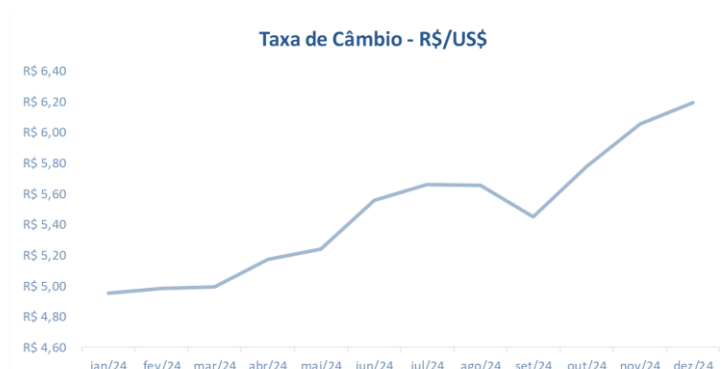
Fonte: IDC

Para os smartphones, houve aumento de 9,8% no preço médio em 2024 ante 2023.



Fonte: IDC

Em 2024, houve uma forte piora no dólar mantendo a média próxima aos R\$5,50, um aumento de 9,6% quando comparado a média de 2023, apresentando uma piora ainda mais significativa no fechamento, atingindo 6,19 ao fim do período, sua maior cotação.



(b) Variações relevantes das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Estão apresentadas a seguir as análises das variações de receitas consolidadas atribuíveis a alterações nos níveis de preços e volumes de venda entre os exercícios sociais de 2023 e 2024. Cumpre destacar que a precificação dos produtos eletrônicos é significativamente influenciada pela taxa de câmbio, uma vez que cerca de 90% do custo é atrelado ao Dólar. Adicionalmente, a Companhia busca refletir em sua precificação a variação de seus custos fixos causada pela inflação.

Análise 2024 x 2023:

Volume de Vendas

No ano de 2024, o volume consolidado de dispositivos vendidos atingiu 1,7 milhões de unidades. A companhia adota desde o fim de 2018 uma política de margens mínimas, após estudos de otimização da remuneração do capital investido

nas áreas de negócio, o que apresentou impacto no volume de dispositivos vendidos, porém com reflexo em aumento da lucratividade operacional. As vendas de computadores registraram 0,76 milhões de equipamentos, redução de 11% em relação a 2023. As vendas de celulares atingiram 0,95 milhões de aparelhos, redução de 12%.

Volume de Vendas (unidades)	2024	2023	Var. % 2024x2023
PCs Total	757.649	848.894	-11%
Desktops	149.034	271.188	-45%
Notebooks	608.615	577.706	5%
PCs por Canal	757.649	844.136	-10%
Consumer	355.046	334.219	6%
Licitações	295.077	411.174	-28%
Corporativo	107.526	98.743	9%
Telefones Celulares	952.903	1.083.122	-12%
Smartphones	539.012	609.007	-11%
Feature Phones	413.891	474.115	-13%

Preços Médios

Preço Médio ¹ Computadores Positivo	2024	2023	Var. % 2024x2023
Dólar Médio do Período ²	5,39	5,00	7,9%
Desktops			
Em R\$	2.976,7	2.991,0	0%
Em US\$	552,1	598,7	-8%
Notebooks			
Em R\$	2.230,6	2.265,1	-2%
Em US\$	413,7	453,4	-9%
Telefones Celulares			
Em R\$	462,4	434,9	6%
Em US\$	85,7	87,0	-1%

¹ Considera apenas os equipamentos comercializados no mercado brasileiro.
² Cálculo da Companhia, ponderado pela venda mensal para reduzir distorções sazonais, com base na PTAX Venda do BACEN.

O preço médio em Reais dos desktops apresentou queda de 0,5% em relação ao período anterior, devido a mudança no mix de produtos. O preço médio em Reais dos notebooks reduziu 2% no período.

Os telefones celulares registraram aumento no preço médio em Reais de 6%, em função da maior proporção de vendas de smartphones e entrada de novos produtos de maior valor, como os celulares Infinix.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (CPV)

Exercício findo em

Custo dos Produtos Vendidos	2024		2023		Variação	
	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var. %	Var. p.p.
Matéria Prima e Insumos	2.371,0	64,3%	2.675,7	68,1%	-11,4%	(3,9 p.p.)
Depreciação e Amortização	22,4	0,6%	22,7	0,6%	-1,2%	0,0 p.p.
Outros	165,7	4,5%	165,7	4,2%	0,0%	0,3 p.p.
Total	2.764,3	74,9%	2.864,1	72,9%	-3,5%	2,0 p.p.

Matéria Prima e Insumos:

A conta de matéria-prima e insumos correspondeu a 64,3% da receita líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, redução de 3,9 p.p. em relação ao ano de 2023. A redução reflete o melhor mix de produtos e serviços ofertados, principalmente serviços gerenciados de TI executados pela Positivo S+ Soluções em TI S.A e suas subsidiárias na américa latina.

Outros Custos:

Os outros custos totalizaram 4,5% da receita líquida em dezembro de 2024, um aumento de 0,3 p.p. em relação a dezembro de 2023.

Resultado Financeiro

Exercício findo em

Resultado Financeiro	2023		2023		Variação	
	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var. %	Var. p.p.
Receitas Financeiras	114,1	3,1%	104,3	2,8%	9,4%	0,3 p.p.
Despesas Financeiras	(272,4)	-7,4%	(325,4)	-8,8%	-16,3%	1,4 p.p.
Variação Cambial *	(49,1)	-1,3%	(33,3)	-0,9%	47,5%	(0,4 p.p.)
Total	(207,4)	-5,6%	(254,4)	-6,9%	-18,5%	1,3 p.p.

*Inclui os efeitos das operações de hedge cambial

Para o acumulado de 2024, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 207,4 milhões, o que representa uma melhora de 1,3 p.p. em relação a 2023.

Ressaltamos que o objetivo da Política Cambial da Companhia é a proteção do resultado operacional e a redução de sua volatilidade no resultado, não permitindo, em hipótese alguma, a contratação de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (CPV)

Custo dos Produtos Vendidos	Exercício findo em					
	2023		2022		Variação	
	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var. %	Var. p.p.
Matéria Prima e Insumos	2.675,7	68,1%	3.616,0	72,4%	-26,0%	(4,3 p.p.)
Depreciação e Amortização	22,7	0,6%	21,7	0,4%	4,5%	0,2 p.p.
Outros	165,7	4,2%	158,7	3,2%	4,4%	1,0 p.p.
Total	2.864,1	72,9%	3.796,5	76,0%	-24,6%	(3,1 p.p.)

Matéria Prima e Insumos:

A conta de matéria-prima e insumos correspondeu a 68,1% da receita líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, redução de 4,3 p.p. em relação ao ano de 2022. A redução reflete o melhor mix de produtos e serviços ofertados e o aumento da participação de receita recorrente advinda do mercado corporativo e projetos especiais.

Outros Custos:

Os outros custos totalizaram 4,2% da receita líquida em dezembro de 2023, um aumento de 1 p.p. em relação a dezembro de 2022.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro	Exercício findo em					
	2023		2022		Variação	
	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var. %	Var. p.p.
Receitas Financeiras	104,3	2,7%	86,4	1,7%	20,7%	1,0 p.p.
Despesas Financeiras	(325,4)	-8,3%	(357,6)	-7,2%	-9,0%	(1,1 p.p.)
Variação Cambial *	(33,3)	-0,8%	(46,8)	-0,9%	-28,9%	0,1 p.p.
Total	(254,4)	-6,5%	(318,1)	-6,4%	-20,0%	(0,1 p.p.)

*Inclui os efeitos das operações de hedge cambial

Para o acumulado de 2023, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 254,4 milhões, o que representa uma piora de 0,1 p.p. em relação a 2022.

Ressaltamos que o objetivo da Política Cambial da Companhia é a proteção do resultado operacional e a redução de sua volatilidade no resultado, não permitindo, em hipótese alguma, a contratação de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

Análise 2022 x 2021:

Volume de Vendas

No ano de 2022, o volume consolidado de dispositivos vendidos sob a marca Positivo atingiu 1,6 milhões de unidades. A companhia adota desde o fim de 2018 uma política de margens mínimas, após estudos de otimização da remuneração do capital investido nas áreas de negócio, o que apresentou impacto no volume de dispositivos vendidos, porém com reflexo em aumento da lucratividade operacional. As vendas de computadores registraram 0,9 milhões de

equipamentos, queda de 21% em relação a 2021. As vendas de celulares atingiram 0,8 milhões de aparelhos, redução de 44%.

Volume de Vendas (unidades)	2022	2021	Var. % 2022x2021
PCs Total	884.686	1.123.192	-21%
Desktops	294.974	123.808	138%
Notebooks	589.712	999.384	-41%
PCs por Canal	884.686	1.123.192	-21%
Varejo	316.597	614.882	-49%
Licitações	429.745	380.786	13%
Corporativo	138.344	127.524	8%
Telefones Celulares	778.416	1.108.916	-30%
Smartphones	425.307	627.532	-32%
Feature Phones	353.109	481.384	-27%

Preços Médios

Preço Médio ¹ Computadores Positivo	2022	2021	Var. % 2022x2021
Dólar Médio do Período²	5,14	5,40	-4,8%
Desktops			
Em R\$	4.451,5	3.817,6	17%
Em US\$	866,3	707,0	23%
Notebooks			
Em R\$	2.633,0	2.079,1	27%
Em US\$	512,4	385,0	33%
Telefones Celulares			
Em R\$	419,2	357,0	17%
Em US\$	81,6	66,1	23%

¹ Considera apenas os equipamentos comercializados no mercado brasileiro.

² Cálculo da Companhia, ponderado pela venda mensal para reduzir distorções sazonais, com base na PTAX Venda do BACEN.

O preço médio em Reais dos desktops apresentou elevação de 17% em relação ao período anterior, devido a mudança no mix de produtos. O preço médio em Reais dos notebooks aumentou 27% no período.

Os telefones celulares registraram aumento no preço médio em Reais de 17%, em função da maior proporção de vendas de smartphones e entrada de novos produtos de maior valor.

Custo dos Produtos Vendidos e Serviços Prestados (CPV)

Exercício findo em

Custo dos Produtos Vendidos	2022		2021		Variação	
	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var. %	Var. p.p.
Matéria Prima e Insumos	3.616,0	72,4%	2.480,1	73,7%	46%	-1,3 p.p
Depreciação e Amortização	21,7	0,4%	12,1	0,4%	80%	0,1 p.p
Outros	158,7	3,2%	104,7	3,1%	52%	0,1 p.p
Total	3.796,5	76,0%	2.596,9	77,2%	46%	-1,1 p.p

Matéria Prima e Insumos:

A conta de matéria-prima e insumos correspondeu a 72,4% da receita líquida do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, redução de 1,3 p.p. em relação ao ano de 2021. A redução reflete o melhor mix de produtos e serviços ofertados e o aumento da participação de receita recorrente advinda do mercado corporativo e projetos especiais.

Outros Custos:

Os outros custos totalizaram 3,2% da receita líquida em dezembro de 2022, um aumento de 0,1 p.p. em relação a dezembro de 2021.

Resultado Financeiro

Exercício findo em

Resultado Financeiro	2022		2021		Variação	
	R\$ milhões	% Receita Líquida	R\$ milhões	% Receita Líquida	Var. %	Var. p.p.
Receitas Financeiras	86,4	1,7%	43,7	1,3%	98%	0,4 p.p
Despesas Financeiras	(357,6)	-7,2%	(158,8)	-4,7%	125%	-2,4 p.p
Variação Cambial*	(46,8)	-0,9%	20,2	0,6%	-332%	-1,5 p.p
Total	(318,1)	-6,4%	(94,9)	-2,8%	235%	-3,6 p.p

*Inclui os efeitos das operações de hedge cambial

Para o acumulado de 2022, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 318,1 milhões, o que representa uma piora de 3,6 p.p. em relação a 2021, decorrente do aumento da taxa de juros no país ao longo do período.

Ressaltamos que o objetivo da Política Cambial da Companhia é a proteção do resultado operacional e a redução de sua volatilidade no resultado, não permitindo, em hipótese alguma, a contratação de instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

(a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

Em 28 de dezembro de 2007, foi aprovada a Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, de 27 de maio de 2009 (conversão, em lei, da MP 449/08), que alteraram a Lei das Sociedades por Ações e introduziram novas regras contábeis aplicáveis a esta espécie de sociedade, como a Companhia, com o objetivo de convergência com as práticas contábeis internacionais.

Adicionalmente, a partir da aprovação da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, as alterações e inclusões a partir dos Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) deverão ser aplicados, quando necessários.

A Companhia e suas controladas adotaram os pronunciamentos CPC 47 - Receita de contrato com cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2018, sendo que a adoção destas normas não apresentou impactos relevantes sobre o patrimônio da Companhia e suas controladas.

A partir de 01 de janeiro de 2019 a Companhia adotou o pronunciamento CPC 06 – Operações de Arrendamento Mercantil, o qual introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante.

Após 2019, não existiram alterações significativas nas práticas contábeis que afetassem as demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

A Companhia entende que os principais efeitos decorrentes de alterações nas práticas contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de, 2024, 2023 e 2022, são os abaixo elencados, visto que as demais alterações na adoção inicial das práticas contábeis trazidas pela Lei nº 11.638/07, complementada pela Lei nº 11.941/09, já estão refletidas nos exercícios anteriores.

Efeitos na Demonstração de Resultados:

Arrendamento mercantil (CPC 06 R2): Em 01 de janeiro de 2019 entrou em vigor o CPC – 06 – Operações de arrendamento mercantil, que determina que todos os contratos de arrendamento mercantil e suas correspondentes obrigações devem ser reconhecidos no Balanço Patrimonial, com isenção de reconhecimento para arrendamentos com prazo contratual inferior a 12 meses, com prazo indeterminado ou contratos de baixo valor. O valor do ativo de direito de uso deve ser depreciado ao longo da vida útil estimada (vigência do contrato) e cessado quando do ajuste por redução ao valor recuperável, ou quando ocorrer o cancelamento do contrato. Com a mudança na norma contábil a partir de 2019, a Companhia deixa de registrar a despesa com aluguel, e passou a incorrer em despesas de depreciação e de juros implícitos nos contratos.

(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

O parecer de auditoria referente as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 não possui ressalvas e ênfases.

(a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve introdução ou alienação de segmento operacional nas atividades da Companhia durante os exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022 que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante em suas demonstrações financeiras ou seus resultados.

(b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Em 2018, a Positivo Smart Tecnologia Ltda. adquiriu 80% do capital da ACC Brasil Indústria e Comércio de Computadores Ltda. ("Accept"). A Accept apresentou receita líquida de R\$ 155,1 milhões em 2024 e atua com foco na fabricação e venda de servidores e storages, além de soluções clientes, como Mini PCs, thin clients e desktops.

Em 31 de julho de 2023 a Companhia celebrou contrato de aquisição da totalidade das quotas da SC Indústria de Equipamentos Eletrônicos Ltda. ("Securicenter"), distribuidora de equipamentos e soluções para o segmento de segurança eletrônica no país. A Securicenter apresentou receita líquida de R\$ 32,8 milhões em 2024.

Em 31 de maio de 2024, a Companhia concluiu, através de sua controlada direta, Positivo Smart Tecnologia Ltda., a aquisição da totalidade das ações da Positivo S+ Soluções em T.I. S.A. (anteriormente denominada Algar T.I. Consultoria S.A.), incluindo suas subsidiárias no exterior: Algar Tech S.A. de C.V. "Algar México", Algar Tecnologia S.A.S. "Algar Colômbia" e Algar TI Consultoria S.A., Sucursal Argentina "Algar Argentina", todas atuantes nas atividades de serviços gerenciais de tecnologia da informação, incluindo gestão de infraestrutura de T.I., gerenciamento de nuvem e segurança da informação. O preço de aquisição, sujeito aos ajustes de contrato, é de R\$ 235.000, sendo R\$ 190.000 (R\$ 159.123, líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa adquiridos) pagos na data da aquisição e preço complementar (earn-out) de R\$ 45.000, a ser liquidado em parcela única, corrigida pela variação do CDI a partir da data de fechamento, até a data do seu pagamento em 31 de maio de 2025. No período em que a Companhia adquiriu o controle, junho a dezembro de 2024, a Positivo S+ apresentou receita líquida de R\$ 257,7 milhões.

(c) Eventos ou operações não usuais

Durante os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2024, 2023 e 2022, não ocorreram quaisquer eventos ou operações não usuais com relação à Companhia e/ou suas atividades que tenha causado ou se espera que venha a causar efeito relevante nas demonstrações financeiras ou resultados da Companhia.

Apresentamos, a seguir, as seguintes medições não contábeis, contemplando sua conciliação com os valores constantes das demonstrações financeiras nos períodos em questão: “EBITDA”, “Margem EBITDA”, “Dívida Líquida” e “Endividamento”.

EBITDA E MARGEM EBITDA

O EBITDA é uma medição não contábil elaborada pela Companhia em consonância com a Instrução CVM 527, de 4 de outubro de 2012, conciliada com suas demonstrações financeiras, que consiste no lucro (prejuízo) do exercício ou do período, acrescido do resultado financeiro líquido, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, depreciação e amortização. O cálculo do EBITDA não corresponde a uma prática contábil adotada no Brasil, nem uma prática adotada pelas IFRSs, não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado substituto do lucro líquido, como indicador de nosso desempenho operacional ou substituto do fluxo de caixa como indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e a nossa definição de EBITDA pode não ser igual ou comparável à definição de EBITDA utilizada por outras companhias.

Em R\$ mil	Exercício social encerrado em		
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2022
Lucro Líquido	85.038	250.882	306.357
Depreciação e amortização	57.417	56.230	49.891
Imposto de renda e contribuição social	17.098	3.269	627
Resultado financeiro	207.374	254.426	318.111
EBITDA	366.927	564.807	674.986
Margem EBITDA*	9,95%	14,38%	13,52%

*Ebitda dividido pela receita líquida

DÍVIDA LÍQUIDA

A dívida líquida é uma medida não contábil, definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes de caixa e reduzida e/ou acrescida pelo ganho e/ou perda das operações com derivativos de swap (proteção de contratos de empréstimos).

A Dívida Líquida é um indicador financeiro utilizado para avaliar a solvência e capacidade da Companhia fazer frente às suas obrigações quando medida em conjunto com seu EBITDA (descrito no item acima). A Dívida Líquida não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

Em R\$ mil	Exercício social encerrado em		
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	1.282,8	1.385,7	1.531,9
(-) Caixa e equivalentes	(566,9)	(591,4)	(426,5)
Derivativos Swap	(50,6)	30,4	(0,2)
Dívida líquida	665,3	824,7	1.105,2

A dívida líquida demonstra a capacidade da Companhia em honrar seu endividamento frente a sua geração de caixa. Como a Companhia trabalha com caixa mais elevado, entendemos ser o melhor índice para avaliação da alavancagem e do acompanhamento da dívida.

ENDIVIDAMENTO

O endividamento é uma medida não contábil utilizada pela Companhia, que leva em consideração a dívida líquida da Companhia, dividida pelo seu patrimônio líquido. Abaixo apresentamos os índices de endividamento da Companhia:

Em R\$ mil	Exercício social encerrado em		
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2022
Dívida líquida	665,3	824,7	1.105,2
Patrimônio líquido consolidado	1.646,1	1.596,4	1.406,3
Índice de endividamento líquido	40,4%	51,7%	78,6%

A Companhia entende que se trata de um indicador importante para avaliação e acompanhamento do seu nível de alavancagem frente a sua geração de caixa, além de auxiliar no monitoramento do endividamento da Companhia, que trabalha com caixa mais elevado. O grau de endividamento não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias.

FIDC - Fundo de Investimento em Direitos Creditórios

Em 05 de março 2025 foi comunicado ao mercado, o início da oferta pública da primeira emissão de cotas do “Positivo Tec. Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - Recebíveis Comerciais de Responsabilidade Limitada.”, classe única, no montante de até R\$ 215.800, sendo 151.000 cotas Seniores, 54.000 cotas subordinadas Mezanino e 10.800 cotas subordinadas Júnior, com valor unitário de R\$ 1.000,00 (mil Reais) cada uma. As Cotas foram distribuídas pelo Coordenador Líder e foram destinadas exclusivamente a investidores profissionais, assim definidos nos termos do artigo 11 da Resolução da CVM nº 30, de 11 de maio de 2021, conforme alterada (“Investidores Profissionais” e “Resolução CVM nº 30”, respectivamente).

Aquisição de investimentos

Em 31 de maio de 2024, a Companhia concluiu, através de sua controlada direta, Positivo Smart Tecnologia Ltda., a aquisição da totalidade das ações da Positivo S+ Soluções em T.I. S.A. (anteriormente denominada Algar T.I. Consultoria S.A.), incluindo suas subsidiárias no exterior: Algar Tech S.A. de C.V. “Algar México”, Algar Tecnologia S.A.S. “Algar Colômbia” e Algar TI Consultoria S.A., Sucursal Argentina “Algar Argentina”, todas atuantes nas atividades de serviços gerenciais de tecnologia da informação, incluindo gestão de infraestrutura de T.I., gerenciamento de nuvem e segurança da informação. O preço de aquisição, sujeito aos ajustes de contrato, é de R\$ 235.000, sendo R\$ 190.000 pagos na data da aquisição e preço complementar (earn-out) de R\$ 45.000, a ser liquidado em parcela única, corrigida pela variação do CDI a partir da data de fechamento, até a data do seu pagamento em 31 de maio de 2025. O pagamento da parcela complementar (earn-out) estava condicionado ao atingimento pela adquirida, de receita líquida recorrente no exercício de 2024 de R\$ 345.550, considerando suas demonstrações financeiras consolidadas. Com base nos critérios estabelecidos, a adquirida apresentou receita líquida recorrente superior ao mínimo estabelecido, sendo, portanto, devida a parcela complementar.

Na operação foi gerado ágio preliminar fundamentado nos benefícios econômicos futuros oriundos das sinergias decorrentes da aquisição e mais valia referente aos ativos da adquirida nos valores de R\$ 80.493 e R\$ 55.300, respectivamente.

Período	Exercício Social Encerrado em 31.12.2024
a. regras sobre retenção de lucros	O Estatuto Social da Companhia prevê que 5% do lucro líquido seja, anualmente, destinado à formação de reserva legal, a qual não poderá ultrapassar 20% do capital social. Atendida a distribuição de dividendos do exercício, o saldo terá a destinação aprovada pela Assembleia Geral, depois de ouvido o Conselho de Administração, respeitadas as disposições legais e estatutárias aplicáveis.
a.i. Valores das retenções de lucros	R\$ 42.198 mil
a.ii Percentuais em relação aos lucros totais declarados	53%
b. regras sobre distribuição de dividendos	Do saldo do lucro líquido do exercício, obtido após a dedução relativa à constituição da reserva legal, destinar-se-ão 25% para o pagamento de dividendo mínimo obrigatório a todos os acionistas. A Companhia pode deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado em balanços semestrais ou intermediários. O Conselho de Administração pode declarar dividendos intermediários a débito da conta de reservas existentes naqueles balanços ou no último balanço anual. Adicionalmente, pode pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, <i>ad referendum</i>, da AGO que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados. Tanto os dividendos intercalares quanto os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.
c. periodicidade das distribuições de dividendos	Anual
d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais	Não aplicável
e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado	A Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, estando a regra sobre a destinação de resultados prevista no Capítulo IV do seu Estatuto Social.

(a) Os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**
- ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
- iii. contratos de construção não terminada**
- iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Não há ativos ou passivos relevantes detidos pela Companhia que não estejam demonstrados em seu balanço patrimonial, nos anos 2024, 2023 e 2022.

(b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não há outros itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

(a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável. Conforme mencionado no item 2.8, não há outros itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(b) Natureza e o propósito da operação

Não aplicável. Conforme mencionado no item 2.8, não há outros itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Não aplicável. Conforme mencionado no item 2.8, não há outros itens relevantes que não estejam evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia.

(a) Investimentos, incluindo:

(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Para usufruir dos benefícios concedidos pela Lei de Informática (Lei 8.248/1991 e suas alterações), a Companhia deve investir anualmente cerca de 4% do faturamento bruto de bens e serviços de informática incentivados, em atividades de pesquisa e desenvolvimento e tecnologia de informação, calculados de acordo com a referida lei. Os investimentos em P&D configuram oportunidade para a Companhia aprimorar seu posicionamento no processo competitivo, uma vez que esta direciona tais recursos para o desenvolvimento de novos produtos, funcionalidades, tecnologias, conteúdos digitais e serviços, contribuindo para sustentabilidade de seu negócio. Tais recursos foram aplicados nos últimos dois exercícios principalmente em projetos internos de transformação digital e eficiência operacional, nas áreas da indústria, de serviços e de sustentabilidade. Assim como, potencializando nossas soluções para o mercado consumidor, corporativo, instituições públicas, soluções de pagamento e tecnologia educacional, incorporando novas funcionalidades e recursos avançados de segurança cibernética e inteligência artificial. Adicionalmente, a Companhia possui Fundo de Participação em Empresas Emergentes (F.I.P.), na qual utiliza parte dos recursos no fomento do ecossistema de desenvolvimento e inovação tecnológica do país e aceleração de Startups, assim como participação em Fundos Multicotistas. Encerrou em 2024 com R\$ 15 milhões e R\$ 3,4 milhões, respectivamente, destinados ao programa. Cabe destacar que os projetos de Startups são de cunho estratégico e com resultados ainda marginais no resultado consolidado da Companhia.

(ii) fontes de financiamento dos investimentos

Para a realização dos investimentos mencionados, a Companhia pretende utilizar recursos próprios, buscar linhas de crédito junto a instituições financeiras, utilizar os recursos relativos à linha de crédito aberta junto ao BNDES para atividades inovadoras, bem como da Finep.

(iii) desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há desinvestimentos de capital relevantes em andamento ou previstos para os próximos anos.

(b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há expectativa de aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia, que já tenha sido divulgada.

(c) Novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços **iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos

Além dos investimentos indicados como atividades de pesquisa e desenvolvimento ao longo deste documento, não há novos produtos ou serviços em desenvolvimentos que já não tenham sido divulgados.

(d) oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

De forma a organizar nossos esforços e potencializar nosso impacto positivo, evoluímos em o processo de revisão e alinhamento de nossas iniciativas ESG à estratégia do negócio. O processo consistiu em: (i) diagnóstico da maturidade atual da Companhia na agenda ESG, (ii) identificação de stakeholders, (iii) definição da matriz de materialidade e, principalmente, (iv) aprovação junto ao conselho de administração dos pilares que nortearam nossas iniciativas de ESG.

Foram aprovados cinco pilares ESG estratégicos da Positivo Tecnologia:

- Cultura e Pessoas
- Governança Sustentável
- Educação para Empoderamento e Inclusão Digital
- Jornada da Economia Circular
- Eficiência Energética e Redução de Emissões da Empresa e como oferta aos clientes

No ano de 2024, avançamos em nossa jornada, estabelecendo compromissos e metas específicas para cada um dos pilares de ESG e desenvolvendo indicadores de desempenho que permitirão uma análise criteriosa de nosso progresso, nos próximos anos. Esses compromissos e metas assim como os indicadores estão alinhados com nossa matriz de materialidade e estratégia de diversificação da companhia, garantindo suporte para nossos negócios e sendo base de sustentação de uma gestão eficaz, transparente, sustentável e humana da companhia.

 Cultura e Pessoas 	 Governança Sustentável 	 Educação para Empoderamento e Inclusão Digital 	 Jornada da Economia Circular 	 Eficiência Energética e Redução de Emissões da Empresa e como oferta aos clientes 
• Compromisso de implementar políticas e programas que acelerem uma cultura de segurança e de diversidade e inclusão, e possibilitem maior diversidade em nossa liderança. • Compromisso de oferecer e manter acesso a 100% dos nossos funcionários, à programas de suporte ao bem estar físico e emocional, até 2027.	• Compromisso de aprimorar as estruturas e processos organizacionais para identificação e gerenciamento de impactos, riscos e oportunidades sociais, ambientais e de governança, incluindo a realização de diagnósticos e avaliações independentes e acompanhamento do desempenho nessas áreas pelo CA. • Compromisso de atingir e manter uma taxa de conclusão de treinamento superior a 98% até 2027, na formação anual de Integridade e Segurança da Informação para os funcionários ativos e o CA. • Compromisso de incentivar e dar suporte aos nossos principais fornecedores para que estabeleçam e divulguem suas metas ESG até 2027.	• Compromisso de usar a tecnologia para Impulsionar vidas, organizações e o mundo. • Compromisso de até 2027, aumentar a média de horas treinamento de funcionários em 20% e até 2030 em 50% (Baseline 2023). • Compromisso de desenvolver parcerias que estimulem e forneçam capacitação digital às comunidades nas cidades/estados onde possuímos unidades fabris até 2027. • Compromisso de nossos 3 sites de operações no Brasil de desenvolver parcerias com instituições do terceiro setor e ICTS para fomentar ações de voluntariado e contribuição para redução da desigualdade de até 2027.	• Compromisso em atingir a certificação ZERO WASTE em 60% de nossas operações fabris até 2030. • Compromisso de fomentar a expansão nossa oferta de soluções de extensão da vida útil de produtos para nossos clientes, até 2030.	• Compromisso de atingir 100% de uso de energias de fontes renováveis em nossas operações fabris até 2027. • Compromisso de neutralizar nossas emissões anuais Escopo 1 e 2 até 2030. • Compromisso de oferecer Neutralidade de Emissões de Gases do Efeito Estufa (GEEs) referentes aos nossos serviços para todos os segmentos de Clientes (PF e PJ) até 2030.

Complementarmente, a Companhia destaca algumas ações de sustentabilidade e exemplos de inovações no modelo de negócios já alinhados com as melhores práticas ASG. Hoje mais de 80% da energia usada em nossas operações fabris no Brasil são adquiridas de fontes renováveis certificadas (iREC), assim como a companhia foi uma das primeiras a oferecer produtos de TI na modalidade de Hardware as a Service (HaaS) e Refurbished Hardware as a Service (RHaaS), que estendem o ciclo de vida dos equipamentos e torna os dispositivos mais acessíveis. Outra iniciativa pioneira foi o programa Zero Carbon, que oferece a possibilidade de compensação das emissões pelo uso dos dispositivos a nossos clientes corporativos e os auxilia em suas próprias jornadas ESG.

Destacamos também que no ano de 2024, completamos o nosso primeiro inventário de emissões de Gases de Efeito Estufa, abrangendo os escopos 1, 2 e 3, padrão Ouro no Programa Brasileiro GHG Protocol e alcançamos uma importante conquista ao recebermos a classificação de sustentabilidade EcoVadis Ouro, nos posicionando entre as 5% empresas mais sustentáveis globalmente e reconhecendo nossos esforços contínuos em promover práticas empresariais socialmente responsáveis, éticas e sustentáveis.

Além disso, nos tornamos signatários Pacto Global da ONU, demonstrando apoio aos seus 10 princípios universais nas áreas de direitos humanos, Trabalho, Meio ambiente e Anticorrupção.

Mais informações podem ser consultadas em nosso relatório de sustentabilidade <https://ri.positivotecnologia.com.br/a-companhia/relatorio-de-sustentabilidade/>

O Conselho de Administração da Companhia aprovou no dia 30 de dezembro de 2025 a distribuição de dividendos à conta de parte da reserva de lucros existente na última demonstração financeira aprovada, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2024, no montante total de R\$ 25.000.000,00 correspondente a R\$ 0,17958384275 por ação ordinária, considerados o número total de ações de emissão da Companhia, excluídas as ações mantidas em tesouraria na data da deliberação.

Referida distribuição foi imputada ao dividendo obrigatório relativo ao exercício social de 2025, nos termos da legislação societária aplicável e do estatuto social da Companhia.

(i) Objeto da projeção e período projetado

Com o atingimento da projeção (“guidance”) de receita em 2025, com receita bruta de R\$ 4,0 bilhões combinada com nossas expectativas de desenvolvimento dos negócios em 2025, instituímos **nova projeção de Receita Bruta para o ano de 2026, entre R\$ 4,0 bilhões e R\$ 4,2 bilhões.**

A definição do guidance reflete uma postura prudente diante do atual ambiente da indústria global de tecnologia, caracterizado por restrições na oferta de memórias (DRAM e NAND), que vêm elevando os preços de componentes essenciais, como memórias e SSDs. Esse movimento, observado em toda a indústria, é impulsionado pela forte demanda associada a data centers e aplicações de inteligência artificial.

(ii) Premissas da projeção:

- Pressão de custos em PCs, especialmente no atendimento a contratos previamente firmados com instituições públicas;
- Maior dificuldade de repasse de custos para clientes corporativos, em PCs e servidores, e para consumidores, em PCs e outros dispositivos;
- Crescimento dos negócios relacionados à infraestrutura de TI, incluindo servidores, Hardware as a Service (HaaS) e serviços gerenciados de TI, reforçando o posicionamento da Companhia como provedora de soluções fim a fim;
- Expansão da unidade de Soluções de Pagamento, avenida estratégica complementar ao core de infraestrutura de TI, consolidando sua atuação como fornecedora de tecnologia para o ecossistema de aquisição.

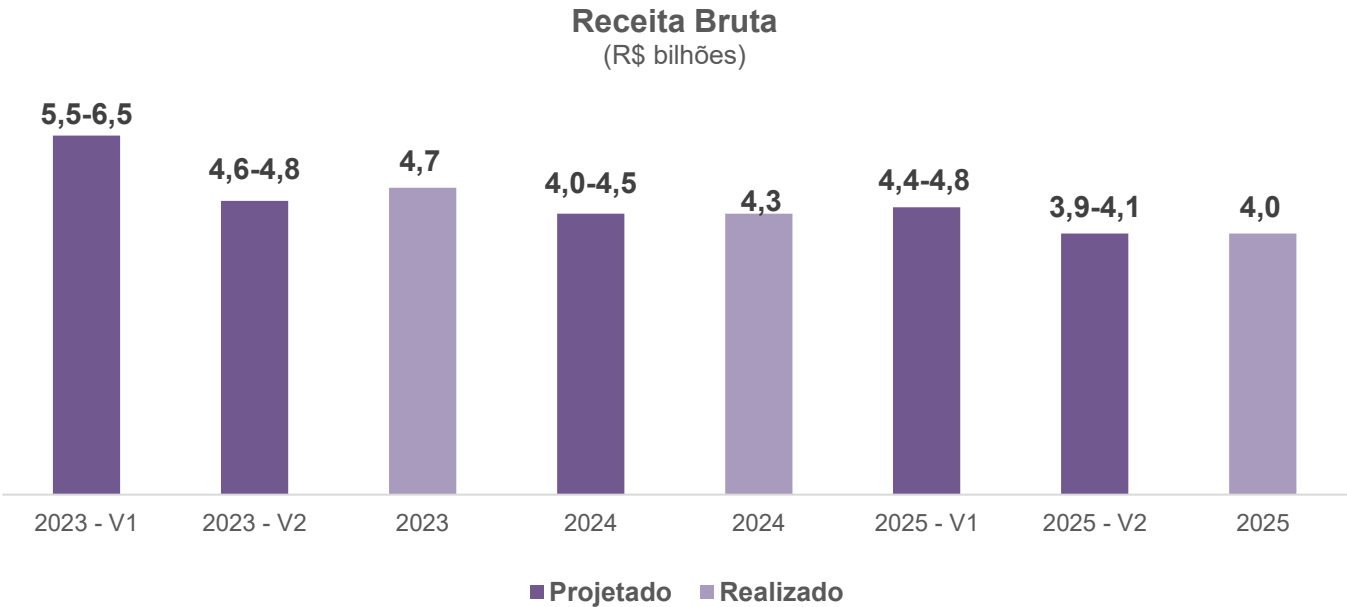
(iii) Valores dos indicadores que são objeto da previsão.

A Receita Bruta reportada pela Positivo Tecnologia ao final dos exercícios sociais de 2023, 2024 e 2025 foram, respectivamente, R\$ 4.728.812 mil, R\$ 4.288.156 mil e R\$ 3.953.418 mil.

No início de 2023, a Companhia projetou que a Receita Bruta de 2023 ficaria entre R\$ 5,5 bilhões e R\$ 6,5 bilhões, no segundo semestre do ano, a projeção foi recalculada para **R\$ 4,6 bilhões a R\$ 4,8 bilhões** conforme Fato Relevante publicado em 13 de novembro de 2023 e disponível no site de Relações com Investidores. Nas Demonstrações Financeiras de 2023 entregues em 20 de março de 2024, a Companhia reportou Receita Bruta de R\$ 4,7 bilhões, dentro do projetado para o período.

Em 2024, a projeção de Receita Bruta para o ano foi entre **R\$ 4,0 bilhões e R\$ 4,5 bilhões**. Nas Demonstrações Financeiras de 2024 entregues em 19 de março de 2025, **a Companhia reportou Receita Bruta de R\$ 4,3 bilhões, dentro do projetado para o período.**

No início de 2025, a Companhia projetou que a Receita Bruta de 2025 ficaria entre R\$ 4,4 bilhões e R\$ 4,8 bilhões, no segundo semestre do ano, a projeção foi recalculada para **R\$ 3,9 bilhões a R\$ 4,1 bilhões** conforme Fato Relevante publicado em 12 de novembro de 2025 e disponível no site de Relações com Investidores. Nas Demonstrações Financeiras de 2025 entregues em 19 de março de 2025, a Companhia reportou Receita Bruta de R\$ 4,0 bilhões, dentro do projetado para o período.



O investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia envolve a exposição a determinados riscos. Antes de tomar qualquer decisão de investimento em qualquer valor mobiliário de emissão da Companhia, os potenciais investidores devem analisar cuidadosamente todas as informações contidas neste Formulário de Referência, os riscos mencionados abaixo e as demonstrações financeiras da Companhia e respectivas notas explicativas. Os negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia poderão ser afetados de maneira adversa por quaisquer dos fatores de risco descritos a seguir. O preço de mercado dos valores mobiliários de emissão da Companhia poderá diminuir em razão de qualquer desses e/ou de outros fatores de risco, hipóteses em que os potenciais investidores poderão perder substancial ou totalmente o seu investimento nos valores mobiliários de emissão da Companhia. Os riscos descritos abaixo são aqueles que a Companhia conhece e acredita que, na data deste Formulário de Referência, podem afetar a Companhia e suas subsidiárias adversamente. Além disso, riscos adicionais não conhecidos ou considerados irrelevantes pela Companhia na data deste Formulário de Referência também poderão afetar a Companhia adversamente.

Para os fins desta seção “4. Fatores de Risco”, exceto se expressamente indicado de maneira diversa ou se o contexto assim o exigir, a menção ao fato de que um risco, incerteza ou problema poderá causar ou ter ou causará ou terá “efeito adverso” ou “efeito negativo” para a Companhia, ou expressões similares, significa que tal risco, incerteza ou problema poderá ou poderia causar efeito adverso relevante na participação no mercado, na reputação, nos negócios, situação financeira, resultados operacionais, fluxo de caixa, liquidez e/ou negócios futuros da Companhia e das suas controladas, bem como no preço dos valores mobiliários de emissão da Companhia. Expressões similares incluídas nesta seção “4. Fatores de Risco” devem ser compreendidas nesse contexto.

Não obstante a subdivisão desta seção “4. Fatores de Risco”, determinados fatores de risco que estejam em um item podem também se aplicar a outros itens.

A Companhia pode não conseguir implementar integralmente suas estratégias de negócios.

A Companhia pode não ser capaz de implementar satisfatoriamente sua estratégia de potencializar a força de suas marcas, expandir seu volume de vendas e elevar seu desempenho operacional, tendo como consequência a diminuição de sua taxa de crescimento e de seus resultados operacionais, o que poderá ter um efeito adverso para a Companhia.

Não é possível assegurar que a capacidade de gerenciamento de crescimento da Companhia será bem sucedida. Adicionalmente, o desempenho da Companhia poderá ser impactado por um eventual comportamento adverso de variáveis macroeconômicas, como por pandemias ou surtos de doenças transmissíveis, pela taxa de desemprego, pela cotação do Dólar, pela oferta de crédito e pela renda do consumidor.

Caso a Companhia seja incapaz de introduzir produtos inovadores e tecnologicamente avançados em uma indústria caracterizada pela rápida obsolescência dos produtos, seu crescimento e seus esforços de manter sua lucratividade poderão ser afetados adversamente.

O modelo de negócios da Companhia depende de sua capacidade de agilmente introduzir produtos com tecnologia e design adequados aos anseios de seus consumidores. Para que seja bem sucedida nisso, a Companhia depende de diversos fatores, tais como o desenvolvimento de novos produtos, um controle de qualidade eficaz, a rapidez de seus esforços para o lançamento de produtos, o acesso a fornecedores estratégicos de tecnologia, uma correta estimativa da demanda, o treinamento de seu pessoal de vendas e a aceitação, pelos consumidores, de novas tecnologias e designs.

A indústria de computadores, tablets e telefones celulares caracteriza-se por um curto ciclo de vida dos equipamentos resultante de rápidas mudanças em tecnologia e na preferência de consumidores, assim como na contínua evolução tecnológica dos produtos, que contribui para mitigar a trajetória de redução de preços. A Companhia poderá não ter acesso a novas tecnologias, ou ser bem sucedida na incorporação dessa nova tecnologia a seus produtos.

Ademais, os padrões de protocolos de rede e internet, bem como os demais padrões adotados pelo setor de atuação da Companhia, estão sujeitos a rápida mudança e evolução, não podendo a Companhia garantir que os padrões adotados para desenvolver novos produtos serão ou permanecerão eficientes e/ou competitivos no mercado de atuação da Companhia.

Caso a Companhia seja incapaz de adequar seu portfólio de produtos em consonância com esse processo, bem como estimar corretamente a demanda por novos produtos e dispositivos ou a adequação dos mesmos ao desejo e necessidades dos consumidores, esta poderá enfrentar a redução de seu faturamento e problemas de gerenciamento de estoque, levando ao aumento do risco de falta ou obsolescência de produtos, ou eventual excesso de estoque, o que pode afetar negativamente a situação financeira e os resultados operacionais da Companhia.

Adicionalmente, podemos estar sujeitos à interrupções das nossas relações com distribuidores e revendedores, o que pode afetar a capilaridade de distribuição de nossos produtos, e por consequência, afetar negativamente nossa situação financeira e nossos resultados.

A Companhia pode não conseguir identificar falhas no processo produtivo, podendo prejudicar a qualidade de seus produtos e, consequentemente, acarretar em aumento das despesas com assistência técnica.

Falhas na gestão de qualidade da Companhia, no processo de montagem e/ou nos componentes utilizados podem gerar a elevação do índice de falhas dentro do prazo de garantia e gerar um aumento das despesas com assistência técnica. A existência de defeitos, erros e eventuais atrasos ou impossibilidade de corrigi-los podem resultar em consequências negativas, incluindo: (i) cancelamento de pedidos; (ii) despesas adicionais de garantia;

(iii) atrasos na coleta de recebíveis;

(iv) cancelamento de contratos; (v) perda de aceitação dos produtos da Companhia no mercado; (vi) possíveis ações indenizatórias; (vii) e problemas de reputação no mercado. A ocorrência de tais defeitos ou atrasos e a impossibilidade de corrigi-los podem afetar adversamente a nossa reputação, os resultados e a condição financeira da Companhia. Além disso, podem trazer como consequência um desabastecimento de peças para suprir os chamados de garantia, acarretando em atrasos no atendimento ao cliente, elevação dos custos com assistência técnica e consequentemente um elevado índice de reclamações em entidades judiciais, como por exemplo o Procon, o que poderia inclusive afetar negativamente a imagem da Companhia e os seus resultados.

A Companhia também atua na comercialização de softwares e, de maneira semelhante, tais produtos estão sujeitos a falhas relacionadas à concepção do projeto ou mesmo falhas sistêmicas, incluindo nas respectivas atualizações do software. Tais falhas poderão gerar responsabilização da Companhia, como também afetar negativamente os resultados financeiros e a imagem da mesma.

Os seguros de que a Companhia é beneficiária podem não prover a cobertura completa dos riscos a que está sujeita, ou podem não estar disponíveis a um custo razoável.

A ocorrência de perdas ou demais responsabilidades que não estejam cobertas por seguro, ou que excedam os limites dos seguros dos quais a Companhia é beneficiária, poderão acarretar significativos custos adicionais não previstos, o que poderá ter um efeito adverso para a Companhia. A Companhia mantém seguros para cobertura de danos materiais, estoques, lucros cessantes, crédito, processos judiciais e administrativos e responsabilidade civil dos administradores, diretores e prestação de serviço. A Companhia não pode garantir que a cobertura das apólices estará sempre disponível, ou se será suficiente para cobrir eventuais danos decorrentes dos sinistros. Além disso, existem determinados tipos de riscos que podem não estar cobertos pelas apólices contratadas pela Companhia.

Adicionalmente, a Companhia não tem como garantir que, quando do vencimento de suas atuais apólices de seguro, conseguirá renová-las em termos suficientes e favoráveis, o que poderá expor a Companhia a danos significativos, impactando sua capacidade financeira e operacional.

O desligamento e dificuldade em atrair e/ou garantir a retenção de pessoas estratégicas para a Companhia, pode afetar adversamente os seus negócios.

O sucesso e crescimento futuro da Companhia depende de sua habilidade em identificar, atrair e reter em seus quadros de funcionários e administradores, pessoas qualificadas para ocupar posições estratégicas em sua estrutura e orientar diversos aspectos da condução de seus negócios, de forma a assegurar que as rotinas e manutenção dos negócios ocorra sem impactos relevantes. O mercado em que a Companhia atua é competitivo e eventual inabilidade da Companhia reter funcionários e administradores em posições estratégicas, atrair novos talentos, manter a prestação de serviços de pessoas estratégicas ou, ainda, o eventual falecimento de qualquer dos administradores poderá ter um efeito adverso para a Companhia.

Além disso, a contratação, capacitação e integração de um novo membro da alta administração, seja uma contratação interna ou externa, podem ter um curso de aprendizado e adaptação mais demorado que o usual ou, ainda, podem não ter o êxito pretendido quando da contratação. A perda de qualquer membro da alta administração da Companhia, inclusive em decorrência de processos criminais, e/ou eventuais dificuldades enfrentadas na sua substituição por profissionais com experiência e qualificação semelhantes, poderá afetar significativamente o nosso amadurecimento e desenvolvimento, o que pode acarretar um efeito material adverso nas rotinas de nossas atividades, com eventuais reflexos na situação financeira e/ou resultados operacionais.

Paralisação da nossa força de trabalho ou greve pode afetar as nossas operações.

Como usualmente praticado por todas as Companhias, os nossos funcionários são representados por sindicatos trabalhistas, estando protegidos por acordos ou convenções coletivas, que estão sujeitos à renegociação periódica dentro dos prazos estabelecidos por lei ou pelo próprio acordo ou convenção, sendo que eventualmente as negociações podem sofrer atrasos em virtude da complexidade negocial envolvida. Greves e/ou outras formas de paralisações ou interrupções de trabalho em qualquer uma das nossas instalações, ou que afetem qualquer um dos nossos fornecedores ou contratados, podem ter um efeito adverso sobre nossas operações e nossos negócios.

Decisões desfavoráveis à Companhia, em processos judiciais ou administrativos, podem afetar adversamente seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

A Companhia, seus administradores e/ou seus acionistas controladores são e/ou poderão vir a ser réus em processos administrativos, judiciais, arbitrais ou inquéritos envolvendo questões cíveis, tributárias, trabalhistas, ambientais e criminais, além de processos administrativos sancionadores/punitivos no âmbito de órgãos reguladores.

O resultado desfavorável de processos judiciais e administrativos, sem que haja possibilidade de recurso ou reversão através de outras medidas, em que a Companhia e/ou seus acionistas controladores são parte pode afetar negativamente seus negócios, sua condição financeira e/ou seus resultados operacionais, gerando, assim, um impacto adverso decorrente de decisões contrárias aos seus interesses em ações que eventualmente alcancem valores substanciais ou que impeçam a realização de seus negócios conforme planejado. Ainda, há possibilidade de casos como os descritos afetarem os resultados da Companhia, em virtude da obrigação de manutenção dos valores envolvidos em provisionamento, parcial ou total, suficiente para todos os passivos eventualmente decorrentes destes processos. Decisões que afetem sua reputação ou contrárias aos interesses da Companhia e que impeçam a realização de seus negócios como inicialmente planejado ou que eventualmente alcancem valores substanciais e não tenham provisionamento adequado podem afetar adversamente a Companhia em aspectos econômicos, operacionais e/ou reputacionais e, conseqüentemente, no valor de mercado de suas ações. Para informações sobre os processos judiciais ou administrativos relevantes da Companhia, veja os itens 4.3 a 4.7 deste Formulário de Referência.

O acompanhamento tempestivo da integração dos distintos canais por meio dos quais a Companhia atua no Varejo e sua adequada utilização são essenciais para os seus negócios.

As vendas de produtos da Companhia no mercado de Varejo são realizadas por diversos meios. No meio físico, a Companhia utiliza-se de uma ampla rede de varejistas, presente em todo o território brasileiro. No meio virtual, a Companhia atua via canais de marketplace, tendo ainda seu próprio canal on-line, sendo parte de sua estratégia de longo prazo a expansão e integração entre esses canais. Nesse sentido, a expansão dos canais digitais de vendas por meio do e-commerce e do marketplace pode aumentar a dependência por evoluções no sistema de rede nacional (internet), podendo impactar adversamente o ritmo de crescimento de vendas e resultado financeiro da Companhia.

A Companhia não pode garantir que a estratégia de expansão de seus canais de venda será bem-sucedida. A falta de agilidade ou incapacidade em aumentar a integração da plataforma digital com as lojas físicas de seus clientes-varejistas poderá afetar adversa e negativamente os seus negócios, atividades, situação financeira e resultado operacional.

Adicionalmente, em relação às atividades de e-commerce, pressões competitivas de seus competidores podem vir a afetar a efetividade da utilização de tal canal, principalmente no que tange à eventual utilização de mídias sociais de forma mais eficiente pelos competidores.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados à administração de seu estoque.

A Companhia está sujeita a diversos riscos relacionados à rede de reposição e à otimização de estoques, por exemplo, o resultado da sazonalidade, mudanças rápidas de ciclos e preços de produtos, mercadorias defeituosas, mudanças na demanda do consumidor e nos padrões de gastos do consumidor e outros fatores. A demanda por seus produtos pode mudar significativamente entre o momento em que compra os produtos de seus fornecedores e o momento da venda para os clientes-varejistas, marketplaces e consumidores finais, o que pode diminuir a sua capacidade de vender os produtos mantidos em estoque.

Além disso, não é possível garantir que a Companhia selecionará corretamente os novos produtos a serem fabricados e/ou importados, ou que a sua estimativa inicial da demanda por tal produto será mantida ou correta. A aquisição de certos produtos pode exigir prazo de entrega longo, bem como realização de pré-pagamento significativo, além da possibilidade de não poder retornar ou trocar tais produtos para os seus fornecedores. Qualquer um dos fatores acima pode afetar adversamente os seus resultados operacionais.

Por fim, algumas categorias de produtos que comercializamos são adquiridas de fornecedores estrangeiros. Por conta disso, caso algum desses fornecedores não seja capaz de fornecer os produtos na quantidade e na frequência solicitada por nós (em virtude de quaisquer razões, incluindo eventuais problemas financeiros dos fornecedores, aumento da demanda mundial ou em decorrência de impactos causados por crises mundiais, como foi o caso do COVID-19) e não possuímos estoques suficientes destes produtos, podemos não ser capazes de manter o nível de vendas na categoria afetada, o que pode impactar adversamente as nossas atividades e os nossos resultados.

A entrega de produtos aos clientes, marketplaces e consumidores da Companhia depende dos sistemas de transporte e de infraestrutura da Companhia.

As vendas que a Companhia realiza por meio do e-commerce são encaminhadas para os consumidores por meio dos Correios e demais operações da Companhia, as quais dependem do funcionamento contínuo de infraestrutura logística, o que inclui portos, rodovias e demais meios de transporte utilizados pela Companhia ou por seus prestadores de serviços, fornecedores, clientes-varejistas e marketplaces.

Desse modo, qualquer evento adverso (greve, incêndio, problemas logísticos, enchente, roubos, dentre outros), qualquer interrupção ou redução significativa nos serviços prestados pelos Correios em infraestruturas de transporte, no funcionamento das infraestruturas de transporte ou, ainda qualquer incapacidade de transportar produtos entre essas instalações e/ou para os fornecedores ou clientes, por qualquer razão, pode atrasar ou impedir a distribuição de produtos pela Companhia, prejudicando a demanda ou os preços de produtos e impedindo ou atrasando sua entrega ou, ainda, impondo custos adicionais aos produtos, o que pode reduzir as vendas e afetar adversa e negativamente o negócio, o resultado operacional e a condição financeira da Companhia.

A construção de plantas industriais e a expansão das plantas existentes apresentam riscos que podem impactar negativamente o resultado da Companhia.

A construção, expansão ou otimização das atuais plantas industriais da Companhia localizadas em Curitiba, Manaus e Ilhéus, ou a construção de novas plantas industriais estão sujeitas aos riscos de não obtenção de autorizações ambientais, alvarás e/ou licenças necessários para sua operação, falta de fornecedores aptos a fornecer equipamentos ou matéria-prima, elevação de custos ou redução de receitas, falta de mão-de-obra capacitada, falta de fonte de financiamento em condições satisfatórias ou de qualquer forma, indisponibilidade de imóveis apropriados nas proximidades da área desejada, entre outros.

Além disso, a expansão, otimização e construção de plantas industriais podem não ser concluídas no prazo planejado ou ser concluídas em desacordo com os respectivos projetos. Descumprimentos contratuais por parte de fornecedores de equipamentos ou serviços podem causar prejuízos financeiros, prejuízos ao projeto e descumprimento de obrigações assumidas perante terceiros, e as obrigações de indenização ou garantias prestadas por tais fornecedores podem ser insuficientes para compensar os prejuízos a que a Companhia poderia estar sujeita.

Quaisquer falhas ou descumprimentos na implementação dos projetos de crescimento e/ou expansão das plantas existentes poderão causar impacto negativo na situação financeira e negócios da Companhia.

A locação de imóveis onde se situam as unidades industriais da Companhia a expõe a riscos de continuidade de suas operações em determinadas localidades.

A Companhia loca os imóveis em que estão instaladas as unidades industriais de Manaus, Ilhéus e Curitiba, assim como os estabelecimentos comerciais (loja) e de assistência técnica de Curitiba e São Paulo e os escritórios de São Paulo e Minas Gerais. A Companhia pode ser obrigada a desocupar antecipadamente os imóveis ocupados a título de locação ou, ainda, não conseguir renovar esses contratos de locação em termos aceitáveis ou pode não conseguir renová-los em quaisquer termos. Se a Companhia não conseguir negociar novos contratos de locação para as suas unidades industriais poderá estar sujeita a aumentos nos valores dos aluguéis, atraso na entrega de produtos, redução de receita de vendas, custos de desmobilização, entre outros. Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, a Companhia poderá ter seus negócios e resultados financeiros e operacionais adversamente afetados.

Interrupções significativas ou violações ou falhas na segurança das plataformas virtuais da Companhia ou em seus sistemas de tecnologia da informação podem afetar adversamente seus negócios.

As plataformas virtuais e sistemas de tecnologia da informação da Companhia são suscetíveis a danos causados por interrupções ou desligamentos devido a quedas de energia, falhas de hardware, falhas estruturais ou operacionais, falhas de telecomunicações, vírus de computador, ataques de hackers, ataques massivos e distribuídos, falhas na detecção e/ou contenção de códigos maliciosos, problemas diversos de segurança de dados, falha humana ou robótica, fraudes, catástrofes, atualizações indevidas ou inesperadas de sistemas ou softwares, problemas na integração ou migração, ou outros eventos imprevistos.

Violações ou interrupções das plataformas virtuais ou sistemas de tecnologia da informação da Companhia, violações de informações confidenciais, corrupção de dados ou outros problemas de segurança de dados podem afetar negativamente as marcas da Companhia, sua reputação, relacionamento com clientes ou parceiros de negócios ou a percepção dos consumidores ou investidores em relação à Companhia, bem como de seus negócios e produtos. Adicionalmente, eventuais casos de incidentes poderão causar riscos de imagem caso haja impossibilidade de coleta de evidências requeridas pelos órgãos regulatórios.

No decorrer do exercício das atividades, o surgimento de alguns riscos poderá ser potencializado devido a utilização de novas tecnologias, transformação digital, inteligência artificial, tecnologia robótica, criação de novos produtos, mudanças no panorama de cyber ataques ou novas vulnerabilidades.

Como as ameaças cibernéticas continuam se desenvolvendo e evoluindo diariamente, A Companhia poderá ter de incrementar os recursos utilizados para reforçar suas medidas protetivas contra vulnerabilidades cibernéticas. A ocorrência de qualquer dos eventos descritos acima pode resultar em: (i) danos aos seus clientes; (ii) interrupção de seus negócios e atraso na entrega de produtos; (iii) perda, apropriação indevida, corrupção ou acesso não autorizado aos dados confidenciais da Companhia e de seus clientes; (iv) conflitos e possível responsabilização nos termos das leis brasileiras de privacidade, segurança e defesa do consumidor e outras leis aplicáveis e (v) dano reputacional; sendo que qualquer dos riscos mencionados poderá gerar um efeito material adverso na sua condição financeira e nos seus resultados operacionais.

A proteção de informações de clientes, colaboradores, fornecedores e parceiros de negócios podem ser afetadas por falhas nas proteções de segurança da informação e privacidade da Companhia, o que poderá prejudicar a reputação e a marca, além de afetar de forma relevante os seus negócios e resultados das suas operações. Além disso, a Companhia está sujeita aos riscos associados ao não cumprimento das leis de Proteção de Dados (nacionais e internacionais), podendo ser afetada adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

O ambiente regulatório relacionado às questões de privacidade e proteção de dados é cada vez mais robusto e complexo, podendo ter impactos nos negócios da Companhia, incluindo o aumento de riscos, custos e das obrigações de conformidade. Em 2018 foi sancionada a Lei nº 13.709/2018 (Lei geral de Proteção de Dados - a "LGPD"), conforme alterada pela Lei nº 13.853/2019, regulando as práticas relacionadas ao tratamento de Dados Pessoais e alterando determinados artigos do marco civil da internet, bem como autorizando a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados ("ANPD"), autoridade responsável por elaborar diretrizes acerca das disposições da LGPD e aplicar suas sanções administrativas, em caso de descumprimento da LGPD. A LGPD entrou em vigor em 18 de setembro de 2020, exceto quanto as suas sanções administrativas (arts. 52, 53 e 54), que somente passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de agosto de 2021, em virtude da promulgação da Lei nº 14.010/2020.

Com este cenário, foi criado um microssistema de regras que impacta todos os setores da economia, tendo a LGPD estabelecido um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de Dados Pessoais, aplicáveis a qualquer tipo de relação em ambientes físicos ou digitais, inclusive com previsão expressa sobre os direitos dos titulares de Dados Pessoais, hipóteses em que o tratamento de Dados Pessoais é permitido (bases legais), obrigações e requisitos relativos aos incidentes de segurança da informação, vazamento de Dados Pessoais e a transferência de Dados Pessoais, além de prever sanções para o descumprimento de suas disposições.

A Companhia realiza a coleta, processamento, armazenamento e gerenciamento de Dados Pessoais de colaboradores, fornecedores e outros terceiros no curso normal dos negócios. Tais Dados Pessoais estão sujeitos a incidentes de segurança e privacidade, em eventuais falhas no processamento automatizado, em especial invasão, violação, bloqueio, sequestro ou vazamentos. Qualquer falha na proteção de dados de clientes, colaboradores, fornecedores e outros terceiros poderá prejudicar a reputação da Companhia e sua marca e, ainda, afetar de forma relevante o seu negócio e os resultados das suas operações.

Adicionalmente, os produtos IoT ("internet of things") da Companhia, que têm como objetivo interligar e facilitar a rotina humana, podem afetar a privacidade dos consumidores em caso de vícios, violações, falhas, fraudes, ataques de hackers, vírus, entre outros, que podem acarretar exposição de Dados Pessoais como, mas não limitado a imagens, áudio, geolocalização, além de afetar a rotina e o conforto do próprio consumidor.

O descumprimento de quaisquer disposições previstas na LGPD tem como riscos: (i) a propositura de ações judiciais, individuais ou coletivas pleiteando reparações de danos decorrentes de violações, baseadas não somente na LGPD, mas, na legislação esparsa e setorial sobre proteção de dados ainda vigente; e (ii) a aplicação das penalidades administrativas por parte das autoridades competentes.

Neste contexto, a Companhia e/ou suas subsidiárias, enquanto agentes de tratamento de dados, em razão das infrações cometidas às normas previstas na LGPD, ficam sujeitas às seguintes sanções administrativas aplicáveis, de forma isolada ou cumulativa pela autoridade nacional: (i) advertência, com indicação de prazo para adoção de medidas corretivas; (ii) multa simples, de até 2% (dois por cento) do faturamento da pessoa jurídica de direito privado, grupo ou conglomerado no Brasil no seu último exercício, excluídos os tributos, limitada, no total, a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) por infração; (iii) multa diária, observado o limite total a que se refere o item anterior; (iv) obrigação de dar publicidade acerca do incidente, após devidamente apurada e confirmada a sua ocorrência; (v) bloqueio dos dados pessoais a que se refere a infração até a sua regularização; (vi) eliminação dos dados pessoais a que se refere o incidente; (vii) suspensão parcial do funcionamento do banco de dados a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período, até a regularização da atividade de tratamento pelo controlador; (viii) suspensão do exercício da atividade de tratamento dos dados pessoais a que se refere a infração pelo período máximo de 6 (seis) meses, prorrogável por igual período; e (ix)

- proibição parcial ou total do exercício de atividades relacionadas a tratamento de dados.. As sanções de suspensão e proibição do exercício da atividade de tratamento de Dados Pessoais apenas poderão ser aplicadas se uma das demais sanções, com exceção da advertência, já tiver sido imposta anteriormente para o mesmo caso concreto.

Adicionalmente, com a vigência da LGPD, a Companhia precisa estar atenta a eventuais práticas irregulares de seus fornecedores e parceiros que eventualmente tenham acesso a informações protegidas pela LGPD, pois no caso de violação de segurança ou divergência de finalidade no tratamento de dados, podemos ser solidariamente responsáveis pelos atos de nossos fornecedores. A mesma responsabilização solidária pode ser aplicada em eventos que ultrapassem a privacidade de dados propriamente dita, tais como cyberataques, ransomwares etc.

Desta forma, a ausência de medidas de segurança de informação suficientes para proteção dos dados pessoais e dados pessoais sensíveis tratados pela Companhia, bem como eventual inadequação de suas práticas e modelo de negócios à LGPD e à legislação aplicável, podem resultar em custos e afetar adversamente os seus resultados e, consequentemente, afetar negativamente a reputação e os resultados da Companhia, razão pela qual, visando mitigar risco, a Companhia passou a investir no aumento nos recursos de segurança tecnológica e organizacional, com medidas contra ameaças ou ataques cibernéticos, falhas na proteção dos Dados Pessoais tratados pela Companhia, bem como a inadequação à legislação aplicável.

A Companhia pode não ser capaz de realizar associações e/ou aquisições que considere estratégicas ou atrativas no momento e em termos ou preços desejados, o que pode afetar os resultados e a reputação de sua marca. Adicionalmente, as associações e/ou aquisições que realizar podem não trazer os resultados esperados.

A Companhia não pode garantir que as aquisições ou investimentos que vier a realizar produzirão os resultados esperados ou que não afetarão negativamente os resultados da Companhia, bem como a reputação da sua marca. Adicionalmente, a Companhia pode não ser capaz de identificar novas oportunidades que sejam atrativas. Ademais, a geração de caixa oriunda de suas atividades operacionais pode não ser suficiente para suportar os seus planos de expansão, sendo necessário que incorra em dívidas adicionais ou emita ações adicionais para financiar o seu crescimento. Caso a Companhia não seja capaz de obter financiamentos, ou de obtê-los em condições aceitáveis, existe risco de que os seus planos de negócios e de crescimento tenham que ser revisados, afetando adversamente os seus resultados operacionais e condição financeira, bem como o valor de mercado das ações de sua emissão. Além disso, poderá ocorrer dificuldade na integração entre as empresas adquiridas e a Companhia, bem como desvio do capital e da atenção da administração da Companhia para outras questões e oportunidades de negócios. A Companhia pode não conseguir integrar com sucesso as operações adquiridas, o que poderá afetar adversamente os seus negócios e condição financeira.

A Companhia pode ser adversamente afetada por violações à Lei Anticorrupção e/ou a outras leis anticorrupção a ela aplicáveis, bem como a outras legislações e regulamentações aplicáveis aos seus padrões de ética e conduta

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção da Companhia, bem como os controles internos de gestão de riscos e compliance (Programa de Integridade) podem não ser suficientes para assegurar que todos os membros da administração, funcionários, fornecedores, parceiros de negócio e terceiros que agem em nome da Companhia atuem sempre em estrito cumprimento às políticas internas, leis e regulamentos voltados à prevenção e combate à corrupção a que a Companhia está sujeita.

Qualquer investigação de má conduta por parte da Companhia e/ou descumprimento das leis anticorrupção no Brasil e no exterior pode causar danos à sua reputação e submetê-la a multas, bem como outras penalidades aplicáveis. Nesse sentido, a Companhia também está exposta ao risco de membros de sua administração, colaboradores ou representantes tomarem medidas que violem leis e regulamentos anticorrupção aplicáveis no Brasil ou nos demais países de atuação.

Os mecanismos de prevenção e combate à corrupção, bem como os controles internos da Companhia podem não ser capazes de prevenir, identificar, analisar, avaliar ou monitorar (i) violações à Lei de Improbidade Administrativa, à Lei Anticorrupção ou a leis similares, (ii) ocorrências de comportamentos fraudulentos e desonestos por parte de seus administradores, funcionários ou representantes agindo em nome, interesse ou benefício (exclusivo ou não) da Companhia

(iii) gerenciar todos os riscos que a sua política de gerenciamento de riscos identifica atualmente e/ou a previsibilidade na identificação de novos riscos, ou (iv) outras ocorrências de comportamentos não condizentes com princípios éticos, que possam afetar adversamente a reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais da Companhia, bem como a cotação de suas ações.

A Lei Anticorrupção impõe uma responsabilidade objetiva às empresas por atos de corrupção, fraude ou manipulação de licitações públicas e contratos governamentais, e interferência com investigações ou fiscalizações pelas autoridades governamentais. As empresas consideradas responsáveis nos termos da Lei Anticorrupção podem ter multas de até 20% de sua receita bruta no ano imediatamente anterior ao da instauração do processo administrativo.

No âmbito da Lei de Improbidade Administrativa, a Companhia e seus administradores estão sujeitos às sanções de perdidos bens ou valores acrescidos ilícitamente ao seu patrimônio, ressarcimento integral do dano, suspensão dos direitos políticos de 8 a 10 anos, pagamento de multa civil de até três vezes o valor do acréscimo patrimonial e proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de dez anos, entre outras sanções.

A existência, atual ou passada, de quaisquer investigações, inquéritos ou processos de natureza administrativa ou judicial relacionados à violação de qualquer destas leis, contra a Companhia, administradores, funcionários, fornecedores, parceiros de negócio ou terceiros que atuam em nome da Companhia pode resultar em: (i) multas e indenizações nas esferas administrativa, civil e penal; (ii) perda de licenças operacionais, com a decorrente responsabilização subsidiária ou solidária da Companhia; (iii) proibição ou suspensão das atividades da Companhia; (iv) perda de direitos de contratar com a administração pública, de receber incentivos ou benefícios fiscais ou quaisquer financiamentos e recursos da administração pública; (v) publicação extraordinária da decisão condenatória; (vi) apreensão de bens ou benefícios obtidos ilegalmente e/ou (vii) a dissolução da entidade. Todas essas circunstâncias poderão ocasionar um efeito adverso relevante sobre a Companhia.

A Companhia também pode vir a ser solidariamente responsabilizada pelo pagamento de multa e reparação integral do dano causado em razão de práticas contrárias à Lei Anticorrupção por suas sociedades controladoras, controladas, coligadas, consorciadas ou, no âmbito dos respectivos contratos celebrados com terceiros, o que poderia afetar material e adversamente sua reputação, negócios, condições financeiras e resultados operacionais ou a cotação de mercado de ações de sua emissão.

A Companhia poderá ser considerada responsável por danos causados por seus produtos a consumidores ou a terceiros, o que poderá afetar adversamente os seus resultados.

No Brasil, a legislação de defesa do consumidor é bastante rigorosa no que se refere à proteção do consumidor. Como regra, a legislação de defesa do consumidor imputa às empresas o ônus da prova na demanda de um cliente. A proteção judicial ao consumidor pode ser exercida por meio de ações individuais ou coletivas e, no caso de ações coletivas, as ações podem ser propostas por autoridades estaduais ou federais, mediante órgãos da administração pública direta ou indireta, notadamente o Ministério Público ou PROCON, com o propósito de proteger os direitos do consumidor, ou por organizações de proteção ao direito do consumidor. Ações judiciais ou processos administrativos poderão ser propostos sob as alegações de que os nossos produtos estavam deteriorados, adulterados ou não continham informações adequadas, dentre outras.

Caso ocorra a responsabilização ou condenação da Companhia por defeitos, erros ou falhas de nossos produtos (incluindo acidentes) em uma ação judicial, tal decisão poderá ter um efeito material adverso em nosso negócio, nossa reputação, nossa marca, nosso resultado operacional e financeiro e em nosso fluxo de caixa, além de vir a impactar negativamente nossa lucratividade.

Adicionalmente, a apresentação de defesa em uma ação judicial, cujo objeto seja nossa responsabilidade por defeitos em produtos, pode demandar um custo adicional elevado, bem como requerer substancial atenção e tempo de nosso pessoal administrativo e técnico. Ainda, a publicidade negativa que poderia vir a ser gerada em relação aos defeitos, erros ou falhas em nossos produtos (incluindo acidentes) e à sua qualidade poderia afetar adversamente a nossa reputação perante atuais e futuros consumidores, assim como nossa imagem corporativa e de nossas marcas, o que poderia causar um efeito adverso relevante em nossos negócios e situação financeira.

A Companhia está sujeita a riscos relacionados ao uso não autorizado ou indevido de sua propriedade intelectual/ou industrial

Os direitos de propriedade intelectual e industrial da Companhia estão sujeitos à violação, apropriação indevida, uso inadequado, bem como aos processos legais e administrativos por parte de terceiros, nas esferas administrativas e judicial.

O uso indevido do software e/ou hardware pelo usuário pode implicar, ainda, em aplicação de multa para a Companhia, o que pode resultar em custos significativos e no uso de recursos não previstos, bem como a atenção da administração e equipe tecnológica da Companhia, o que poderá adversamente afetar seus negócios, posição competitiva, situação financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa.

Alterações ou diferentes interpretações na legislação tributária podem afetar adversamente os resultados da Companhia

Os Poderes Legislativo e Executivo têm frequentemente realizado alterações no regime tributário destinado às indústrias nacionais, em especial àquelas incentivadas, como é o caso da indústria de tecnologia, as quais podem afetar a Companhia. As alterações podem ser afetadas à forma de tributação na aquisição de insumos ou na saída dos equipamentos de informática, com alteração de alíquotas, bases de cálculo de impostos e contribuições ou ainda na apropriação dos créditos tributários. Algumas dessas mudanças podem aumentar a carga tributária da Companhia, o que pode impactar sua capacidade de realização de negócios e, portanto, afetar de forma adversa e relevante sua lucratividade.

Atualmente a Companhia é beneficiária de determinados benefícios e incentivos fiscais, em razão da produção de equipamentos de informática mediante Processo Produtivo Básico (PPB), já com reduções parciais de 6,22% (01/01/2025) e 6,69% (01/01/2027) estabelecidas na lei de informática vigente.

Quanto ao incentivo da Lei de Informática (Lei nº 8.248/1991, alterada pelas Leis nº 13.969/2019 e nº 14.968/2024), com vigência até 2029, não há previsão de prorrogação. Em relação ao incentivo relacionado à produção com PPB na Zona Franca de Manaus (ZFM), a despeito da proteção constitucional até 2073, com o advento da Reforma Tributária, poderão ser alterados os incentivos de forma quantitativa e/ou qualitativa ainda que o texto da Emenda Constitucional nº 132/2023 tenha estabelecido a obrigatoriedade de criação de mecanismos para manter o diferencial competitivo assegurado à ZFM.

Na hipótese de alteração significativa de incentivos fiscais, mediante limitação, suspensão, ou revogação total ou parcial do tratamento tributário favorecido, a Companhia poderá ser afetada de forma adversa. Além disso, determinadas legislações tributárias podem estar sujeitas a interpretações controversas pelas autoridades fiscais. Caso o entendimento do Poder Judiciário quanto à legislação tributária não seja consentâneo com aquele adotado pela Companhia, esta poderá ser adversamente afetada.

Os controles internos da Companhia poderão ser insuficientes para evitar ou detectar todas as violações da legislação aplicável ou de nossas políticas internas.

Os controles internos da Companhia podem não ser suficientes para evitar ou detectar todas as condutas impróprias, fraudes ou violações de leis aplicáveis por parte de seus colaboradores e membros de sua administração ou, ainda, de terceiros atuando em nome ou benefício da Companhia. Caso os colaboradores da Companhia ou outras pessoas relacionadas a ela, ou atuando em seu favor, se envolvam em práticas fraudulentas, corruptas ou desleais ou violem leis e regulamentos aplicáveis ou nossas políticas internas, nós poderemos ser responsabilizados por qualquer uma dessas violações, o que pode resultar em penalidades, multas ou sanções que podem afetar substancial e negativamente os negócios e a imagem da Companhia.

A Companhia poderá vir a precisar de capital adicional no futuro, por meio da emissão de valores mobiliários, o que poderá resultar em uma diluição da participação do investidor em suas ações.

A Companhia poderá ter interesse em captar recursos no mercado de capitais, por meio de emissão de ações e/ou colocação pública ou privada de títulos conversíveis em ações. A captação de recursos adicionais por meio da emissão pública de ações, que pode não prever direito de preferência aos acionistas da Companhia, poderá acarretar diluição da participação acionária do investidor no seu capital social.

A Companhia poderá não pagar dividendos aos acionistas titulares de suas ações.

De acordo com seu Estatuto Social, a Companhia deverá pagar aos seus acionistas 25% de seu lucro líquido anual ajustado sob a forma de dividendo obrigatório. O lucro líquido pode ser capitalizado, utilizado para compensar prejuízo ou então retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não ser disponibilizado para pagamento de dividendos. A Companhia poderá não pagar dividendos a seus acionistas em qualquer exercício social se seus administradores manifestarem à Assembleia Geral de acionistas ser tal pagamento desaconselhável diante de sua situação financeira.

O Estatuto Social da Companhia contém disposições que podem desencorajar operações de aquisição, impedindo postergar transações às quais os investidores sejam favoráveis.

O Estatuto Social da Companhia contém disposições para evitar a concentração das ações da Companhia em pequeno grupo de investidores, de sorte a promover a dispersão de suas ações.

Especificamente quanto a alienação de controle, o Estatuto da Companhia prevê que a alienação, direta ou indireta, do Controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente se obrigue a realizar uma oferta pública de aquisição de ações ("OPA") tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observando as condições e prazos previstos na legislação, na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário ao do acionista controlador alienante.

Adicionalmente, há previsão estatutária para realização de OPA em caso de atingimento de participação relevante, usualmente conhecida no mercado como "*poison pill*". Isto é, qualquer acionista ou grupo de acionistas que atingir de forma direta ou indireta, por meio de uma única operação ou por operações sucessivas a titularidade de ações de emissão da Companhia ou Outros Diretos de Participação igual ou superior a, direta ou indiretamente, 15% (quinze por cento) do total de ações de emissão da Companhia, excluídas as ações em tesouraria ("Participação Relevante"), deverá realizar oferta pública de aquisição da totalidade das ações de emissão da Companhia ou solicitar o registro junto à CVM e à B3, conforme o caso, no prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar da data da última transação que resultou no atingimento da Participação Relevante.

A obrigação de realização de OPA por atingimento de participação relevante não se aplica aos acionistas que, na data de publicação do anúncio de início relativo à primeira oferta de distribuição pública de ações de emissão da Companhia, eram titulares de 10% (dez por cento) ou mais do total de ações de emissão da Companhia e seus sucessores, inclusive e em especial aos acionistas controladores da Companhia, bem como aos sócios de referidos acionistas controladores, que vierem a sucedê-los na participação direta na Companhia por força de reorganizações societárias, dentre outras exceções previstas no artigo 34, parágrafo Decimo Quarto do Estatuto Social.

Essas disposições podem resultar em um possível desincentivo para que terceiros adquiram o controle ou participação relevante da Companhia em operações que assegurariam aos detentores de nossas ações o direito de vendê-las ao referido terceiro (operação usualmente conhecida no mercado como *tag along*), o que pode causar um efeito adverso relevante à Companhia e a seus acionistas.

Parte das nossas receitas dependem da participação e do sucesso de licitações. Se parte considerável dessas licitações for cancelada ou se não vencermos os processos licitatórios, podemos ser negativamente afetados.

Parte de nossas receitas está atrelada à existência de novos processos licitatórios e de sermos vencedores em tais processos.

Se o Governo Federal ou Governos Estaduais ou Municipais não iniciarem novos processos licitatórios, se nossas propostas não prevalecerem às demais, se o preço previsto nos termos de nossa proposta se mostrar superior aos preços ofertados pelos demais competidores, se o processo for questionado judicialmente, gerando atrasos em sua definição e finalização, ou ainda se por qualquer outro motivo não formos vencedores da licitação, nossas receitas poderão ser impactadas adversamente.

A Companhia pode não ser capaz de proteger seus direitos de propriedade intelectual.

O sucesso futuro da Companhia depende significativamente da sua capacidade de defender seus direitos de propriedade intelectual, atuais e futuros, incluindo marcas (tanto aquelas detidas diretamente pela Companhia quanto aquelas detidas por terceiros, nos termos dos contratos de licenciamento firmados com a Companhia), patentes, know-how, projetos de pesquisa e desenvolvimento e nomes de domínio. A Companhia não pode assegurar que serão concedidos todos os registros de marcas e patentes relativamente aos pedidos de registros apresentados pela Companhia junto aos órgãos competentes ou, ainda, mantidos aqueles concedidos por terceiros, os quais, inclusive, poderão ser, em determinados casos, rescindidos antecipadamente. Também há o risco de que a Companhia, por omissão, deixe de renovar uma marca ou patente em tempo hábil ou de que seus concorrentes contestem, invalidem ou utilizem indevidamente quaisquer marcas e patentes existentes ou futuras, detidas pela ou licenciadas para a Companhia.

Se a Companhia for incapaz de proteger seus direitos de propriedade intelectual, incluindo aqueles concedidos por terceiros via contratos de licenciamento, esse fato poderá causar efeito negativo relevante sobre seus negócios e situação financeira.

A seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle

Os acionistas controladores da Companhia poderão tomar determinadas decisões em relação aos seus negócios que podem conflitar com os interesses dos seus investidores.

Os acionistas controladores da Companhia poderão tomar decisões e/ou medidas que podem ser contrárias aos interesses dos investidores da Companhia, inclusive reorganizações societárias e condições de pagamento de dividendos. Os acionistas controladores detêm o controle efetivo da Companhia, elegendo a maioria dos membros de seu Conselho de Administração, sendo que eventual decisão dos acionistas controladores da Companhia quanto aos seus rumos pode divergir da decisão esperada por seus acionistas minoritários, acarretando efeito adverso para a Companhia.

A seus acionistas

Não há riscos relevantes envolvendo a Companhia cuja fonte seja seus acionistas.

A suas controladas e coligadas

Os riscos relacionados às controladas e coligadas são os mesmos relacionados à Companhia.

Resultados negativos de sociedades controladas podem afetar negativamente o resultado operacional da Companhia

A Companhia detém participação direta e indireta em diversas sociedades. Dessa forma, parte de seu resultado decorre do resultado de referidas sociedades e, sendo assim, o resultado não satisfatório delas poderá afetar negativamente o resultado da Companhia. Os resultados da Companhia e a sua capacidade de distribuir dividendos aos seus acionistas dependem das operações, do fluxo de caixa e dos lucros de suas subsidiárias e sociedades sob controle comum. Dessa forma, não é possível assegurar que os lucros das subsidiárias e sociedades sob o controle comum da Companhia serão transferidos, o que poderá causar efeito adverso relevante ao resultado financeiro da Companhia, prejudicando a distribuição de dividendos aos seus acionistas. Adicionalmente, a piora nas condições setoriais e mercadológicas nas operações desses negócios podem afetar negativamente o resultado consolidado das operações da Companhia.

A seus fornecedores

A Companhia pode ter tanto a sua produção como as suas receitas prejudicadas em razão de atrasos e descumprimentos de seus fornecedores.

A atividade da Companhia se caracteriza pela manutenção de um nível de estoque adequado para suprir as necessidades de suas operações. A Companhia possui um número restrito de fornecedores, tendo em vista a característica da indústria de componentes mundial, não sendo possível garantir a blindagem da Companhia em relação a eventuais atrasos ou descumprimentos por parte de seus fornecedores, tampouco prever os impactos destes atrasos e descumprimentos no desempenho de produção, vendas e receitas da Companhia. Tal dependência poderá ter um efeito adverso para a Companhia em caso de eventuais atrasos ou descumprimentos. Adicionalmente, eventuais atrasos na entrega de insumos adquiridos de seus fornecedores, conforme o caso, poderão afetar a capacidade produtiva, o que causaria um efeito adverso para a Companhia. Impactos nas receitas podem, inclusive, advir de situações alheias ao atraso na produção, como por exemplo, paralisações que envolvam os canais de transporte utilizados pela Companhia, seus fornecedores e/ou contratados, operações padrão da Receita Federal do Brasil, ou inconsistências na rede de distribuição.

A Companhia pode ser afetada caso seus fornecedores venham a se utilizar de práticas irregulares.

A Companhia pode ser negativamente afetada caso seus fornecedores apresentem problemas relacionados a questões trabalhistas ou à sustentabilidade, emprego de mão de obra infantil ou análoga à escrava, e condições de segurança impróprias ou mesmo que venham a se utilizar dessas ou outras irregularidades para terem um custo mais baixo de seus produtos, bem como caso seus fornecedores pratiquem atos, em benefício ou interesse da Companhia, em violação à legislação anticorrupção aplicável (incluindo, mas não se limitando, à Lei 12.846/2013 e o Decreto 8.420/2015). O resultado de tais ações poderá se dar não somente no âmbito de sanções administrativas ou judiciais da lei anticorrupção (que engloba desde multas administrativas até proibição de receber incentivos de órgãos ou entidades públicas), como também poderá causar prejuízos à imagem e qualidade dos produtos da Companhia, e em consequência, perda de atratividade junto aos seus clientes, afetando adversamente a sua receita líquida e resultado operacional, bem como o valor das ações de sua emissão e sua reputação.

Adicionalmente, com a vigência da LGPD, em agosto de 2020, a Companhia precisará se atentar a eventuais práticas irregulares dos fornecedores com os quais troca dados pessoais, pois no caso de violação de segurança ou divergência de finalidade no tratamento de dados, pode-se incidir responsabilidade solidária entre a Companhia e o fornecedor, o que poderá afetar adversamente a sua receita líquida e resultado operacional, bem como o valor das ações de sua emissão e sua reputação.

A seus clientes

A Positivo Tecnologia está sujeita a sanções impostas por descumprimento de contratos firmados com a administração pública em geral, bem como à rescisão unilateral de tais contratos em virtude de razões de interesse público, o que poderia afetar negativamente sua capacidade de participar em outras licitações públicas e/ou ter um efeito adverso para a Companhia.

Os contratos de fornecimento de bens aos entes da administração pública são regidos pela Lei Federais nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e nº 14.133/21, bem como pelas respectivas leis estaduais ou municipais às quais cada entidade pública está submetida, incluindo, na maioria dos casos, a Lei Federal nº 10.520/02. Além do fornecimento de computadores e softwares, a Companhia assume perante tais entidades, na maioria dos casos, obrigações de manutenção dos bens fornecidos, de prestação de garantia aos produtos e de prestação de serviços técnicos. Em alguns casos, a Companhia garante o cumprimento de suas obrigações perante tais entidades públicas mediante caução, apresentação de seguro ou carta fiança, válidas até o fim dos prazos de garantia dos produtos.

Na hipótese de a Companhia ser responsabilizada ou condenada por irregularidades, erros ou falhas no fornecimento dos bens ou serviços contratados, esta poderá ser advertida pelos órgãos da administração pública, sofrer multas contratuais significativas, ter as garantias por ela prestadas exigidas judicialmente, ter o fornecimento dos bens e serviços suspenso temporariamente, bem como ser impedida de licitar e contratar com a entidade específica relacionada ao contrato em questão ou com a administração pública em geral. Tais sanções, assim como a rescisão unilateral de contratos por razões de interesse público, poderão afetar a marca da Companhia, seu resultado operacional e financeiro e seu fluxo de caixa, além de impactar negativamente sua lucratividade por um período.

Adicionalmente, os prazos de recebimento em licitações são usualmente superiores aos praticados nos mercados de varejo e corporativo, sendo que um crescimento nas vendas para este segmento poderia acarretar em maior necessidade de capital de giro, resultando em maior exposição do fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia está exposta a riscos de crédito de seus clientes.

Uma parcela das vendas da Companhia está concentrada em grandes redes de varejo. Caso qualquer dessas grandes redes atrase seus pagamentos ou não cumpra os contratos com a Companhia, a sua condição financeira, resultados operacionais ou fluxos de caixa podem ser afetados de maneira adversa.

Aos setores da economia nos quais o emissor atue

Grande parte das matérias primas e/ou componentes utilizados pela Positivo Tecnologia são importados ou têm seus preços direta ou indiretamente atrelados ao Dólar. A oscilação brusca e inesperada em seus preços poderá ter efeito adverso para a Companhia.

As principais matérias primas importadas pela Companhia, incluindo a Positivo Tecnologia e suas controladas, são componentes de memória e de placas mãe e processadores, os quais respondem pela maior parte dos custos relativos aos insumos de produção. Assim como a aquisição de matéria prima importada, os insumos adquiridos no mercado nacional são indiretamente atrelados ao Dólar. Em razão de essas matérias primas serem importadas ou terem seus preços indiretamente atrelados ao Dólar, seus valores e/ou de seus componentes flutuam de acordo com a oscilação mundial da oferta e da procura, bem como de acordo com a cotação do Dólar. Historicamente, os preços dessas matérias primas no mercado internacional sofreram flutuações devido a uma série de fatores, sobre os quais a Companhia não tem e não terá controle.

Caso ocorra uma variação significativa nos preços dos insumos para a produção de equipamentos de informática, entre eles computadores e telefones celulares e terminais de pagamento, será necessário repassar eventual aumento aos clientes da cadeia comercial, sendo que tal repasse poderá não ser possível por um determinado período de tempo, o que poderá vir a diminuir temporariamente a margem de lucro desta indústria e afetar a Companhia adversamente. Adicionalmente, eventual aumento relevante nos preços das matérias primas pode encarecer o preço final dos equipamentos de informática a ponto de reduzir parte da demanda proveniente de consumidores das classes de renda mais baixas, reduzindo o tamanho do mercado como um todo e, por conseguinte, causar efeito adverso nas vendas da Companhia.

A Companhia está sujeita a possíveis atrasos motivados por greves nas alfândegas, portos e Receita Federal do Brasil.

Como parte das matérias primas e/ou componentes utilizados pela Companhia são importados, sendo transportados via aérea ou marítima, conforme o caso, possíveis greves na Receita Federal, alfândegas, aeroportos e portos de todo o país podem afetar a entrega desses materiais pelos seus fornecedores, e, por consequência, sua capacidade produtiva, o que poderá ter um efeito adverso relevante para a Companhia. Adicionalmente, possíveis falhas logísticas no transporte das matérias primas e/ou componentes da Companhia poderão causar efeito adverso em sua capacidade produtiva.

A Companhia atua em segmentos de alta concorrência, tendo como competidores desde pequenas empresas a grandes multinacionais.

A Companhia enfrenta uma forte competição de um grupo concentrado de concorrentes locais e internacionais. No mercado de varejo, os principais concorrentes são empresas pertencentes a grupos multinacionais que possuem presença global, capacidade tecnológica de ponta e, provavelmente, acesso ao mercado financeiro e de capitais a custos menores e prazos maiores do que aqueles que a Companhia e outros grupos nacionais têm acesso. Tais grupos multinacionais possuem vantagem de escala junto aos grandes fornecedores mundiais na aquisição de alguns componentes cuja escala global é relevante e que, segundo as regras do Processo Produtivo Básico (PPB), podem ser adquiridos no exterior.

A Companhia enfrenta, ainda, a concorrência de pequenos produtores locais que possuem média e boa aceitação em certos mercados, sendo que alguns deles operam no mercado “cinza” e, desta forma, podem oferecer preços mais baixos que os seus, o que pode vir a resultar na redução de seus preços e diminuição de suas vendas e margens. Além disso, novos concorrentes poderão entrar nos mercados em que a Companhia atua.

A participação de mercado da Companhia poderá ser reduzida caso esta não consiga se manter competitiva, principalmente no que se refere à manutenção dos preços de seus produtos ou serviços compatíveis com os orçamentos de seus clientes, ou, ainda, caso seus concorrentes adquiram ou lancem novos produtos que concorram com os da Companhia ou adicionem novas funcionalidades aos já existentes, apresentando, inclusive, designs e avanços tecnológicos que a Companhia não pode prever. O alto nível de competição do setor em que a Companhia atua pode limitar sua capacidade de crescimento e pressionar para baixo os preços de seus produtos e serviços, reduzindo suas receitas e margens.

Os resultados da Companhia poderão ser influenciados pelo desempenho do Mercado Cinza.

O Mercado Cinza, por ser principalmente sustentado pela sonegação de impostos, reduzindo seus custos, apresenta concorrência no mercado de computadores, estando concentrado principalmente no segmento de pequenas e médias empresas (PMEs) do mercado corporativo. A Companhia não pode garantir que o mercado cinza continuará com pequena relevância na venda de computadores e telefones celulares, em caso de aumento de demanda por equipamentos portáteis de configurações mais básicas, cuja importação ilegal é relativamente mais facilitada em função de suas dimensões reduzidas, a participação do mercado cinza no Brasil poderá aumentar. Um eventual crescimento do mercado cinza poderá afetar adversamente o negócio da Companhia.

A Companhia pode ser substancialmente afetada pela queda do poder de compra dos consumidores brasileiros e por ciclos econômicos desfavoráveis, tendo em vista a sensibilidade de seus setores de atuação a tais fatores.

Parte das receitas da Companhia depende de fatores relacionados à renda dos consumidores, a qual varia em função de itens como taxas de juros, inflação, disponibilidade de crédito ao consumidor, tributação, confiança do consumidor em condições econômicas futuras, níveis de emprego e salário, tendo sido afetada historicamente pela taxa de crescimento do PIB brasileiro. Nesse sentido, o mercado de varejo sofreu, historicamente, com períodos de desaceleração econômica causados pela queda dos gastos dos consumidores.

Além disso, a demanda pelos produtos da Companhia varia e é afetada pela taxa de crescimento da população urbana do Brasil. Qualquer diminuição ou desaceleração do ritmo de tais crescimentos pode afetar negativamente as vendas e os resultados operacionais da Companhia.

À conformidade e aspectos legais e regulatórios dos setores em que o emissor atue

A Companhia é titular de incentivos e benefícios fiscais federais, estaduais e municipais concedidos para a indústria de equipamentos de informática e desenvolvimento de tecnologia, além de incentivos regionais atrelados ao desenvolvimento de suas atividades. O cancelamento ou a não renovação de tais incentivos e benefícios podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

Produção na Unidade de Manaus (AM)

As unidades produtivas estabelecidas na Zona Franca de Manaus, possuem incentivos tributários regionais previstos no Decreto Lei nº 288/1967 e na Lei nº 8.387/1991. Entre os incentivos federais, merecem destaque a isenção do IPI e a aplicação do coeficiente de redução de alíquotas (CRA) do Imposto de Importação para a produção de bens de informática com Processo Produtivo Básico (PPB).

Além da carga tributária usual de 9,25% correspondente à contribuição ao PIS e a COFINS (PIS/COFINS), a filial estabelecida na Zona Franca de Manaus (ZFM) também aplica as cargas tributárias de 3,65% ou de 7,30%, as quais são empregadas de acordo com a condição tributária do adquirente, nos termos dos arts. 2º, §4º, da Lei nº 10.637/2002 e 2º, §5º da Lei nº 10.833/2003.

Ademais, as unidades fabris estabelecidas na ZFM possuem parte de seu lucro de exploração submetido à redução de 75% de Imposto sobre a Renda, nos termos dos respectivos Projetos SUDAM (arts. 1º, §§ 1º e 2º da Medida Provisória nº 2.199-14/ 2001, 3º do Decreto nº 4.212/2002 e 60 da IN SRF nº 267/2002).

Cumprir notar que, por força do disposto nos artigos 40 e 92-A do ADCT, os incentivos fiscais concedidos às indústrias estabelecidas na ZFM – quais sejam, a isenção do IPI, a alíquotas diferenciadas de PIS/ COFINS e a aplicação do CRA para o cálculo do Imposto de Importação, deverão ser mantidos até 2073. Tal diferencial não foi revogado pela Reforma tributária promovida pela Emenda Constitucional nº 132/2023.

A Companhia também é beneficiária do crédito estímulo de 100% de ICMS no Estado do Amazonas na operação de saída de componentes e produtos de informática produzidos com PPB na ZFM, consoante a Lei estadual nº 2.826/2003, art. 13, §§ 13 e 18, vigente até 2032, nos termos da Lei Complementar 160/2017.

Produção nas Unidades de Curitiba (PR) e Ilhéus (BA)

A Companhia, assim como parte de seus concorrentes, é titular de incentivos tributários para a produção de bens de informática mediante Processo Produtivo Básico (PPB), tanto na esfera estadual quanto federal.

Com a alteração da Lei nº 8.248/1991 pela Lei nº 13.969/2019, a partir de 1º de abril de 2020, os bens de informática produzidos com PPB nas Unidades fabris de Curitiba (PR) e de Ilhéus (PR) passaram a fruir de incentivo fiscal concedido mediante apropriação de créditos financeiros, convertidos em créditos federais, obtidos através de um multiplicador sobre o valor do investimento em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PD&I) sobre o faturamento incentivado, aplicados os seguintes limitadores por unidade fabril (com prazo de vigência atualizado pelo art. 11 da Lei nº 14.968/2024):

Curitiba (PR): 10,92% até 31/12/2029; e

Ilhéus (BA): 12,97% até 31/12/2029.

O crédito financeiro previsto na Lei nº 13.969/2019 terá vigência até 31 de dezembro de 2029, desde que atendidas as condições para sua fruição.

A Companhia é igualmente beneficiária do crédito presumido de 100% ICMS no Estado do Paraná e no Estado da Bahia nas operações venda/saída de equipamentos de informática, que se dá nos termos do Decreto nº 1.922/2011 e Decreto nº 4.316/1995, respectivamente, com vigência até 2032, nos termos da Lei Complementar 160/2017.

A Companhia acumulou, nos últimos exercícios sociais, em especial até 2015, saldo credor de ICMS oriundo da aquisição de insumos e do crédito presumido conferido às operações de comercialização de produtos de informática pela unidade localizada no Estado do Paraná.

Em 2015, por intermédio do Decreto nº 2.157/2015, o Estado do Paraná promoveu alteração do Decreto nº 1.922/2011, para a finalidade limitar o crédito presumido de ICMS ao saldo devedor do período o que impede o acúmulo de créditos e vem possibilitando a sua realização gradual. Tais créditos poderão não ser realizados caso a Companhia não alcance, nos próximos períodos, evolução satisfatória de certos planos de negócio.

A Companhia é beneficiada da alíquota de ISS de 2% para a prestação de serviços relacionados ao desenvolvimento tecnológico com localização nas áreas incentivadas de Curitiba (Cidade Industrial de Curitiba) relativamente aos serviços prestados no âmbito do Programa denominado TECNOPARQUE.

Por força do disposto na legislação de regência e nos respectivos atos concessivos, a Companhia está sujeita à (i) realização de investimento mínimo anual em atividades de pesquisa, desenvolvimento e Inovação (PD&I), conforme descrito no item 10.8.a “I” deste formulário de Referência; (ii) apresentação anual dos relatórios às autoridades competentes, em especial ao MCTIC e à SUFRAMA; e (iii) ao cumprimento do PPB – Processo Produtivo Básico, aprovado pelos respectivos decretos e portarias interministeriais.

A partir da Lei nº 13.674/18, restou autorizado à Companhia o cumprimento de parte de obrigação de investimento em PD&I exigidas pelas Leis nº 8.248/91- regulamentada pelo Decreto nº 10.356/20 e 8.387/91 regulamentada pelo Decreto nº 10.521/20 - através do investimento em empresas de base tecnológica por meio de um Fundo de Investimento em Participações

Exceto em relação aos incentivos tributários concedidos à produção de produtos de informática na ZFM, cujo tratamento diferenciado estabelecido pela Constituição Federal possui prazo até 2073, nos termos do disposto nos artigos 40 e 92-Ado ADCT, não é possível assegurar que, após o término dos respectivos prazos de vigência ou ainda por meio de ato dos Poderes Legislativo e/ou Executivo, os incentivos fiscais de que atualmente a Companhia é titular não serão alterados, limitados ou revogados, ou, ainda, que será possível obter novos incentivos ou benefícios fiscais em condições igualmente favoráveis, o que poderá implicar efeito adverso relevante para a Companhia.

Ademais, merece referência que o atendimento a todas as regras relativas ao PPB é complexo, pois existem alterações frequentes e nem sempre os critérios impostos pelas autoridades são suficientemente claros, gerando risco para a Companhia.

A suspensão, a modificação, o cancelamento ou a não renovação de nossos incentivos fiscais federais e estaduais podem afetar adversamente nosso resultado.

Não é possível assegurar que a reforma tributária aprovada pelo Congresso Nacional nos termos da Emenda Constitucional 132/2023 e da Lei Complementar nº 214/2025, bem como outras alterações relacionadas à tributos em relação aos quais há incentivo fiscal, não promoverá alteração significativa da carga tributária do setor, em especial em relação aos incentivos e benefícios fiscais não vinculados à Zona Franca de Manaus. Ademais, cabe destacar que tramita no Congresso Nacional a proposta de reforma do Imposto de Renda.

Também não é possível assegurar que novos tratamentos tributários incentivados serão criados expirado o prazo de vigência daqueles de titularidade da Companhia atualmente. Caso os incentivos fiscais sejam alterados ou expirem e não sejam substituídos por incentivos de grandeza similar, a Companhia poderá ser afetada de maneira relevante e adversa em seus resultados e operações.

Aos países estrangeiros onde o emissor atue

O aumento da competitividade e o ambiente macroeconômico e regulatório do mercado argentino podem afetar materialmente o faturamento obtido pela Companhia com sua joint venture em tal país

Ao final de 2010, a Companhia constituiu um empreendimento em conjunto (joint venture) com a empresa argentina BGH Sociedad Anónima (“BGH”), que resultou na formalização da sociedade com controle compartilhado Informática Fueguina S.A., que tem como objetivo fabricar e comercializar produtos de informática voltados ao mercado da Argentina. No início de 2014, a marca entrou no Uruguai com a venda de netbooks educacionais para o governo. Com isso, foi efetivada a entrada no terceiro mercado de atuação. No fim de 2014 a joint venture anunciou a expansão de suas operações para o continente africano por meio da assinatura de um contrato com o governo de Ruanda para produção e venda de dispositivos educacionais sob a marca Positivo BGH no mercado local. Em 2016, a joint venture iniciou o fornecimento de PCs e tablets educacionais no Quênia, por meio de um contrato com o governo local. Em função da natureza da operação, os principais riscos envolvem a administração compartilhada entre a Companhia e a BGH, a produção em localidade remota e a exploração de novos mercados. Dessa forma, os futuros resultados desta joint venture poderão ser adversamente afetados por eventuais conflitos entre os sócios, dificuldades logísticas e aceitação dos produtos pelos consumidores locais.

Adicionalmente, poderão ocorrer eventuais restrições a remessas de divisas ao exterior, incluindo dividendos, além de dificuldades na importação de insumos em função da necessidade de autorizações prévias junto às autoridades locais, bem como dificuldades e penalidades relacionadas ao cumprimento de leis e regulamentações de governos estrangeiros. A Companhia também pode enfrentar dificuldades relacionadas a condições competitivas adversas, ambiente legal e regulatório diverso, instabilidade política e econômica, bem como riscos cambiais similares aos existentes na operação brasileira em função do descasamento entre moedas, uma vez que grande parte dos custos com insumos é atrelada ao Dólar e os produtos são posteriormente comercializados em moeda local.

Em abril de 2017, o governo da Argentina reduziu para 0% a alíquota do imposto de importação para computadores, tornando menos competitiva a produção local. No fim de 2016, em função das sinalizações do governo sobre esta mudança, a joint venture decidiu encerrar a produção em sua principal planta industrial, então localizada na Província da Terra do Fogo, Antártida e Ilhas do Atlântico Sul. As futuras vendas para o mercado de varejo argentino estão planejadas para serem concretizadas por meio da importação de PCs e tablets. Foi verificada uma redução aguda de receitas no país nos últimos anos pelos motivos acima explicados, mas em decorrência do efeito da pandemia a demanda vem se recuperando lentamente. Compras do governo para projetos de educação vem se ampliando fortemente, motivo pelo qual as linhas de montagens foram novamente reativadas. Apesar de haver expectativas de aumento de tarifas de importação, o que traria mais competitividade para nossas operações da Argentina, isso ainda não é garantido.

No momento, não há como assegurar que esta joint venture recuperará a mesma competitividade e nível de receita dos anos anteriores, considerando a expectativa de aumento da disputa por participação de mercado com empresas multinacionais.

Já com respeito a projetos de educação, há o risco de execução de projetos já contratados bem como a não manutenção desses projetos em anos posteriores.

A questões socioambientais

A Companhia é obrigada a obter licenças e/ou autorizações ambientais de autoridades governamentais para certos aspectos de suas operações, as quais devem ser renovadas periodicamente, conforme detalhado no item 7.5 deste Formulário. A ausência da obtenção de licenças ambientais, de suas renovações ou o descumprimento das condições sob as quais tais licenças sejam emitidas, pode sujeitar a Companhia à responsabilidade criminal, administrativa (incluindo a paralisação de suas atividades) e/ou civil. Devido à possibilidade de mudanças nas regulamentações ambientais futuros dispêndios podem ocorrer.

A ausência de cumprimento da legislação e regulamentação ambiental pode afetar adversamente os negócios da Companhia.

A Companhia está sujeita à legislação federal, estadual e municipal relacionadas à preservação e proteção do meio ambiente. Entre outras obrigações, essas legislações estabelecem, dentre outras, exigências de licenças ambientais e padrões para o descarte de efluentes, emissões atmosféricas, gestão de resíduos sólidos, parâmetros de emissões de ruídos, bem como exigências relacionadas a áreas especialmente protegidas. Na hipótese de violação ou não cumprimento de tais legislações, a Companhia poderá sofrer sanções administrativas, tais como multas, interdição de atividades, cancelamento de licenças e revogação de autorizações, ou estar sujeita às sanções criminais (inclusive de nossos administradores), sem prejuízo do dever de reparar o dano ambiental causado na esfera civil.

As autoridades ambientais podem, ainda, atrasar de maneira significativa a emissão das licenças e autorizações necessárias para o desenvolvimento das atividades da Companhia, gerando, conseqüentemente, efeitos adversos aos seus negócios. Além disso, atrasos na renovação de licenças ambientais que tiveram seu requerimento protocolado fora do prazo de antecedência mínima exigido pelo órgão ambiental poderão, da mesma forma, trazer prejuízos ao pleno funcionamento das atividades da Companhia, uma vez que tais licenças não estarão automaticamente renovadas até a decisão final dos órgãos ambientais.

Os custos para cumprir com a legislação atual e futura relacionada à proteção do meio ambiente, saúde e segurança, e eventuais contingências provenientes de danos ambientais e a terceiros afetados poderão afetar adversamente os nossos negócios, imagem, resultados operacionais e a situação financeira da Companhia.

Riscos Macroeconômicos

Pandemias ou surtos de doenças transmissíveis, como o foi o caso do coronavírus (COVID-19), podem impactar a economia mundial e atribuir maior volatilidade e perdas ao mercado de negociação de ações

Como já mencionado no início desta seção, pandemias ou surtos de doenças transmissíveis podem impactar de forma adversa, diversos setores da economia mundial, causando volatilidade e perdas nos mercados de ações globais, e de forma amplificada nos mercados emergentes, que compreendem o mercado de capitais brasileiro em que as ações da Companhia são negociadas. Dessa forma, não é possível garantir que a cotação das ações de nossa emissão não sofrerá quedas decorrentes inclusive da possibilidade de mudança material nos mercados financeiros globais ou na economia brasileira que cause a diminuição do interesse de investidores em ativos brasileiros. Adicionalmente, o cenário também poderá atribuir incertezas quanto a possibilidade de manutenção de hábitos de consumo da população, bem como mudanças permanentes. Dessa forma, nossos negócios poderão ser impactados por aspectos macroeconômicos que compreendem o aumento significativo do nível de

desemprego e consequente redução da renda e poder de consumo da população, a contração significativa da atividade econômica e redução do PIB, e a volatilidade na flutuação das taxas de câmbio. Assim, não temos previsibilidade quanto a extensão dos impactos mencionados, bem como quanto a duração dos efeitos adversos, podendo atribuir maior volatilidade e perdas ao mercado de negociação de ações.

A instabilidade do cenário político do país poderá afetar adversamente a Companhia, impactando negativamente os seus resultados operacionais e a sua situação financeira.

O desempenho da economia brasileira é historicamente influenciado pelo ambiente político do país. Crises políticas afetaram, e podem continuar a afetar, a confiança dos investidores e do público em geral no mercado brasileiro, influenciando de forma relevante na desaceleração da economia e no aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras.

Além do já mencionado, a economia brasileira sofre intervenções frequentes por parte do Governo Federal, que por vezes, realiza modificações significativas em suas políticas e normas. As medidas tomadas pelo Governo Federal para controlar a inflação, além de outras políticas e normas, frequentemente implicam aumento das taxas de juros, mudança das políticas fiscais, controle de preços, intervenções no mercado de câmbio, controle de capital e limitação às importações, entre outras medidas. Não temos controle sobre as medidas e políticas que o Governo Federal possa vir a adotar no futuro, e tampouco podemos prevêê-las.

Desta forma, a instabilidade do cenário político do país poderá afetar adversamente a economia brasileira e, consequentemente, a Companhia, impactando negativamente os seus resultados operacionais e a sua situação financeira, bem como a cotação de suas ações.

A instabilidade na taxa de câmbio pode afetar desfavoravelmente a economia brasileira, podendo prejudicar os resultados das operações da Companhia.

A moeda brasileira tem historicamente sofrido frequentes desvalorizações com relação ao Dólar e outras moedas mais fortes ao longo das últimas décadas. No passado, o Governo Federal implementou diversos planos econômicos e fez uso de diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações súbitas, minidesvalorizações periódicas durante as quais a frequência de ajustes variou de diária a mensal, sistemas de taxa de câmbio flutuante, controles de câmbio e dois mercados distintos de câmbio. A desvalorização ao longo de períodos mais curtos resultou em flutuações significativas da taxa de câmbio entre a moeda brasileira e o Dólar.

Considerando a volatilidade que a economia global está enfrentando, não é possível prever qual será a variação futura do real em relação às principais moedas no mercado de câmbio internacional, nem se pode garantir que o real não desvalorizará novamente em relação ao Dólar. As depreciações do real geralmente dificultam o acesso aos mercados financeiros estrangeiros e podem incitar a intervenção do Governo Federal, inclusive com a adoção de políticas antirrecessão econômica. Por outro lado, a apreciação do real em relação ao Dólar pode levar à deterioração da conta corrente e do saldo dos pagamentos do Brasil, bem como impedir o crescimento das exportações. Nesse sentido, ambas as situações acima mencionadas podem afetar desfavoravelmente os negócios, a condição financeira e os resultados operacionais da Companhia.

A deterioração das condições econômicas e de mercado financeiro, em geral, ou a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e países de mercados emergentes nos quais a Companhia atua, pode afetar negativamente a economia brasileira.

As reações dos investidores às condições econômicas e dos mercados financeiros em geral, a percepção de risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos, China e países de mercados emergentes, bem como as crises em outros países de mercados emergentes, poderá restringir nosso acesso aos mercados de capitais e comprometer nossa capacidade de financiar nossas operações no futuro, com termos favoráveis.

Além disso, não podemos garantir que, em caso de ocorrências adversas em economias de mercados emergentes, os mercados de capitais internacionais manterão suas portas abertas para empresas com operações significativas no Brasil ou que as taxas de juros praticadas nesses mercados serão competitivas para a Companhia. A diminuição do investimento estrangeiro no Brasil pode afetar negativamente o crescimento e a liquidez na economia brasileira, que, por sua vez, poderá ter um impacto negativo sobre nossos negócios. A interrupção ou volatilidade nos mercados financeiros globais pode aumentar ainda mais os efeitos negativos sobre o cenário econômico e financeiro no Brasil, o que pode ter um efeito adverso sobre a Companhia, o que pode aumentar a dificuldade de refinanciamento de empréstimos da Companhia.

A capacidade de nossos acionistas de venderem as ações da Companhia pelo preço e na ocasião que desejarem pode ser substancialmente limitada, devido à maior volatilidade e à menor liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários.

Investimentos em valores mobiliários negociados em mercados emergentes, tal como o Brasil, envolvem, com frequência, maior risco em comparação a outros mercados mundiais, sendo tais investimentos considerados, em geral, de natureza mais especulativa. Adicionalmente, o mercado brasileiro de valores mobiliários é significativamente menor, além de ser menos líquido e mais concentrado, podendo apresentar maior volatilidade comparado aos principais mercados de valores mobiliários mundiais. O mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado pelas condições econômicas e de mercado de outros países, sobretudo Estados Unidos, União Europeia e também países emergentes. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países, como crises e medidas de recuperação econômica, pode ter um efeito adverso relevante sobre o valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras negociados em bolsas de valores.

Os preços das ações na B3, por exemplo, são historicamente afetados por flutuações nas taxas de juros vigentes em outros mercados, principalmente nos Estados Unidos, bem como pelas variações dos principais índices de ações daquele país. Acontecimentos em outros países e mercados de capitais poderão prejudicar o valor de mercado das nossas ações, podendo, ademais, dificultar ou impedir totalmente nosso acesso aos mercados de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro em termos aceitáveis.

Não há garantia de que o mercado de capitais permaneça aberto às companhias brasileiras ou de que os custos de financiamento nesse mercado sejam vantajosos para nós. Crises em outros países emergentes, bem como conflitos referentes a relacionamentos políticos e comerciais entre países, podem restringir o interesse dos investidores em relação aos títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, inclusive os de nossa emissão, o que pode prejudicar sua liquidez e seu valor de mercado, além de dificultar o nosso acesso ao mercado de capitais e ao financiamento das suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Por conseguinte, a capacidade dos nossos acionistas de venderem nossas ações pelo preço e no momento desejado poderá ficar substancialmente afetada, o que poderá, ainda, afetar negativamente o preço de negociação de nossas ações. Adicionalmente, vendas ou a percepção de uma possível venda de um volume substancial de nossas ações poderão prejudicar o valor da sua negociação. Tais efeitos podem ser ainda impactantes para as empresas de menor capitalização de mercado, conhecidas como *small caps*, como é o caso da Companhia.

1. Caso a Companhia seja incapaz de introduzir produtos inovadores e tecnologicamente avançados em uma indústria caracterizada pela rápida obsolescência dos produtos, seu crescimento e seus esforços de manter sua lucratividade poderão ser afetados adversamente.

2. A Companhia é titular de incentivos e benefícios fiscais federais, estaduais e municipais concedidos para a indústria de equipamentos de informática e desenvolvimento de tecnologia, além de incentivos regionais atrelados ao desenvolvimento de suas atividades. O cancelamento ou a não renovação de tais incentivos e benefícios podem afetar adversamente os resultados da Companhia.

3. Decisões desfavoráveis à Companhia, em processos judiciais ou administrativos, podem afetar adversamente seus negócios, condição financeira e resultados operacionais.

A Companhia, seus administradores e/ou seus acionistas controladores são e/ou poderão vir a ser réus em processos administrativos, judiciais, arbitrais ou inquéritos envolvendo questões cíveis, tributárias, trabalhistas, ambientais e criminais, além de processos administrativos sancionadores/punitivos no âmbito de órgãos reguladores. as suas receitas prejudicadas em razão de atrasos e descumprimentos de seus fornecedores.

4. Parte das nossas receitas dependem da participação e do sucesso de licitações. Se parte considerável dessas licitações for cancelada ou se não vencermos os processos licitatórios, podemos ser negativamente afetados.

5. Grande parte das matérias primas e/ou componentes utilizados pela Positivo Tecnologia são importados ou têm seus preços direta ou indiretamente atrelados ao Dólar. A oscilação brusca e inesperada em seus preços poderá ter efeito adverso para a Companhia.

O negócio da Companhia está sujeito a impactos provenientes de variáveis macroeconômicas, setoriais e regulatórias, conforme descrito nos itens 4.1 e 10.2 deste Formulário de Referência.

Riscos cambiais

A Companhia atua preponderantemente no mercado doméstico, mas realiza importações de insumos do mercado externo, estando, portanto, exposta ao risco cambial, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. As principais transações referem-se às contas a pagar a fornecedores estrangeiros e às operações de empréstimos de capital de giro.

Dado que aproximadamente 90% do custo das mercadorias vendidas é atrelado ao dólar, a precificação dos produtos da Companhia é diretamente influenciada pelos movimentos da taxa de câmbio. Uma eventual redução na taxa de câmbio pode proporcionar um aumento pontual na rentabilidade da Companhia, uma vez que os menores custos são repassados aos preços de forma gradativa, dado que a maior parte dos componentes são precificados em dólar. Um aumento da taxa de câmbio poderia impactar negativamente o resultado operacional da Companhia, uma vez que se torna necessário repassar aos clientes esse aumento nos custos. Em tal cenário, caso a velocidade desses repasses seja inferior àquela apresentada pela taxa de câmbio, a rentabilidade da Companhia tende a sofrer queda pontual devido à absorção de parte dos custos. Quando ocorre estabilização dos movimentos da taxa de câmbio, os competidores no mercado de PCs, telefones celulares e máquinas de pagamento passam a precificar em um mesmo patamar de câmbio, o que tende a normalizar a rentabilidade da indústria como um todo. Em um cenário de estabilização da taxa de câmbio em patamares elevados, o preço final dos produtos poderia ser encarecido a ponto de impactar parte da demanda proveniente dos consumidores das classes de renda mais baixas, o que resultaria em uma redução do tamanho do mercado em que a Companhia atua como um todo, afetando o volume de vendas da Companhia.

Paralelamente, A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, não tendo o propósito de especulação para alavancar seus resultados financeiros.

Riscos de juros

A Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, exceto o saldo de aplicações financeiras.

Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Nas datas de 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os empréstimos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais e dólares.

A análise de sensibilidade com os cenários projetados e os respectivos impactos no patrimônio líquido e no resultado estão apresentados a seguir.

Análise de sensibilidade

São apresentados a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do período. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no período, levando em consideração o período projetado de até 12 meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de moeda estrangeira, substancialmente o dólar, e sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A administração entende que o cenário provável reflete a expectativa de cotação do dólar e da taxa de juros CDI do BACEN – Banco Central do Brasil na data base de 31 de dezembro de 2024. Os demais fatores de risco foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

Análise de sensibilidade	Consolidado						
	Saldos patrimoniais						
	31 de dezembro de 2024		Cenários				
	Ativo/Passivo (R\$)	Nocional (USD)	Provável	5%	10%	-5%	-10%
Empréstimos a taxas de juros pós-fixadas							
Swap de taxa de juros							
Empréstimos em moeda estrangeira							
US\$ para R\$ (CDI) com Swap	(638.750)	n/a	(51.477)	(54.051)	(56.625)	(48.903)	(46.329)
Empréstimos							
Em CDI	(380.296)	n/a	(44.524)	(46.750)	(48.976)	(42.298)	(40.072)
Outros passivos financeiros							
Fornecedores moeda estrangeira, líquido de adiantamentos							
US\$ para R\$	(435.749)	(70.369)	(1.229)	(18.004)	(34.779)	15.545	32.320
Instrumentos financeiros derivativos para cobertura de contas a pagar							
Contratos de câmbio a termo - mantidos para negociação							
R\$ para US\$ - NDF's e Opções	218.378	35.266	(4.308)	6.145	16.610	(14.774)	(25.241)
Exposição líquida (vencimento futuro) - Projeção de impacto no resultado		(35.103)	(101.538)	(112.660)	(123.770)	(90.430)	(79.322)

e

Exposição líquida - refere-se à exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos, além de empréstimos mantidos a taxas de juros variáveis (pós fixados).

Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros

A Companhia é parte em diversas ações judiciais e processos administrativos oriundos do curso normal de seus negócios, o que inclui ações cíveis, tributárias, trabalhistas e de matéria regulatória / administrativa.

Para tanto, mantém provisão em seus balanços referentes a perdas decorrentes de litígios com base na probabilidade estimada. As práticas contábeis adotadas no Brasil determinam que sejam mantidas reservas em virtude de perdas prováveis e que seja constituída provisão quando, na opinião da Administração e dos advogados, depreende-se que um resultado desfavorável é provável e a perda pode ser razoavelmente estimada. A Companhia mantém provisão também de valores relativos a honorários advocatícios contratados, cuja probabilidade de desembolso é provável ou possível.

Cível, consumidor e trabalhista

Em 31 de dezembro de 2024, a companhia integrava o polo passivo de 3.501 demandas judiciais e administrativas, com valor provisionado de R\$ 28 milhões, assim distribuído:

AÇÕES PASSIVAS				
MATÉRIA	JUDICIAL	ADMINISTRATIVA	TOTAL AÇÕES PASSIVAS	TOTAL DE PROVISÃO
CÍVEL	38	264	302	7.398.120,78
CONSUMIDOR	958	397	1.354	3.120.771,61
TRABALHISTA	90	4	94	18.300.280,20
TOTAL	1.086	665	1.750	28.819.172,60

Em sua análise, a Companhia concluiu que não há processos de perda provável que sejam individualmente relevantes. Destacam-se, abaixo, os processos judiciais e administrativos de maior relevância dos quais a Companhia é parte.

1. Processo nº:	1029269-44.2019.8.26.0053
a. Juízo:	11ª Vara de Fazenda Pública
b. Instância:	Terceira Instância
c. Data da Instauração:	07/06/2019
d. Partes no Processo:	Autor: Positivo Tecnologia S.A.Réu: Município de São Paulo
e. Valores, Bens ou Direitos Envolvidos:	R\$ 7.231.498,00 (valor original) R\$ 19.665.187,21 (valor atualizado) dez 2024.
f. Principais Fatos:	Trata-se de Tutela Cautelar em Caráter Antecedente, convertida em Ação Declaratória de Nulidade de Ato Administrativo, proposta pela Positivo Tecnologia S.A. em face do Município de São Paulo, requerendo a concessão de liminar para suspender a exigibilidade da penalidade aplicada em razão do atraso no fornecimento dos notebooks adquiridos por meio do Pregão Eletrônico nº 38/SME/2017 e, no mérito, declaração da nulidade do ato administrativo por meio do qual foi imposta a sanção de multa. Agosto/2021 - Sentença julgou os pedidos formulados pela Positivo parcialmente procedentes, para o fim de determinar a redução equitativa da penalidade aplicada, reduzindo-a para 20% do valor aplicado anteriormente, o que representa multa no importe de R\$ 1.446.299,60 (um milhão, quatrocentos e quarenta e seis mil, duzentos e noventa e nove reais e sessenta centavos). Setembro e Outubro/2021 – Embargos de Declaração da Positivo e Apelações da Positivo e do Município de São Paulo. Janeiro e Fevereiro/2022 – Contrarrazões aos Recursos interpostos. Abril/2023 – TJSP deu provimento ao Recurso da Positivo, declarando prejudicado o Recurso do Município e excluindo integralmente a penalidade para a Positivo. Junho e Julho/2023 – Recurso Especial do Município de São Paulo e Contrarrazões da Positivo. Agosto/2023 – Recurso Especial do Município foi inadmitido, motivo pelo qual apresentaram Agravo em Recurso Especial (Município de São Paulo) e Contrarrazões da Positivo. Outubro e Dezembro/2024 – STJ não conheceu do Agravo em Recurso Especial e o Município interpôs Agravo Interno. Março/2025 – Negado provimento ao Agravo Interno do município. Abril/2025 - despacho pelo Min. Relator indicando a ausência de providencias a serem adotadas, tendo em vista o exaurimento da prestação jurisdicional da instancia superior.
g. Resumo das Decisões de Mérito:	Acórdão TJ/SP - CONTRATO ADMINISTRATIVO. INEXECUÇÃO PARCIAL. MULTA. Contrato administrativo para aquisição de notebooks. Multa aplicada por atraso na entrega. Impossibilidade. Atraso decorrente de crise mundial de abastecimento de insumos, em 2017, reconhecido pela área técnica do Município e pela prova técnica. Boa-fé da autora demonstrada, que, antes do certame, consultou a disponibilidade dos insumos com a fornecedora. Situação de desabastecimento que ocorreu em várias partes do mundo, agravada após o certame. Atrasos que não foram significativos frente à gravidade da situação. Contratada que providenciou a entrega imediata e gradativa dos notebooks, à medida em que eram recebidos os insumos. Pesam, ainda, em favor da autora as decisões administrativas dos Tribunais Regionais do Trabalho da 1ª, 6ª e 24ª Regiões, nas quais se deixou de aplicar a penalidade de multa pelo atraso na entrega de equipamentos similares, no mesmo período, ante o reconhecimento de fato imprevisível. Caracterizada a situação excepcional que autoriza a aplicação da teoria da imprevisão. Pedido procedente. Multa anulada. RECURSO DA AUTORA PROVIDO. RECURSO DO MUNICÍPIO PREJUDICADO.
h. Estágio do Processo:	Aguardando eventual oposição de EDs e/ou recurso pelo Município, ou então a certificação do trânsito em julgado.
i. Chance de Perda:	Remoto
j. Motivo pelo qual o processo é relevante:	Valor e matéria envolvidos são considerados relevantes.
k. Análise do Impacto em Caso de Perda do Processo:	Possibilidade de pagamento do valor da multa.

2. Processo:	2007.34.00.013157-6 / 0013080-07.2007.4.01.3400
a. juízo:	16ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal em Brasília.
b. instância:	Terceira Instância
c. data da instauração:	09/11/2006
d. partes no processo:	Autoras: Positivo Tecnologia S.A. e Novadata Sistemas e Computadores S.A. Ré: ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
e. valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 22.836.905,60 (valor original) R\$ 71.792.236,47 (valor atualizado) dez 2024.
f. principais fatos:	Ação proposta pelas Autoras tendo por objeto evitar a inscrição nos cadastros restritivos do poder público - SICAF, CADIN e similares, suspender a exigibilidade das multas, anular os procedimentos administrativos que culminaram na aplicação das multas e, caso não atendido o pleito, a redução da multa para o equivalente a 20% (vinte por cento) do valor contratado para assistência técnica. Este valor máximo foi reconhecido pela justiça através do deferimento de pedido de tutela antecipatória, que confirmou o limite da multa a 20% do valor dos serviços prestados além de ter determinando que a Ré que se abstenha de inscrever as Autoras em quaisquer órgãos restritivos do poder público, bem como libere os valores entregues como garantia do contrato, que exceder o valor máximo de multa fixado. Em agosto/2017 houve audiência de instrução e julgamento para oitiva de testemunhas. Em julho/2019 sentença improcedente. Em agosto/2019 recurso de apelação da Positivo. Em outubro/2019 foram apresentadas contrarrazões ao recurso de apelação. Autos remetidos ao TRF-1. Em agosto/2020 as partes foram intimadas para ciência da digitalização e migração do processo ao PJE. Na ação principal, em outubro/2021 o TRF/1 deu provimento ao Recurso de Apelação da Novadata e da Positivo. Em novembro/2021 a Ré apresentou Embargos de Declaração. Em março/2022, no julgamento dos Embargos de Declaração, a decisão da apelação foi mantida. Aguardando decurso de prazo para eventual interposição de REsp por parte dos Correios. Quanto à execução provisória, ajuizada pelos Correios em fevereiro/2021, a Positivo apresentou agravo de instrumento em outubro/2021 e impugnação em novembro/2021, ao qual se seguiu manifestação dos Correios ainda em novembro/2021, ao qual se seguiu manifestação dos Correios ainda em novembro/2021. Em maio/2022 Correios interpôs Resp. Em julho/ 2022 a Positivo apresentou contrarrazões ao Resp. Em junho/2024 sobreveio despacho postergando a apreciação do pedido de concessão de tutela recursal para momento seguinte ao oferecimento de contrarrazões. Em julho/2024 Correios apresentou contrarrazões, por conseguinte os autos foram conclusos. Aguardando decisão, mas há que se considerar a perda do objeto na execução provisória em face da decisão de mérito na ação principal em 2ª Instância.
g. Resumo da Decisão Mérito:	O processo administrativo mostra-se passível de nulidade desde a sua instauração, porquanto já iniciou com vício referente à pretensão punitiva conjunta de várias imputações, ocorridas em momentos distintos, em regiões distintas, cada qual com suas particularidades, que demandam defesa própria. Em sendo assim, não há possibilidade de aproveitar seus atos, sendo de se impor o desmembramento em tantas quantas forem as ocorrências a serem apuradas, de modo a permitir a respectiva defesa individualizada por parte da empresa, em tempo suficiente para que possa se contrapor à motivação em que veio substanciada a pretensão sancionatória. Feitas as necessárias ponderações, a convicção é de que a sentença merece ser reformada, para a finalidade de acolher o pedido das autoras quanto à declaração de nulidade do processo administrativo, diante das incontáveis irregularidades nele detectadas. Com essas considerações, DOU PROVIMENTO à apelação das autoras para reformar a sentença de primeiro grau; ao tempo em que JULGO PROCEDENTE o pedido principal expresso na peça de início para reconhecer a nulidade do processo administrativo desde a sua instauração, diante da impossibilidade de aproveitamento de seus atos.
h. Estágio do Processo:	Aguarda julgamento de Recurso Especial.
i. chance de perda:	Remota
j. Motivo pelo qual o processo é relevante:	Valor envolvido é relevante.
k. análise do impacto em caso de perda do processo:	Pagamento de multa e de honorários advocatícios sucumbenciais, a serem calculados com base em um percentual do valor da multa.

3. Processo:	25.519-45.2010.4.01.3400
a. juízo:	5ª Vara Federal do Distrito Federal 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da Primeira Região do Distrito Federal em Brasília.
b. instância:	Segunda Instância
c. data da instauração:	25/05/2010 do MS, janeiro e fevereiro/2013 da Apelação e Agravo de Instrumento
d. partes no processo:	Impetrante: Positivo Tecnologia S.A. e Novadata Sistemas e Computadores S.A. Impetrados: Diretor de Administração da ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Chefe da Central de Compras – CECOM da ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos; Diretor Presidente da ECT – Empresa Brasileira de Correios.
e. valores, bens ou direitos envolvidos:	Suspensão do direito de licitar com o órgão.
f. principais fatos:	Mandado de Segurança impetrado pela Positivo Tecnologia para a suspensão de penalidade aplicada pelos Correios (ECT), qual seja, a proibição do direito de licitar com os Correios pelo prazo de 5 anos diante das inúmeras nulidades processuais (ampla defesa e contraditório) e da desproporcionalidade da penalidade aplicada. Após prolação de sentença de improcedência, a Positivo interpôs recurso de Apelação que foi recebido pelo TRF1 com efeito suspensivo. Atualmente, aguarda julgamento da Apelação da Positivo. Em 13/07/2020 as partes foram intimadas para se manifestarem sobre a migração do processo, de modo que assim fizeram em 5/08/2020 (Correios) e em 10/08/2020 (Positivo). Em 28/02/2024 os autos foram conclusos e atualmente aguarda julgamento da Apelação da Positivo.
g. Resumo das Decisões de Mérito:	Sentença proferida nos autos do Mandado de Segurança negou provimento aos pedidos da petição inicial, nos seguintes termos “não houve nenhum vício no processo administrativo, no qual foi dado à impetrante amplo direito à defesa, que pudesse ter influído na verdade substancial ou na decisão da causa, não resultando em qualquer prejuízo para a defesa, não há de se falar em nulidade. Portanto não assiste direito à impetrante em anular o ato que autorizou a abertura do processo administrativo contra a impetrante; a carta 00653/2010- GAB/CECOM; o ato que negou à impetrante o acesso a documentos e do relatório/GAB/CECOM – 0350/2010; e o Relatório /GAB/CECOM – 350/2010. Em resumo, direito algum socorre à impetrante, muito menos líquido e certo a ser reconhecido neste writ à mingua de qualquer ato ilegal ou arbitrário das autoridades apontadas como coatoras. Posto isto, julgo improcedente o pedido e denego a segurança”.
h. Estágio do Processo:	Aguarda julgamento de Apelação.
i. chance de perda:	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é relevante:	Eventual suspensão do direito de licitar com o órgão por 5 anos.
k. análise do impacto em caso de perda doprocesso:	Suspensão do direito de licitar com o órgão por 5 anos.

4. Processo:	2005.34.00.033760-5
a. juízo:	TRF 1ª Região
b. instância:	Primeira Instância (voltou à vara de origem após STJ).
c. data da instauração:	25/11/2005
d. partes no processo:	Autor: Positivo Tecnologia S.A. e Novadata Sistemas e Computadores S.A. Réu: ECT – Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos
e. valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 5.601.148,94 (valor original) – valor representa oportunidade de recebimento pela Companhia.
f. principais fatos:	Ação da Positivo e Novadata com o objetivo de ver reconhecido o direito ao complemento do reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato nº 11.346-2002 (Processo licitatório nº 042/2002) incluindo o valor de R\$ 11,7MM, em decorrência do aumento dos custos. Sentença improcedente, sob entendimento de que a variação cambial não pode ser motivo do reequilíbrio, somando-se ainda a decisão negativa do TCU neste mesmo caso concreto. Em junho/2011 a Positivo interpôs Recurso de Apelação, ao qual o TRF1 ao qual o TRF1 deu provimento em 27/11/2017. Em 04/06/2018 foram rejeitados os Embargos de Declaração da ECT. Em 12/09/2022 foi negado provimento ao Agravo em Recurso Especial da ECT. Em 10/02/2023 a sentença foi anulada e as partes chamadas a se manifestarem. Em 08/03/2023, em razão da anulação do acórdão do TCU, a Positivo e a Novadata requereram o prosseguimento do feito, inclusive da prova técnica já existente nos autos. Em 01/07/2024 - os autos foram conclusos para decisão.
g. Resumo das Decisões de Mérito:	Os pedidos foram julgados improcedentes por entender que já existe acordo na esfera administrativa, que a variação cambial não constitui fato imprevisível, bem como que houve condenação pelo Tribunal de Contas da União. O TRF1 deu provimento às apelações das autoras para anular a sentença, em razão da omissão sobre o pedido de correção monetária e ausência de vista sobre o acórdão do TCU, que foi posteriormente anulado.
h. Estágio do Processo:	Processo retornou a vara de origem.
i. chance de perda:	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é relevante:	Valor envolvido é considerado relevante.
k. análise do impacto em caso de perda do processo:	Deixar de receber o valor pleiteado e de honorários advocatícios sucumbenciais, a serem calculados com base em um percentual do valor pleiteado.

5. Processo:	0004586-20.2010.8.26.0038
a. juízo:	2ª Vara Cível da Comarca de Araras/SP
b. instância:	Segunda Instância
c. data da instauração:	17/05/2010
d. partes no processo:	Autor: Ministério Público do Estado de SP Réus: Positivo Tecnologia S.A. (Educação) e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 3.119.427,60 (Valor total da contratação). R\$ 1.114.097,79 (penalidade em valor atualizado) dez 2024
f. principais fatos:	Trata-se de Ação Civil por Improbidade Administrativa objetivando a declaração de nulidade do Pregão Presencial nº 43/2008 e dos contratos decorrentes, com a devolução dos valores aos cofres públicos. Foi realizada perícia em setembro/2013 e sentença de condenação em junho/2015: Positivo condenada ao pagamento solidário do valor de R\$106.000,00 corrigidos e mais 50% de multa sobre esse valor. Embargos Declaratórios da Positivo improcedentes. Recurso de Apelação da Positivo recebido e em fevereiro/2016, os autos foram remetidos ao Ministério Público para contrarrazões. Em março/2016, autos remetidos ao Tribunal de Justiça de São Paulo. Em dezembro/2017 foram apresentados Memoriais e feita Sustentação Oral. Foi negado provimento a Apelação mantendo a condenação. Em dezembro/2017 apresentados Embargos de Declaração pela Positivo. Em junho e julho/2018 processados Recursos Especial e Extraordinário, que em novembro/2018 não foram admitidos. Em dezembro/2018, agravo em REsp. Não houve interposição de recurso pelo MPE/SP. Em fevereiro/2022 foi negado provimento ao REsp da Positivo que interpôs Agravo Interno. Em abril/2022 o Ministério Público apresentou contraminuta ao Agravo Interno, requerendo a suspensão do feito até apreciação do Tema 1199 do STF, de repercussão geral. Em setembro/2023 o processo foi suspenso por depender de outra causa, para junho de 2024. Em março/2024 os autos foram conclusos ao Ministro Paulo Sérgio Domingues, em razão do cancelamento do Tema 1096. Em novembro/2024, sobreveio decisão dando provimento ao Resp da Positivo e determinando o retorno dos autos ao Tribunal de origem (TJSP), a fim de verificar nas provas a suposta qualificação de conduta dolosa. Em março/2025 os autos foram devolvidos à segunda instância.
g. Resumo das Decisões de Mérito:	Ante todo o exposto, julgo improcedentes os pedidos em relação aos requeridos Eduardo Baptistella Severino e Taluá Tecnologia e, em contrapartida, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados em face dos correqueridos Luiz Carlos, Florivaldo e "Positivo Informática" para condená-los, por infração aos artigos 10, VIII, e 11, "caput", ambos da lei 8.249/92 e na forma da fundamentação acima, às seguintes sanções: a) de forma solidária, ressarcimento do dano causado ao erário, no importe de R\$ 106.165,00, valor este a ser acrescido de correção monetária desde a data do pregão e, ainda, de juros moratórios de 1% ao mês, estes últimos contados a partir da citação (CC, art. 405); b) multa civil nos seguintes percentuais incidentes sobre o valor do dano a ser ressarcido (montante apurado de acordo com o item "a"): 50% para a ré Positivo Informática; 40% para o requerido Luiz Carlos; 20% para o requerido Florivaldo.
h. Estágio do Processo:	Aguarda novo julgamento de Recurso no TJSP.
i. chance de perda:	Possível
j. Motivo pelo qual o processo é relevante:	Por tratar-se de Ação de Improbidade, envolve risco de dano reputacional.
k. análise do impacto em caso de perda do processo:	O Pagamento do valor da penalidade integral da ordem de R\$ 1.050.436,64 (solidariamente e de forma proporcional).

6. Processo:	08700.008098/2014-71
a. juízo:	Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE)
b. instância:	Superintendência-Geral
c. data da instauração:	23/07/2015
d. partes no processo:	Autor: CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica Réu: Positivo Tecnologia S.A. e outros
e. valores, bens ou direitos envolvidos:	Entre R\$ 0,8 milhões e R\$ 48,0 milhões Varia de 0,1% a 20% do faturamento bruto da empresa no ramo de atividade em que ocorreu a infração, no último exercício fiscal anterior à instauração do processo administrativo (valores da nova redação da Lei nº 12.529/2011, com atualização pela SELIC). R\$ 20.000.000,00, valor contabilizado em 31 de dezembro de 2024.
f. principais fatos:	Processo administrativo para apurar supostas infrações horizontais e verticais à ordem econômica, decorrentes de vendas pontuais originadas pelos revendedores autorizados de produtos de Tecnologia Educacional entre 2011 e 2012, segmento este que representa menos de 1% do faturamento bruto da Companhia. Defesa apresentada ao órgão em junho de 2016. O Processo Administrativo ainda se encontra em fase instrutória. No dia 30/03/2022 foi encerrada a realização das oitivas testemunhais e de representados do processo. O ano de 2022 foi marcado pela produção de provas testemunhais nos meses de março e abril. Foram ouvidas tanto as testemunhas selecionadas pelo CADE, como testemunhas arroladas pelas defesas. Não há outras movimentações no processo entre abril e dezembro deste ano. No ano de 2023 e no primeiro trimestre de 2024 não foram registrados novos atos de produção probatória ou mesmo de análise processual. A Superintendência-Geral deverá prosseguir com atos instrutórios de modo a reunir evidências para produzir uma Nota Técnica recomendando a condenação ou o arquivamento do processo em relação a cada investigado. Após a Nota Técnica, o processo seguirá para julgamento pelo Tribunal do CADE, que poderá ou não acolher a recomendação da Superintendência-Geral.
g. Resumo das Decisões de Mérito Proferidas	Ainda sem decisão de mérito proferida no caso. Encerrada a fase instrutória, a Superintendência-Geral produzirá uma Nota Técnica recomendando a condenação ou o arquivamento do processo em relação a cada investigado. A Positivo terá oportunidade de apresentação de novas alegações. Após a Nota Técnica, o processo seguirá para julgamento pelo Tribunal do CADE, que poderá ou não acolher a recomendação da Superintendência-Geral.
h. Estágio do Processo	O processo encontra-se em fase de instrução pela Superintendência-Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica desde a instauração do Processo Administrativo em julho de 2015.
i. Chance de Perda	Administrativamente: possível. Judicialmente: remoto.
j. Motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Processo considerado relevante em virtude da sensibilidade da matéria concorrencial envolvida e eventual repercussão do julgamento, além dos valores envolvidos.
k. análise do impacto em caso de perda do processo:	Estima-se entre 1% e 15%, a depender da caracterização da conduta. A Companhia contabiliza o valor de R\$ 20MM na linha de perda possível.

Tributário:

Para os fins deste item, consideramos como processos judiciais e/ou administrativos individualmente relevantes aqueles que possam ensejar uma perda material para a nossa Companhia cujo valor atualizado perfaz o montante igual ou superior a R\$ 20.000.000,00

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia integrava o polo passivo de 125 processos administrativos e judiciais de natureza tributária e o polo ativo de 111 processos de natureza tributária. O valor total provisionado destes processos era de R\$ 165.339.874,05 na Companhia e R\$ 173.649.374,96 no Consolidado.

Abaixo a Companhia descreve os processos que entende relevantes em 31 de dezembro de 2024. Além destes, a Companhia era parte em outros processos tributários oriundos do curso normal de seus negócios, em relação aos quais entende não estarem envolvidos valores que pudessem impactar adversamente e de maneira relevante os seus resultados.

Processo:	10508.000385/2011-19
a. juízo:	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - ILHÉUS/BA
b. instância:	Primeira Instância Administrativa
c. data da instauração:	Jun/2011
d. partes no processo:	Autor: RFB Réu: Positivo Tecnologia S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos:	R\$ 23.910.541,00 (valor original) R\$ R\$ 51.404.714,29 (valor atualizado até Dez/2024)
f. principais fatos:	Auto de Infração lavrado para a exigência de diferença de Imposto de Importação (II), Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e de Pis/Cofins em decorrência da reclassificação das NCM utilizadas nas importações de Telas de LCD pela unidade de Ilhéus, entre 2008 e 2010. Em face da concomitância, o processo está suspenso aguardando o julgamento definitivoda Ação Ordinária n. 59075-67.2012.4.01.3400, na qual há sentença favorável à Companhia e que aguarda julgamento de apelação da PGFN pelo TRF.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda doprocesso:	Pagamento do saldo remanescente dos débitos exigidos no Auto de Infração.

Processo:	1003166-31.2018.4.01.3200
a. juízo:	JUSTIÇA FEDERAL DO AMAZONAS
b. instância:	Segunda Instância Judicial
c. data da instauração:	Ago/2018
d. partes no processo:	Impetrante: Positivo Tecnologia S.A Impetrado: União – Fazenda Nacional
e. valores, bens ou direitos envolvidos:	Valor risco (período com utilização da liminar):R\$ 42.197.869,75 (valor original) R\$ 63.018.298,68 (valor atualizado até Dez/2024) Valor oportunidade (a recuperar após o trânsito em julgado):R\$ 114.518.892,80 (valor original) R\$ 146.627.278,90 (valor atualizado até Dez/2024)

f. principais fatos:	Aplicação do Coeficiente de Redução (CRA) do Imposto de Importação Fixo de 88%. Distribuído Mandado de Segurança em 09/08/2018. Em 10/12/2018, foi concedida medida liminar. Em 03/05/2019 foi proferida Sentença ratificando a medida liminar (concedendo a segurança). Em 27/07/2019, União interpôs Recurso de Apelação. Em 12/11/2019, a Positivo apresentou contrarrazões ao recurso de Apelação. Em 17/01/2020 - parecer MP pela não intervenção no feito. Em 04/02/2020 - Autos remetidos ao TRF1. 05/03/2020 - MP manifesta-se pela sua não intervenção. A Companhia não está mais utilizando a liminar desde out/2024. 27/09/2024 - O processo foi incluído em pauta para julgamento da apelação em 04/11/2024. 29/10/2024 - Certificada a retirada de pauta a pedido da Positivo em razão do interesse em realizar sustentação oral em sessão presencial.
g. chance de perda:	Provável
h. análise do impacto em caso de perda do processo:	Não aproveitamento do crédito de II com aplicação do CRA fixo de 88% pelo período quinquenal contado da data da distribuição do MS, bem como pagamento da diferença do II relativo à liminar utilizada.

Processo:	1007698-43.2021.4.01.3200
a. juízo:	JUSTIÇA FEDERAL DO AMAZONAS
b. instância:	Segunda Instância Judicial
c. data da instauração:	Abr/2021
d. partes no processo:	Impetrante: Boreo Industria de Componentes Ltda Impetrada: União – Fazenda Nacional
e. valores, bens ou direitos envolvidos:	Valor risco (período com utilização da liminar): R\$ 238.163.133,67 (valor original) R\$ 275.373.729,32 (valor atualizado até Dez/2024) Valor oportunidade (a recuperar após o trânsito em julgado): R\$ 50.000,00 (valor original) R\$ 69.075,00 (valor atualizado até Dez/2024)
f. principais fatos:	Crédito de PIS/COFINS decorrente de aquisição nacional ou importação na ZFM desonerada das contribuições. Distribuído o Mandado de Segurança em 28/04/2021. Em 16/06/2021 foi concedida medida liminar e sentença com a concessão de segurança. Em 27/07/2021 a União apresentou recurso de apelação. Em 30/09/2021 houve a juntada de contrarrazões pela BOREO e em 04/11/2021 os autos foram remetidos ao TRF1. A Companhia está utilizando a liminar (confirmada em sentença) desde agosto de 2021.
g. chance de perda:	Possível após a liminar e oportunidade possível para creditar antes da impetração do MS
h. análise do impacto em caso de perda do processo:	Não aproveitamento do crédito de II com aplicação do CRA fixo de 88% relativamente pelo período quinquenal contado da data da distribuição do MS, bem como no período subjudice.

Processo:	5038851-59.2019.4.04.7000
a. juízo:	JUSTIÇA FEDERAL DO PARANÁ
b. instância:	Segunda Instância Judicial
c. data da instauração:	Jul/2019
d. partes no processo:	Autor: Positivo Tecnologia S.A. Réu: RFB
e. valores, bens ou direitos envolvidos:	Valor Original: R\$ 91.852.325,46 Valor atualizado Dez/2024: R\$ 184.032.067,47

f. principais fatos:	Exclusão do PIS e da COFINS da própria base de cálculo e para compensar os valores indevidamente recolhidos nos últimos 5 anos. 26/07/2019 - MS Distribuído. 29/07/2019 - Indeferido pedido de Liminar. 18/09/2019 - Sentença denegando a segurança. 08/09/2019 - Apresentada Apelação da POSITIVO. 13/07/2020 - Protocolados Recursos Especial e Extraordinário. 15/09/2020 - Despacho de sobrestamento do RE em razão do Tema 1067 do STF. 25/10/2020 - Processo suspenso aguardando o julgamento do paradigma. Tema 1067 - 05/07/2024 - Conclusos ao Relator, aguarda julgamento de mérito.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo:	Não aproveitamento dos créditos de PIS e COFINS relativos ao período quinquenal contado da data da distribuição do MS, bem como no período subjudice.

Processo:	10980.721197/2017-38, 10980.721198/2017-82, 10980.721203/2017-57, 10980.721204/2017-00, 10980.721205/2017-46, 10980.721159/2018-66 e 10980.721206/2017-91.
a. juízo:	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - CURITIBA
b. instância:	Segunda Instância Administrativa
c. data da instauração:	Jul/2017
d. partes no processo:	Autor: RFB Réu: Positivo Tecnologia S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos:	Valor Original: R\$ 61.338.372,27 Valor atualizado Dez/2024: R\$ 112.114.726,47
f. principais fatos:	Glosa de crédito de PIS/COFINS sobre Comissão, Propaganda e publicidade, fretes, diferença do valor aduaneiro, produtos intermediários, entre outros. Glosa de crédito extemporâneo. Em 25/07/2017 - Ciência do despacho decisório. Em nov/18, foi proferida decisão pela DRJ julgando improcedente a manifestação de inconformidade. Houve a apresentação de recurso voluntário pela Companhia, o qual aguarda julgamento pelo CARF.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo:	Pagamento do saldo remanescente do crédito tributário.

Processo:	10980.721193/2017-50, 10980.721194/2017-02, 10980.721199/2017-27 10980.721.200/2017-13, 10980.721201/2017-68, 10980.721202/2017-11.
a. Juízo:	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - CURITIBA
b. instância:	Primeira Instância Administrativa
c. data da instauração:	Jul/2017
d. partes no processo:	Autor: RFB Réu: Positivo Tecnologia S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos:	Valor Original: R\$ 36.429.766,34 Valor Atualizado: R\$ 78.484.956,70 (Dez/2024)
f. principais fatos:	Glosa de crédito extemporâneo. Glosa considerando valor aduaneiro e IPI não recuperável e ASTEC Em 25/07/2017 - ciência do despacho decisório julgando improcedente a manifestação de inconformidade. Em 23.08.2017, a Companhia apresentou Manifestação de Inconformidade, a qual aguarda julgamento.
g. chance de perda:	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda do processo:	Pagamento do saldo remanescente do crédito tributário.

Processo:	10980.726089/2018-32, 10980.725956/2018-12, 10980.725955/2018-78, 10980.725953/2018-89, 10980.725952/2018-34, 10980.725948/2018-76, 10980.725944/2018-98, 10980.725942/2018-07, 10980.725941/2018-54, 10980.725940/2018-18, 10980.725939/2018-85, 10980.725937/2018-96 e 10980.725936/2018-41 (PAFS de débito).
a. juízo:	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - CURITIBA
b. instância:	Primeira Instância Administrativa
c. data da instauração:	Nov/2018
d. partes no processo:	Autor: RFB Réu: Positivo Tecnologia S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos:	Valor Original R\$ 42.751.177,94 R\$ 67.887.062,59 (Atualizado Dez/2024)
f. principais fatos:	Glosa de crédito de PIS/COFINS sobre Comissão, Propaganda e publicidade, assistência, fretes, diferença do valor aduaneiro, produtos intermediários, entre outros. Glosa de crédito extemporâneo. 8/11/2018 - Apresentada Manifestação de Inconformidade. Em 09/09/2020 - Ag. Abertura de intimação via E-CAC. 09/10/2020 - foi protocolado recurso voluntário pela Companhia, o qual aguarda julgamento pelo CARF.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo:	Pagamento do saldo remanescente do crédito tributário.

Processo:	10980.914187/2020-40 (crédito), 10980-916.495/2020-18 (débito), 10980-916.496/2020-54 (débito), 10980-916.497/2020-07 (débito), 10980-916.498/2020-43 (débito), 10980-916.499/2020-98 (débito), 10980-916.500/2020-84 (débito), 10980-916.501/2020-29 (débito), 10980-916.502/2020-73 (débito), 10980-916.503/2020-18 (débito), 10980-916.504/2020-62 (débito), 10980-916.505/2020-15 (débito), 10980-916.507/2020-04 (débito), 10980-916.508/2020-41 (débito), 10980-916.509/2020-95 (débito), 10980-916.510/2020-10 (débito), 10980-916.512/2020-17 (débito), 10980-916.513/2020-53 (débito), 10980-916.514/2020-06 (débito), 10980-916.515/2020-42 (débito), 10980-916.517/2020-31 (débito), 10980-916.516/2020-97 (débito), 10980-916.518/2020-86 (débito), 10980-916.519/2020-21 (débito), 10980-916.506/2020-51 (débito)
a. juízo:	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - CURITIBA
b. instância:	Primeira Instância Administrativa
c. data da instauração:	Nov/2020
d. partes no processo:	Autor: RFB Réu: Positivo Tecnologia S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos:	Valor Original R\$ 16.093.831,83 R\$ 22.370.426,24 (Atualizado Dez/2024)
f. principais fatos:	Em nov/2020, a Receita Federal indeferiu a homologação da PER/DCOMP nº 39887.04876.240317.1.6.02-2774 e exigiu um saldo de R\$ 14.829.178,32 (o valor do principal totalizava R\$ 10.400.107,31). Em 11/12/2020 foi apresentada a competente Manifestação de Inconformidade, que foi julgada parcialmente procedente, para reconhecer as retenções na fonte de R\$ 11.162.327,36. Em 17/06/2021 foi apresentado Recurso Voluntário. 06/04/2022 - despacho decisório indeferindo o PER/DCOMP 07545.97041.161221.1.2.024053. 02/05/2022 - Apresentada manifestação de inconformidade ao despacho decisório. 06/07/2021 - Aguarda sorteio para Turma. 10/11/2022 - Distribuído à 1ª Câmara, aguarda sorteio Relator. 19-03-2024 - Sem novas movimentações. 31/12/2024 - Aguardando julgamento do recurso.
g. chance de perda:	Remoto
h. análise do impacto em caso de perda do processo:	Pagamento do saldo remanescente do crédito tributário.

Processo:	10980.734220/2024-83
a. juízo:	SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL - CURITIBA
b. instância:	Primeira Instância Administrativa

c. data da instauração:	Dez/2024
d. partes no processo:	Autor: RFB Réu: Positivo Tecnologia S.A.
e. valores, bens ou direitos envolvidos:	Valor Original R\$ 28.870.752,83 R\$ 28.870.752,83 (Atualizado Dez/2024)
f. principais fatos:	Contribuição previdenciária - Compensação cruzada - Retificação para utilização de crédito financeiro ignorada pela Receita Federal. 16/12/2024 - Apresentação de Recurso Hierárquico (com pedido de efeito suspensivo), considerando que houve retificação anterior à notificação de constituição do crédito tributário.
g. chance de perda:	Possível
h. análise do impacto em caso de perda do processo:	Pagamento do saldo remanescente do crédito tributário.

Indicar o valor total provisionado, se houver, dos processos descritos no item 4.4

O valor provisionado dos processos descritos no item 4.4 soma R\$ 146,6 milhões no exercício social findo em dezembro de 2024.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não possuíam processos sigilosos em que a Companhia ou suas controladas fossem parte.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não possuíam outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política

Em 25 de abril de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a política de Gerenciamento de Riscos, que foi divulgada pela Companhia em sua página da internet destinada a seus investidores: <https://ri.positivotecnologia.com.br/>.

A política demonstra o comprometimento da Companhia no gerenciamento de riscos, de forma a resguardar seus ativos, reputação, princípios, valores, competitividade e perenidade dos negócios. Dessa forma, o gerenciamento de riscos é entendido pela Companhia como um processo de identificação, avaliação e definição das ações de resposta aos eventos que possam afetar as operações ou objetivos da Positivo Tecnologia, a fim de assegurar que eventuais perdas sejam previstas e reduzidas, visando manter os riscos à níveis aceitáveis.

Adicionalmente, demonstramos a seguir outros mecanismos de gerenciamento de riscos:

- Política Corporativa de Prevenção à Corrupção, implementada em 2015 e aprovada em 24/04/2018 pelo Conselho de Administração;
- Política da Qualidade, Meio Ambiente, Saúde e Segurança, aprovada pelo Diretor Presidente em 1995, a qual se encontra na 12ª atualização;
- Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros da Positivo Tecnologia S.A, aprovado pelo Conselho de Administração em 30/01/2015 e revisado em 2018;
- Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração em 01/09/2009, atualizado em 31/10/2019 e 25/04/2022;
- Política de Gerenciamento de Riscos Cambiais e Sobre Empréstimos, aprovada pelo Vice-Presidente Financeiro em 01/06/2015;
- Política de Divulgação de Atos ou Fatos Relevantes e de Negociação dos Valores Mobiliários, aprovada em Reunião do Conselho de Administração, em 20 de novembro de 2006, e alterada em RCA, em 07 de abril de 2009;
- Política Corporativa de Segurança da Informação aprovada pela Diretoria da Companhia em 2012;
 - Canal de denúncias, por meio do qual é possível relatar eventuais violações às políticas da Companhia ou às leis e regulamentos em que a mesma se encontra vinculada. O Canal Aberto pode ser acessado de forma anônima pelo website www.positivotecnologia.com.br/canalaberto ou pelo telefone 0800 724 8337.
- Procedimento de Conformidade de Terceiros (Due Diligence) aprovado em 26/06/2018;
- Procedimento de Sindicância aprovado em 30/06/2018;
- Cartilha do Relacionamento com Agentes Públicos, aprovada em 05/12/2018;
 - Política de Minerais Provenientes de Áreas não Afetadas por Conflito, aprovada em 16/04/2019 e atualizada em 09/03/2021; e
- Política de Gestão Integrada, aprovada em 1995.

Os riscos para os quais se busca proteção

A Política de Gerenciamento de Riscos menciona 10 classificações de riscos cuja Positivo Tecnologia está exposta:

- I. **Estratégicos** - riscos que podem impedir ou afetar o atingimento das decisões estratégicas da Companhia para os objetivos do negócio, inclusive com perda em seu valor econômico, além dos riscos relacionados à atuação da concorrência;
- II. **Operacionais** - riscos relacionados à operação da Companhia (processos, pessoas e tecnologia), que afetam a eficiência operacional e utilização efetiva e eficiente de recursos, que dificultem o exercício de suas atividades, incluindo eventos que podem ocasionar impactos em sua cadeia de produção oriundos de ausência de suprimentos, processos internos inadequados, bem como outros eventos externos como greves e catástrofes naturais, por exemplo;
- III. **Financeiros** - riscos associados aos efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado que podem ter reflexo na taxa de juros, inflação, investimentos financeiros, dentre outros, incluindo a exposição das operações financeiras/contábeis da Companhia, bem como riscos relacionados às variações cambiais, ou ainda, riscos de cross-default ou vencimentos antecipados por descumprimento de cláusulas em contratos financeiros pactuados;
- IV. **Mercado** - riscos alheios à vontade da Companhia, associados aos efeitos não esperados no cenário econômico, político e nas tendências de mercado que podem ter reflexo no comportamento do consumidor, como perdas financeiras decorrentes de ações ocasionadas por distratos realizados pelos próprios clientes, dentre outros, bem como alteração do preço de venda de determinados produtos. Os riscos de mercado igualmente englobam os riscos de crédito, causado pela inadimplência de um cliente ou contraparte de um instrumento financeiro em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis de clientes do varejo e em aplicações financeiras, incluindo os riscos de liquidez;
- V. **Jurídicos** - riscos que podem surgir em decorrência de processos nos quais a Companhia é autora ou ré, por descumprimento de obrigações aplicáveis ao negócio, por contratações de terceiros sem análise jurídica, perdas financeiras decorrentes de reclamações trabalhistas movidas por colaboradores e prestadores de serviços, dentre outros;
- VI. **Regulatórios e/ou de Compliance** - riscos relacionados ao descumprimento de normas e legislação, considerando leis aplicáveis ao setor de atuação, gerais, nacionais e internacionais, acordos, regulamentos, código de conduta e/ou demais políticas;
- VII. **Ambientais** - riscos relacionados a danos ao meio ambiente, contaminação do solo, água, ar e/ou quaisquer recursos naturais decorrentes dos processos e atividades executados pela Companhia, bem como riscos decorrentes da escassez de recursos naturais necessários ao processo produtivo e logístico;
- VIII. **Imagem ou Reputacional** - riscos decorrentes da possibilidade de ocorrência de eventos que possam causar danos à reputação, credibilidade ou marca da Companhia, inclusive em razão de publicidade negativa;
- IX. **Informação ou Cibernético** - riscos associados à perda ou uso indevido de dados pessoais confidenciais ou informações confidenciais, podendo acarretar em ameaça aos negócios e prejudicar a reputação da Companhia, bem como riscos relacionados a potencial exposição dos ativos de informação a ameaças associadas a ataques cibernéticos, incluindo tentativas de comprometer a confidencialidade, integridade, disponibilidade de dados ou sistemas computacionais; e
- X. **Tecnológico** - riscos da Companhia incorrer em falhas em seus sistemas de tecnologia da informação que impactem os negócios e atividades da Companhia, podendo acarretar em atraso tecnológico de seus processos internos.

Os instrumentos utilizados para proteção

O processo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia é baseado no disposto na “ISO 31000:2009 - Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos”.

Na Política de Gerenciamento de Riscos constam as diretrizes de como o gerenciamento de riscos e controles internos da Companhia devem ser monitorados quanto a sua qualidade, atualização e implementação. Esse objetivo é atingido com atividades periódicas de monitoramento e procedimentos de avaliações independentes.

A estrutura de apetite de riscos deve assegurar que a Companhia possua processos para a identificação, tratamento e monitoramento dos riscos aos quais a Companhia está sujeita, bem como deve assegurar que a mesma possua instrumentos efetivos de mitigação dos riscos, em linha com o apetite de risco, de acordo com as etapas a seguir:

1. ***Identificação dos Riscos:*** Etapa de identificação dos eventos que podem impactar nos objetivos e na estratégia da Companhia, por meio de uma série de instrumentos, incluindo a ocorrência dos eventos que podem remeter à existência de risco, como auditorias de processos e informações oriundas das áreas de negócios;
2. ***Avaliação/Análise dos Riscos:*** Uma vez identificados os riscos aos quais a Companhia pode estar exposta, a próxima etapa refere-se à sua avaliação, identificação dos impactos e probabilidades de ocorrência e utilização das metodologias de mensuração quantitativa e qualitativa. Na etapa de avaliação dos riscos será elaborada uma Matriz de Riscos. O nível do risco, e a respectiva priorização para tratamento é classificado de acordo com a combinação da probabilidade de ocorrência e de suas consequências em termos de magnitude do impacto nos objetivos, observados os conceitos de i) risco inaceitável, (ii) risco inesperado; (iii) risco provável; e (iv) risco aceitável, cujas respectivas definições são encontradas na Política de Gerenciamento de Riscos.
3. ***Tratamento aos Riscos:*** Após a avaliação, os riscos são tratados por meio de iniciativas definidas e implantadas pela Diretoria Estatutária, com auxílio da área de auditoria interna da Companhia, de forma a adequar a sua exposição aos limites de risco aprovados. A área de auditoria interna auxilia a Administração na resposta a ser dada aos riscos detectados, com base na (i) aceitação; (ii) eliminação, (iii) mitigação; (iv) compartilhamento; ou (iv) transferência a terceiros, com base nos limite de risco aceitáveis;
4. ***Monitoramento:*** Consiste no monitoramento dos riscos de forma contínua, de acordo com a divisão de responsabilidades descrita na Política de Gerenciamento de Riscos. O gerenciamento de riscos e os controles internos da Companhia são monitorados constantemente quanto a sua qualidade, atualização e implementação, por meio de avaliações independentes periódicas;

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos

O gerenciamento dos riscos é de responsabilidade dos órgãos de governança, gestores e responsáveis diretos pelos processos, conforme atribuições dos órgãos/áreas a seguir:

Conselho de Administração: tem a atribuição de monitorar e avaliar o Comitê de Auditoria no desenvolvimento das respostas aos riscos, com base no apetite de risco aceitável, na avaliação periódica da exposição da Companhia e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, com base nos reportes do Comitê de Auditoria;

Diretoria Estatutária: tem a função de prestar a devida orientação geral dos negócios da Companhia para atender seus objetivos de negócio de acordo com o apetite de risco determinado pelo Conselho de Administração, definindo a estrutura para o sistema de gerenciamento de riscos, auxiliando a área de auditoria intern e o Comitê de Auditoria.

Comitê de Auditoria: tem o objetivo de supervisionar a área de Auditoria Interna, bem como de avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia e a elaborar processos a serem utilizados na sua gestão, aferindo a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria deve possuir meios para a identificar e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos de confidencialidade das informações.

Auditoria Interna: tem a missão de avaliar os riscos da Companhia, fazendo a gestão do sistema de gerenciamento de riscos, através de medidas de identificação, tratamento, prevenção, mitigação e monitoramento, elaborando processos a serem utilizados na gestão de riscos, supervisionando o processo assessment de riscos em conjunto com a Diretoria Estatutária, a fim de assegurar o devido monitoramento dos riscos, por meio da elaboração de relatórios periódicos para reporte independente ao Comitê de Auditoria.

Gestores das áreas da Companhia: comunicar, tempestivamente, à área de Auditoria Interna sobre os eventos de risco que apresentem alta probabilidade de ocorrência e/ou eventual extrapolação dos limites de risco, implementando e acompanhando os planos de ação para mitigação dos riscos / ações corretivas e suas respectivas áreas e processos de atuação.

Adicionalmente, os procedimentos internos de integridade são de responsabilidade do **Comitê de Ética e Compliance**, o qual é composto por representantes das áreas de operações, compras e instituições públicas. Além deste comitê, a Companhia possui uma equipe multidisciplinar voltada à condução de investigações de caráter geral e ordinário. A criação do Comitê de Compliance foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 24/04/2018. O Comitê se reporta, operacionalmente, à Presidência e, do ponto de vista estratégico e de garantias, ao Conselho de Administração.

Adicionalmente, foi instalado o Conselho Fiscal nas Assembleias Gerais Ordinárias de 2023, 2022, 2021, 2020, 2019 e 2018, que tem a atribuição de monitorar os atos da Administração e opinar sobre determinadas questões relacionadas à Companhia, examinando as demonstrações financeiras do exercício social, além das atribuições previstas no art. 163 da Lei das Sociedades Anônimas.

Com base nas diretrizes dos artigos 41 e 42 do Decreto 8420/15, o Programa de Compliance da Companhia tem como principais objetivos: a) disseminar a Cultura de Compliance através de um programa de comunicação interna e de treinamentos periódicos sobre a Lei Anticorrupção, Código de Conduta, Política Concorrencial e outros temas afetos à legalidade, ética e transparência; b) análise/mapeamento dos riscos de Compliance anticorrupção; c) estruturação de regras, políticas e instrumentos com o objetivo de detectar e sanar fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública; e d) mecanismos de auditoria interna de Compliance e monitoramento contínuo.

Com relação ao Código de Conduta, atualmente existem treinamentos acerca de seu conteúdo no momento da contratação de novos colaboradores;

Todos os relatos e/ou denúncias são analisadas pelo Comitê de Ética e Compliance formado pela Gerência de Compliance e Diretorias de Recursos Humanos e Jurídica, preservando o anonimato do denunciante.

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis

As principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

Implementamos e mantemos práticas e sistemas de controles internos que buscam fornecer maior segurança sobre a confiabilidade de nossas demonstrações financeiras. Os processos e sistemas de controles internos que adotamos baseiam-se, principalmente, em identificar os fatores de risco e suas implicações na busca de nossos objetivos. Os principais controles-chaves são mapeados para mitigar riscos de distorções nas demonstrações financeiras da Companhia.

O resultado do trabalho da auditoria externa é apresentado pelo Diretor de Controladoria e/ou o Diretor Vice-Presidente de Finanças trimestralmente ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal, quando instalado, o que contribui para o aprimoramento nos processos e controles internos da Companhia. Os Diretores acreditam na eficiência dos procedimentos e controles internos adotados para assegurar a qualidade, precisão e confiabilidade das demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis são apresentadas mensalmente para alta administração da Companhia. Adicionalmente, as demonstrações financeiras da Companhia são auditadas por auditores independentes.

O sistema de controles internos da Companhia consiste em um processo estruturado liderado pela Diretoria de Controladoria e que conta com a participação do Conselho de Administração, dos demais membros da Diretoria, com o propósito de permitir uma condução mais segura, adequada e eficiente dos negócios e em linha com as regulamentações estabelecidas.

A Companhia possui uma política de gerenciamento de riscos aprovada pelo Conselho de Administração e divulgada em seu site de RI, estando comprometida com a execução de gerenciamento de riscos, de forma a preservar e desenvolver seus ativos, reputação, princípios, valores, competitividade e perenidade dos negócios.

Adicionalmente, a Política de Prevenção à Corrupção da Companhia estabelece, entre outros temas, que a mesma mantenha registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa todas as transações da Companhia e de suas sociedades direta ou indiretamente controladas. Assim os controles internos devem assegurar a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios e demonstrações financeiras. Da mesma forma, todas as relações comerciais com os Agentes Públicos ou PEPs (pessoas expostas politicamente) devem possuir a documentação de apoio adequada, possuindo os devidos registros.

As estruturas organizacionais envolvidas

A Controladoria é responsável pela implementação das boas práticas e pela eficiência dos controles internos, em concordância com as normas contábeis aplicáveis, assim como pela elaboração das Demonstrações Financeiras. Essa área está subordinada à Vice-Presidência de Finanças e RI, que tem a responsabilidade de revisão final das demonstrações financeiras, para posterior envio aos órgãos de governança, incluindo o Conselho Fiscal (quando instalado) e o Conselho de Administração para a devida aprovação.

Ainda, conforme definido na política de gerenciamento de riscos, o gerenciamento de riscos requer a participação ativa de todos os administradores e colaboradores, bem como a disseminação da cultura de gestão de riscos em todas as instâncias da Companhia.

Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento

A eficiência dos controles é avaliada com base na matriz de riscos da Companhia, supervisionada pela Diretoria de Controladoria e pela Vice-Presidência de Finanças e RI, incluindo a avaliação do grau do risco.

Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente

Os auditores externos conduziram como parte da auditoria das demonstrações financeiras a avaliação do sistema contábil e de controles internos da Companhia em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 com o objetivo de determinar a natureza, oportunidade e extensão da aplicação dos procedimentos de auditoria.

Como resultado desse estudo e avaliação, não foram identificadas deficiências significativas de controles internos relevantes na elaboração das demonstrações financeiras.

Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não aplicável, tendo em vista que não houve identificação de deficiências significativas pelos auditores externos.

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

Se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:

i. Os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas:

A Positivo Tecnologia possui um Programa de Integridade maduro e baseado em pilares que permeiam ações de prevenção, detecção e correção, com constante monitoramento e revisão de procedimentos de mitigação de riscos de integridade.

A verificação de riscos, considerando-se o perfil da empresa e a adoção de medidas de prevenção e mitigação, são ações periódicas na Companhia. O *Risk Assessment* desenvolvido ao longo dos anos deu origem a uma Matriz de Riscos da Companhia, a qual passa por atualizações de acordo com o cenário vivenciado e/ou adoção de nova e melhores práticas. Sendo que, quando identificado um risco potencial, o mesmo é analisado e implementado um plano de ação necessário para acompanhar, mitigar ou eliminar os eventuais riscos.

Visando reforçar seu compromisso com a governança do Novo Mercado, em 25 de abril de 2022, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a Política de Gerenciamento de Riscos (“Política”), a qual foi devidamente divulgada pela Companhia em sua página da internet destinada aos seus investidores: <https://ri.positivotecnologia.com.br/>.

A Política vem corroborar o comprometimento da Companhia na execução de gerenciamento de Riscos, de forma a preservar e desenvolver seus ativos, reputação, princípios, valores, competitividade e perenidade dos negócios. Desta forma, o gerenciamento de riscos é entendido pela Companhia como um processo desenhado para identificar, avaliar e definir ações de resposta aos eventos que possam afetar as operações e/ou objetivos da Companhia, para que as eventuais perdas sejam previstas e reduzidas, visando manter os Riscos em níveis aceitáveis.

O processo de gerenciamento de riscos adotado pela Companhia é baseado (mas não se limita) no disposto no “ISO 3100:2009 – Princípios e Diretrizes da Gestão de Riscos”. O processo é composto por 04 (quatro) etapas:

- I. **Identificação dos Riscos** - identificação dos fatores (causas) de riscos e implicações nos objetivos (metas e resultados) projetados;
- II. **Avaliação/Análise dos Riscos** - processo para determinar a probabilidade e o impacto para cada risco, de acordo com as respectivas respostas aos riscos;
- III. **Tratamento aos Riscos** - definição de tratamento a ser dado a cada risco, de acordo com a sua classificação; e
- IV. **Monitoramento dos riscos** - processo de verificação e supervisão executada de forma contínua, a fim de identificar mudanças de cenário, objetivos e respostas necessárias, podendo identificar novos riscos e causas.

O completo detalhamento dos riscos tratados pela Política encontra-se também descrito no item 5.1 deste Formulário de Referência. A partir da identificação dos riscos, estes deverão ser monitorados de forma contínua, de acordo com a divisão de responsabilidades descrita na Política.

O gerenciamento de riscos e os controles internos da Companhia devem ser monitorados constantemente para avaliação de sua qualidade, atualização e implementação de novos controles. Esse objetivo é atingido com atividades recorrentes de monitoramento ou procedimentos de avaliações independentes periódicas, ou, ainda, uma combinação desses dois mecanismos.

Adicionalmente, dentre as ações mitigatórias, mecanismos e procedimentos, estão as competências e rotinas estabelecidas para o Comitê de Integridade, contratação de consultorias especializadas sempre que necessário, revisão e criação de políticas alinhadas à realidade de negócios e riscos existentes, realização de *due diligence* de terceiros (inclusive de agentes públicos), e a implantação e reciclagem de treinamentos online e presenciais voltados para o combate e a prevenção à corrupção e ao relacionamento com entes e agentes públicos, entre outras ações.

De forma complementar à Política, o Código de Conduta do Colaborador, o Código de Conduta para Fornecedores e Parceiros e a Política Corporativa de Prevenção à Corrupção, reforçam o compromisso da Companhia em cooperar proativamente na prevenção e combate à corrupção, tendo como objetivo assegurar que os empregados, consultores, representantes, contratantes, fornecedores, agentes, acionistas, controladores e administradores da Companhia e de suas sociedades diretamente controladas observem os requisitos da Lei Brasileira Anticorrupção nº 12.846/13 (“Lei Anticorrupção”) e das leis dos países em que a Companhia possui operações, as quais dispõem sobre a responsabilização de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública nacional ou estrangeira.

Ainda, a Política Corporativa de Prevenção à Corrupção contém orientações para o relacionamento com agentes públicos, inclusive no que se refere a brindes, patrocínios e doações e implementou procedimentos em novas operações societárias e contratação de terceiros, além das demais políticas e diretrizes elencadas no item 5.1 “a”.

Todas as contratações com entes da Administração Pública direta e/ou indireta são realizadas em conformidade com os trâmites descritos nas legislações aplicáveis, incluindo, mas não se limitando, a Lei nº 10.520/02, a Lei nº 8.666/93, a Lei 14.133/21 e a Lei nº 13.303/16, além de passar por *due diligence* dos agentes públicos envolvidos, conforme referido acima.

A Companhia cumpre com todas as obrigações oriundas de todos os contratos firmados com a Administração Pública. Esclarecemos também que a volumetria expressiva de fornecimento para entes governamentais refere-se à venda de computadores em pregões eletrônicos e, em caráter de exceção, apenas para poucos produtos de TE – Tecnologia Educacional como Inventura e Mesas Educacionais, a Companhia participa de procedimentos de contratação em que há dispensa do procedimento licitatório, isto é, nos casos em que há inexigibilidade de licitação em razão de sermos fornecedores exclusivos dos respectivos produtos educacionais sem similar no mercado.

Como medida adicional no combate e prevenção à corrupção, o emissor adota Cláusula Anticorrupção em todos os seus contratos com clientes, fornecedores e parceiros.

ii. As estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

O gerenciamento dos riscos deve ser realizado sob a responsabilidade dos órgãos de governança, gestores e responsáveis diretos pelos processos, conforme sucintamente descrito a seguir:

Conselho de Administração: dentre outras, monitorar e avaliar o Comitê de Auditoria no desenvolvimento de respostas aos riscos, com base no apetite de risco aceitável da Companhia; avaliar periodicamente a exposição da Positivo Tecnologia a riscos e a eficácia dos sistemas de gerenciamento de riscos e controles internos, com base nos reportes do Comitê de Auditoria; e aprovar a Política de Gerenciamento de Riscos.

Comitê de Integridade: São competências do Comitê de Integridade (i) zelar e garantir a devida implementação, manutenção, controle e resultados do Programa de Integridade da Companhia, reportando o planejamento, evolução e resultados ao Conselho de Administração na periodicidade que lhe seja definida; (ii) informar, acompanhar, exigir e zelar pelo correto cumprimento, pela Companhia, suas coligadas, subsidiárias, administradores, colaboradores e prestadores de serviços, com relação a leis e normas, bem como aos códigos e políticas da Companhia; (iii) avaliar, monitorar e recomendar ao Comitê de Auditoria a correção ou aprimoramento das políticas internas, em periodicidade anual ou de acordo com as necessidades da Companhia; (iv) analisar com imparcialidade e sigilo todas as questões referentes ao Código de Conduta

do Colaborador; (v) aprovar alterações e atualizações do Código de Conduta do Colaborador sempre que necessário, “ad referendum” do Conselho de Administração; (vi) aprovar a revisão da Política Corporativa de Prevenção à Corrupção e da Política Corporativa Concorrencial, em periodicidade anual ou de acordo com as necessidades da Companhia; (vii) estabelecer, consultada a Diretoria Jurídica Corporativa, diretrizes para a atuação da Companhia em licitações públicas;

(viii) guardar e zelar pela não ocorrência de situações de potencial conflito de interesses entre partes relacionadas da Companhia, atuando sob iniciativa própria, provocação do Conselho de Administração, da diretoria, das gerências da Companhia ou de quaisquer interessados; (ix) reportar-se ao Conselho de Administração, preparando relatórios e/ou pareceres para auxiliar as deliberações nas reuniões do Conselho; e (x) definir a composição e as atribuições da Comissão de Ética, com poderes para delegar-lhe as atribuições que julgar adequadas, exceto as definidas acima.

A criação do Comitê de Integridade foi formalmente aprovada em reunião do Conselho de Administração realizada em 24/04/2018. O Comitê se reporta, operacionalmente, à Presidência e, do ponto de vista estratégico e de garantias, ao Conselho de Administração. Atualmente é composto por 2 (dois) Vice-Presidentes – VP de Operações e VP de Negócios para Instituições Públicas, diretora de Procurement e diretor jurídico.

Diretoria Estatutária: dentre outras, fixar a orientação geral dos negócios da Companhia para atender seus objetivos de negócio de acordo com o apetite de risco determinado pelo Conselho de Administração; definir a estrutura para o sistema de gerenciamento de riscos dentro da Companhia; auxiliar a área de Auditoria Interna e o Comitê de Auditoria no desenvolvimento de respostas aos riscos, com base no apetite de risco aceitável da Companhia, definindo, em conjunto com a área de Auditoria Interna, as diretrizes, Matriz de Risco, determinando os limites de exposição, impactos, e a tolerância de exposição aos riscos, bem como, os planos de ação para mitigação dos riscos; e supervisionar o processo de avaliação de riscos e monitorar a evolução da exposição aos riscos e os sistemas de gerenciamento de risco.

Comitê de Auditoria: dentre outras, auxiliar a área de Auditoria Interna a avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia e a elaborar processos a serem utilizados na sua gestão; e aferir a qualidade e a efetividade dos processos de gerenciamento de riscos, controle e governança da Companhia. Adicionalmente, o Comitê de Auditoria possui meios para a recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação. Desta forma, a Gerência de Compliance reporta mensalmente os indicadores de denúncias recebidas pelo canal de denúncias da Companhia, além de dar visibilidade de todos os relatos recebidos, apurações, resultados e medidas aplicadas.

Área de Auditoria Interna: dentre outras, analisar e avaliar os riscos da Companhia, fazendo a gestão do sistema de gerenciamento de risco, através de medidas para sua identificação, tratamento, prevenção, mitigação e monitoramento; elaborar processos a serem utilizados na gestão de riscos; supervisionar o processo de avaliação de riscos em conjunto com a Diretoria Estatutária e assegurar monitoramento de riscos; e consolidar a avaliação de riscos da Companhia, por meio da elaboração de relatórios periódicos e reportá-los ao Comitê de Auditoria.

Comissão de Ética: suas competências são (i) propor ações, medidas, campanhas, comunicações, treinamentos e demais atos necessários não só para a boa implementação do Programa de Integridade, bem como para garantir as melhores práticas sobre Ética e Compliance na Companhia; (ii) informar, acompanhar, exigir e zelar pelo correto cumprimento, pela Companhia, pelos administradores, pelos colaboradores, pelas coligadas e subsidiárias e, ainda, por todos os prestadores de serviços, com relação a leis e normas, bem como aos códigos e políticas da Companhia; (iii) divulgar e disseminar a cultura ética; (iv) garantir a aplicação e efetividade das normas internas da Companhia, solucionando dúvidas ou consultas relacionadas; e (v) receber, investigar e tratar as denúncias ou suspeitas de violação das leis, normas, códigos e políticas da Companhia, garantindo a uniformidade de critérios, a definição de casos não previstos, o bom funcionamento do Canal Aberto, e decidindo pela aplicação de medidas disciplinares, administrativas ou judiciais adequadas (além daquelas previstas no art. 482 da CLT) em casos comprovados de violação, levando em consideração a materialidade da violação e a eventual reincidência do infrator.

A Comissão de Ética reporta-se ao Comitê de Integridade, e atualmente é composto por uma equipe multidisciplinar

com 6 (seis) colaboradores da Companhia.

A Comissão de Ética foi formalmente constituída em 18 de setembro de 2023, conforme Regimento aprovado pelo Comitê de Integridade.

Gestores de toda e qualquer área da Companhia: comunicar, tempestivamente, à área de Auditoria Interna da Companhia, os eventos de risco que apresentarem tendência de ocorrência e/ou eventual extrapolação dos limites de risco; e implementar e acompanhar os planos de ação aplicáveis à sua área, para mitigação de riscos e acompanhar as ações corretivas nas respectivas áreas e processos, reportando à área de Auditoria Interna eventual descompasso nas ações corretivas.

Além disso, as políticas de integridade da Positivo Tecnologia estabelecem que é dever de todos os gestores atuar de forma ética, imparcial e objetiva, no melhor interesse da Companhia, e relatar no canal de denúncias eventuais não conformidades e violações ao Código de Conduta, políticas e legislações.

iii. Se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

Se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

O Código de Conduta da Companhia é divulgado pela Companhia em sua página da internet destinada aos seus investidores (<https://ri.positivotecnologia.com.br/>), e na página de Compliance (www.positivotecnologia.com.br/compliance), sendo aplicável aos Diretores, Conselheiros Fiscais (quando instalado Conselho Fiscal), membros de Comitês de Assessoramento, Conselheiros de Administração e colaboradores de todas as operações da Companhia, inclusive de empresas subsidiárias e prestadores de serviço, ou seja, a todos que tenham algum vínculo com a Companhia.

Além disso, demonstrando o comprometimento da Positivo Tecnologia em estabelecer relacionamento com terceiros que estejam alinhados com seus valores éticos e de transparência, a Companhia possui um Código de Conduta específico para Fornecedores e Parceiros da Positivo Tecnologia, também disponível na página de Compliance.

As sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas.

O descumprimento do Código de Conduta, da Política de Gerenciamento de Riscos e/ou da Política Corporativa de Prevenção à Corrupção está sujeito às sanções internas e aos procedimentos e penalidades previstos em lei, sem prejuízo da responsabilização por perdas e danos causados à Companhia e/ou terceiros.

As medidas disciplinares eventualmente aplicáveis englobam advertências, suspensão e, em alguns casos, até a rescisão do contrato de trabalho por justa causa, e estão previstas no Código de Conduta do Colaborador, na Política Corporativa de Prevenção à Corrupção e em outras políticas da Companhia.

Além disso, com o objetivo estabelecer critérios, diretrizes e responsabilidades em relação ao processo de aplicação de medidas disciplinares em situações de descumprimento ou violação do Código de Conduta da Positivo Tecnologia, políticas internas e legislação vigente a Companhia lançou Política de Consequências, buscando padronizar as ações disciplinares e estabelecer consequências claras, de forma a desestimular a prática de desvio de conduta e seus impactos negativos, respeitando padrões de integridade e imparcialidade.

órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na redemundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A versão mais recente do Código de de Conduta do Colaborador foi aprovada pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2023 estando disponível nos seguintes locais:

No site de Relações com Investidores:

<https://ri.positivotecnologia.com.br/codigo-de-conduta/> No

site do Canal Aberto:

<https://positivotecnologia.com.br/canalaberto>

No site de Compliance: <https://www.positivotecnologia.com.br/compliance/>

se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros

A Companhia possui um canal de denúncias denominado “Canal Aberto”, contratado na modalidade SaaS (software as a service) junto ao fornecedor Contato Seguro, que é o responsável pelo desenvolvimento e manutenção da plataforma de recebimento de denúncias, disponível através dos seguintes canais:

<https://positivotecnologia.com.br/canalaberto>

[0800 881 3565](tel:08008813565)

[Whatsapp: 51 3376-9353](https://api.whatsapp.com/send?phone=5133769353)

O responsável pelo recebimento, apuração e aplicação de medidas educativas, preventivas, corretivas ou punitivas é a Comissão de Ética.

se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados

O canal de denúncias está aberto a todos, tanto colaboradores quanto terceiros, para qualquer pessoa que tenha o interesse em denunciar, seja ela empregada ou não da Companhia.

se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé

Como forma de incentivar a participação dos denunciantes e preservar sua identidade, os canais permitem denúncias anônimas. Além disso, é garantida a política de não retaliação, isto é, não existem represálias que possam prejudicar o denunciante seja no trabalho, na carreira, meio social e familiar. As informações recebidas pelos canais de denúncias são tratadas com estrita confidencialidade e utilizadas estritamente para fins de apuração dos relatos.

O Código de Conduta e as políticas de integridade reiteram a possibilidade de anonimato e proteção de denunciantes de boa-fé, conforme segue:

“A Positivo Tecnologia tratará todos os denunciantes e denunciados de forma justa e sem distinção, independentemente do cargo ou função que ocupem ou de qualquer condição pessoal. Todas as denúncias, relatos e dúvidas serão tratados garantindo a preservação da identidade do denunciante, o sigilo das informações, a proteção contra qualquer forma de retaliação e a observância aos preceitos éticos. Qualquer retaliação deverá ser denunciada e, se comprovada, estará sujeita a medidas disciplinares.”

órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Recebida a denúncia, esta é direcionada à Gerência de Compliance e equipe de Compliance, responsáveis pela análise preliminar do fato e de sua gravidade, bem como responsáveis pelo tratamento da denúncia. Conduzida a investigação interna, a Gerência de Compliance prepara um parecer sobre o encerramento da denúncia e, se aplicável, medida disciplinar, o parecer é deliberado pela Comissão de Ética.

Casos mais complexos e extremos podem contar com a contratação de consultoria externa ou, ainda, envolver o Vice-Presidente da área envolvida ou até o Diretor Presidente da Companhia.

número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas

Não aplicável.

caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido

Não aplicável. A Companhia possui tais normas implementadas.

Não houve alterações significativas nos principais riscos aplicáveis à Companhia.

A Companhia tem como política o monitoramento dos riscos relacionados à concessão de crédito para seus clientes, bem como a aplicação de critérios para o estabelecimento de limites de crédito definidos pela diretoria de Tesouraria.

A política interna de monitoramento de riscos de crédito junto a clientes recorrentes consiste em analisar a situação patrimonial e financeira dos mesmos e acompanhar a performance de pagamentos destes clientes, dentre outros aspectos de seus negócios, para determinar o aumento, manutenção ou redução de seus limites de crédito. Com relação aos novos clientes, é feita uma avaliação acerca de sua capacidade de pagamento, com base em aspectos de mercado, financeiros e qualitativos, como por exemplo anotações em órgãos de proteção ao crédito. Adicionalmente, para alguns casos, são contratados seguros de crédito pela Companhia.

Os clientes são classificados através de um processo de score, no qual são levados em consideração: (i) a análise qualitativa do negócio do cliente; (ii) consultas a organismos de proteção ao crédito; e (iii) a análise da situação financeira do cliente. Tais itens sofrem uma ponderação através do estabelecimento de pesos para cada critério, de forma a obter o score do cliente.

Com base no score atingido, é determinado se a Companhia procederá com a concessão do crédito solicitada, sendo que o processo de aprovação é hierarquizado, no qual cada cargo está autorizado a aprovar crédito até um determinado valor e, para as operações mais relevantes, as solicitações devem ser avaliadas inclusive pelo Diretor Presidente, conforme o caso.

Em caso de aprovação, são determinados os períodos de revisão do limite de crédito concedido, os quais variam de acordo com o perfil do cliente. Em tais revisões, são efetuadas as mesmas avaliações realizadas quando da determinação do score, adicionando à análise a performance histórica verificada de pagamento do cliente junto à Companhia.

O monitoramento da condição de crédito da carteira de clientes é uma atribuição de uma área dedicada a esta atividade, a qual é subordinada à Diretoria Financeira, a qual reporta-se à Vice-Presidência de Finanças e RI. Seus resultados são apresentados mensalmente à Vice-Presidência de Finanças e RI e abrange indicadores como o limite de crédito tomado da carteira de clientes, a distribuição da performance de pagamentos por faixa de valores, entre outros.